MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, CAMPUS PORTO VELHO CALAMA, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL - PROFEPT

EVANDRO SILVA DE SOUSA

O LIVRO FÍSICO NA BIBLIOTECA:
A PRODUÇÃO DE SERVIDORES COMO MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Porto Velho
2026

EVANDRO SILVA DE SOUSA

O LIVRO FÍSICO NA BIBLIOTECA:
A PRODUÇÃO DE SERVIDORES COMO MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Campus Porto Velho Calama do Instituto Federal de Rondônia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de pesquisa 2: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Macroprojeto 6 - Organização de espaços pedagógicos na EPT.

Orientadora: Drª. Rosa Martins Costa Pereira

Porto Velho

2026

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Sousa, Evandro Silva de.
O livro físico na biblioteca: a produção de servidores como memória institucional / Evandro Silva de Sousa. - Porto Velho, 2026.
154 f. : il.

Orientador(a): Profª. Dra. Rosa Martins Costa Pereira.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2026.

1. Memória Institucional. 2. Biblioteca. 3. Produção Bibliográfica. I. Pereira, Rosa Martins Costa (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Evandro Silva de Sousa, CRB-11-956

INSTITUTO FEDERAL
Rondônia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

ATA DE DEFESA

ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT APRESENTADA PELO DISCENTE EVANDRO SILVA DE SOUSA

No dia 30 de outubro de 2026, às 14h30, reuniu-se na Sala virtual (meet.google.com/ukk-shdp-dhe), a Comissão Examinadora designada pela Comissão Acadêmica Local do PROFEPT-IFRO para julgar a Dissertação do discente **EVANDRO SILVA DE SOUSA**, denominada **O LIVRO FÍSICO NA BIBLIOTECA: A PRODUÇÃO DE SERVIDORES COMO MEMÓRIA INSTITUCIONAL**. A Comissão Examinadora foi composta pelos examinadores: Profa. Dra. Rosa Martins Costa Pereira (Orientadora); Profa. Dra. Lediane Fani Felzke (Examinadora interna - Profept), Prof. Dr. Ricardo Valim (Examinador externo - IFRO) e Profa. Dra. Dra. Joliza Chagas Fernandes Marinho (Examinadora externa UNIR). Após a apresentação da dissertação pelo discente, foi dada a palavra aos examinadores para arguição, tendo o candidato respondido às perguntas formuladas. Na sequência, a Comissão Examinadora reuniu-se privativamente para proceder ao julgamento, considerando:

(X) Aprovado

( ) Reprovado.

Ficou estabelecido o prazo para a entrega da versão com as correções.

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Banca Examinadora divulgou o parecer aos presentes na apresentação e deu por encerrado os trabalhos sendo lavrada a presente ata, devidamente assinada pelo Presidente, examinadores e discente.

Porto Velho 30 de outubro de 2026.

Presidente: Profa. Dra. Rosa Martins Costa Pereira (Orientadora) - IFRO

Membro Interno: Profa. Dra. Lediane Fani Felzke (Profept) - IFRO

Membro Externo: Prof. Dr. Ricardo Valim - IFRO

Membro Externo: Profa. Dra. Dra. Joliza Chagas Fernandes Marinho - UNIR

Mestrando: **EVANDRO SILVA DE SOUSA**

Documento assinado eletronicamente por **Rosa Martins Costa Pereira**, **Professor(a) - EBTT**, em 04/11/2026, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Lediane Fani Felzke**, **Professor(a) - EBTT**, em 04/11/2026, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Valim**, **Professor(a) - EBTT Substituto(a)**, em 04/11/2026, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3197359** e o código CRC **7D80D762**.

Documento assinado digitalmente
JOLIZA CHAGAS FERNANDES MARINHO
Data: 05/11/2026 17:58:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Documento assinado digitalmente
EVANDRO SILVA DE SOUSA
Data: 05/11/2026 17:59:53-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FICHA AVALIAÇÃO DO PRODUTO

PROCESSO SEI Nº 23243.013949/2026-60
DOCUMENTO SEI Nº 3197426

IDENTIFICAÇÃO

Instituição Associada:	Instituto Federal de Rondônia
Discente:	**EVANDRO SILVA DE SOUSA**
Produto/Processo Educacional:	Guia de Boas Práticas para a gestão da memória institucional em bibliotecas da EPT: um roteiro para o tratamento do livro físico produzido por servidores.
Dissertação:	O LIVRO FÍSICO NA BIBLIOTECA: A PRODUÇÃO DE SERVIDORES COMO MEMÓRIA INSTITUCIONAL
Orientador (a):	Profa. Dra. Rosa Martins Costa Pereira
Área de Concentração:	Ensino
Linha de Pesquisa:	Linha de pesquisa 2: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)
Macroprojeto	Macroprojeto 6 - Organização de espaços pedagógicos na EPT.

TIPOS DE PRODUTOS TÉCNICO TECNOLÓGICOS

X	PTT1: Material didático/instrucional
	PTT2: Curso de formação profissional

	PTT3: Tecnologia social
	PTT4: Software/Aplicativo
	PTT5: Evento Organizados
	PTT6: Relatório Técnico
	PTT7: Acervo
	PTT8: Produto de comunicação
	PTT9: Manual/Protocolo
	PTT10: Carta, mapa ou similar

CRITÉRIOS

		Sim	**Não**
Aderência	À projeto de pesquisa	X	
	À linha de pesquisa do Programa	X	
	Área de concentração do Programa	X	
	Ao macroprojeto	X	
Replicabilidade	O PE pode ser repetido, mesmo com adaptações, em diferentes contextos daquele em que ele foi produzido?	X	
Registro	Possibilidade de registro/depósito de propriedade intelectual	X	

IMPACTO	
	Alto - PTT gerado no Programa, aplicado e transferido para um sistema, no qual seus resultados, consequências ou benefícios são percebidos pela sociedade.
X	**Médio** - PTT gerado no Programa, aplicado no sistema, mas não foi transferido para algum segmento da sociedade.
	Baixo - PTT gerado apenas no âmbito do Programa e não foi aplicado nem transferido para algum segmento da sociedade.
IMPACTO - DEMANDA	
X	Demanda espontânea
	Demanda contratada
	Demanda por concorrência (ex. Edital)
IMPACTO - OBJETIVO DA PESQUISA	
	Experimental
	Sem um foco de aplicação inicialmente definido
X	Solução de um problema previamente identificado

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	
	Local
X	Regional
	Nacional
	Internacional

INOVAÇÃO	
X	Alto teor inovativo (desenvolvido com base em conhecimento inédito).
	Médio teor inovativo
	Baixo teor inovativo
	Sem inovação aparente
COMPLEXIDADE (Mais de um item pode ser marcado)	
X	O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação.
	A metodologia apresenta clara e objetivamente a forma de aplicação e análise do PE
	Há uma reflexão sobre o PE com base nos referenciais teórico e teórico-metodológico empregados na respectiva dissertação.
	Há apontamentos sobre os limites de utilização do PE.
APLICABILIDADE	
X	PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto, mas não foi aplicado durante a pesquisa.
	PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa, exigível para o mestrado.
	PE foi aplicado em diferentes ambientes/momentos e tem potencial de replicabilidade face à possibilidade de acesso e descrição.
ESTÁGIO DA TECNOLOGIA	
	Piloto/protótipo
	Em teste
	Finalizado/implantado

X	Não se aplica
ACESSO	
	PE sem acesso.
	PE com acesso via rede fechada.
X	PE com acesso público e gratuito.
X	PE com acesso público e gratuito pela página do Programa.
X	PE com acesso por Repositório institucional com acesso público e gratuito.

PANORAMA SOBRE A ABRANGÊNCIA E/OU A REPLICABILIDADE DO PTT
O Guia nasceu da escuta de oito bibliotecárias que atuam nas bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) e do inventário da produção bibliográfica de servidores depositada no acervo físico do Campus Porto Velho Calama. Não se trata de um documento normativo que se sobrepõe às políticas já existentes, mas de um roteiro complementar, pensado para dialogar com a Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) e com o Manual de Processos Técnicos de cada unidade. O Guia está organizado como um fluxo sequencial, seguindo a recomendação do Entrevistado B, que sugeriu, na validação da pesquisa, que o material fosse apresentado dessa forma, e não como uma lista solta de recomendações. Cada etapa antecede e prepara a seguinte; recomenda-se, por isso, que a leitura e a aplicação sigam a ordem proposta, ainda que cada biblioteca possa, de acordo com sua realidade de pessoal e espaço, avançar em ritmos distintos.

DESCRIÇÃO DO TIPO DE IMPACTO DO PTT

O Guia foi construído a partir da realidade do Sistema de Bibliotecas do IFRO, com exemplos e dados do Campus Porto Velho Calama. No Guia há orientações sobre pontos de adaptação para as demais unidades do IFRO e para bibliotecas de outras instituições da Rede Federal que adaptem o fluxo à sua própria realidade.

Mestrando: **EVANDRO SILVA DE SOUSA**

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA	
Presidente da banca	Profa. Dra. Rosa Martins Costa Pereira (Orientadora) - IFRO
Membro interno ProfEPT/IA	Profa. Dra. Lediane Fani Felzke (Profept) - IFRO
Membro externo	Prof. Dr. Ricardo Valim - IFRO
Membro externo	Profa. Dra. Dra. Joliza Chagas Fernandes Marinho - UNIR
Data da defesa	30 de outubro de 2026

Ficha elaborada a partir de:

1. Documento de Área Ensino CAPES. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ORIENTACOES_REGISTRO_PRODUCAO_TECNICA_TECNOLOGICA_ENSINO.pdf. Acesso em 08 nov. 2022.
2. RIZZATTI, et al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: http://profqui.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/334/2020/09/Artigo_Os-Prod.-Educ.-dos-PPG-profissionais.pdf. Acesso em 08 nov. 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Rosa Martins Costa Pereira**, **Professor(a) - EBTT**, em 04/11/2026, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Lediane Fani Felzke**, **Professor(a) - EBTT**, em 04/11/2026, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Valim**, **Professor(a) - EBTT Substituto(a)**, em 04/11/2026, às 19:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3197426** e o código CRC **D603B72A**.

Documento assinado digitalmente
JOLIZA CHAGAS FERNANDES MARINHO
Data: 05/11/2026 17:50:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

DEDICATÓRIA

À Girlene, minha esposa, e às nossas filhas, Ana Clara e Sofia Giovana: a memória mais preciosa que carrego e a razão de eu querer que ela seja perene. Aos meus pais, Luiz Almeida (in memoriam) e Terezinha de Jesus, que me deram a primeira e mais funda das memórias e me ensinaram, antes de qualquer teoria, o que significa preservar e não deixar esquecer.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, a Deus, por sustentar cada etapa deste percurso com saúde, discernimento e serenidade para conciliar a rotina de trabalho na biblioteca com as exigências do mestrado, e por colocar em meu caminho as pessoas que tornaram esta pesquisa possível.

À minha esposa, Girlene Sousa, pela paciência com as noites e os fins de semana dedicados às leituras, à escrita deste texto, e por sustentar, muitas vezes sozinha, a rotina da nossa casa nos períodos mais intensos do mestrado; sem essa parceria silenciosa, esta dissertação não teria saído do papel. Às minhas filhas, Ana Clara e Sofia Giovana, que emprestaram, sem saber, o tempo que era delas para que este trabalho existisse: que cresçam valorizando a leitura, a memória e a educação como bens que não se descartam.

À minha orientadora, Profª. Drª. Rosa Martins Costa Pereira, pela condução criteriosa e generosa deste trabalho, pelas leituras atentas e pelas provocações necessárias nos momentos em que o texto pedia mais rigor, e pela confiança depositada nesta caminhada.

Aos professores do ProfEPT, Campus Porto Velho Calama, pelos ensinamentos que ampliaram meu olhar sobre a Educação Profissional e Tecnológica e sustentaram os caminhos teóricos e metodológicos desta dissertação, e aos professores externos ao Programa que, em disciplinas, bancas ou trocas pontuais, contribuíram com observações que qualificaram este estudo.

Aos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), em especial aos oito bibliotecários que aceitaram participar das entrevistas, compartilhando com generosidade suas percepções, práticas e angústias sobre o tratamento da memória institucional, identificados neste trabalho pelos códigos de A a H. Foram eles que, com suas falas, deram corpo ao Guia de Boas Práticas do Capítulo 5. Agradeço, ainda, aos demais servidores que colaboraram direta ou indiretamente, e aos amigos e colegas de turma do ProfEPT, pela parceria construída ao longo das disciplinas e por tornarem mais leve um percurso que, sem essa rede de apoio, teria sido bem mais solitário.

Por fim, a todos que, de alguma forma, contribuíram com esta dissertação — colegas de trabalho na biblioteca e todos aqueles cujo nome não cabe nestas páginas, mas cuja presença se fez sentir em cada etapa deste percurso —, o meu sincero agradecimento.

EPÍGRAFE

O livro é a extensão da memória e da imaginação.

BORGES, 2011, p. 11

RESUMO

Esta dissertação investiga o tratamento dado à produção bibliográfica dos servidores como memória institucional nas bibliotecas da instituição. Parte-se do pressuposto de que os livros produzidos pelos próprios servidores, embora depositados no acervo geral, não recebem, no cotidiano das bibliotecas, um tratamento técnico diferenciado que os reconheça e os preserve como memória institucional. O objetivo geral consistiu em analisar as percepções e as intervenções dos bibliotecários do IFRO na organização de livros físicos como memória, produzidos por servidores da instituição, na perspectiva de contribuir com estratégias que garantam a perenidade e a maior visibilidade dessa produção. A pesquisa, de natureza aplicada e abordagem qualitativa e descritiva, ouviu, por meio de entrevistas semiestruturadas, oito bibliotecários efetivos de cinco das nove unidades do Sistema de Bibliotecas do IFRO, cujos relatos foram examinados à luz da Análise de Conteúdo de Bardin (2016) e organizados em cinco categorias, distribuídas nos eixos Percepções e Intervenções. Paralelamente, realizou-se levantamento documental no acervo do Campus Porto Velho Calama, que identificou sessenta e sete obras de autoria de quarenta e quatro servidores, cerca de dezesseis por cento do quadro efetivo do campus, todas sem tratamento diferenciado como memória. Os resultados evidenciaram que os bibliotecários reconhecem, conceitualmente, o valor memorial dessa produção, mas carecem de critérios formalizados para tratá-la no processamento técnico de organização de livros, situação agravada pela assimetria entre a memória científica, já amparada pelo Repositório Institucional, e a memória cultural e histórica, ainda dependente de iniciativas pontuais e pessoais. A partir desse diagnóstico, elaborou-se, como produto educacional, o Guia de Boas Práticas para a Gestão da Memória Institucional em Bibliotecas da EPT, estruturado em sete etapas sequenciais e validado junto aos próprios bibliotecários participantes da pesquisa. Conclui-se que o reconhecimento e a preservação da produção bibliográfica dos servidores constituem caminho concreto para fortalecer a identidade institucional do IFRO e ampliar o potencial desses acervos como recurso de ensino na Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: Memória Institucional. Biblioteca. Produção Bibliográfica. Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

This dissertation investigates the treatment given to the bibliographic production of staff members as institutional memory in the institution's libraries. It starts from the assumption that books produced by the civil servants themselves, although held in the general collection, do not receive, in the libraries' daily routine, differentiated technical treatment that would recognize and preserve them as institutional memory. The general objective was to analyze the perceptions and interventions of IFRO librarians regarding the organization of these physical books as memory, produced by staff members of the institution, with a view to contributing strategies that ensure the permanence and greater visibility of this production. The research, of an applied nature and a qualitative, descriptive approach, gathered, through semi-structured interviews, the accounts of eight tenured librarians from five of the nine units of the IFRO Library System, examined in light of Bardin's (2016) Content Analysis and organized into five categories, distributed across the axes Perceptions and Interventions. In parallel, a documentary survey was conducted in the collection of the Porto Velho Calama Campus, identifying sixty-seven works authored by forty-four civil servants, around sixteen percent of the campus's staff, none of which had received differentiated technical treatment. The results showed that librarians conceptually recognize the memorial value of this production but lack formalized criteria to handle it in technical processing, a situation aggravated by the asymmetry between scientific memory, already supported by the Institutional Repository, and cultural and historical memory, still dependent on isolated, personal initiatives. Based on this diagnosis, an educational product was developed, the Good Practices Guide for the Management of Institutional Memory in Vocational and Technological Education Libraries, structured in seven sequential steps and validated with the librarians who took part in the research. It is concluded that recognizing and preserving civil servants' bibliographic production is a concrete path to strengthening IFRO's institutional identity and expanding the potential of these collections as a teaching resource within Vocational and Technological Education.

Keywords: Institutional Memory. Library. Bibliographic Production. Vocational and Technological Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Desenho Metodológico da pesquisa 40

Figura 2 - Servidores do Campus Calama no inventário bibliográfico 59

Figura 3 - Distribuição de obras cadastradas por servidor 60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Categorias analisadas 46

Quadro 2 - Análise de trecho por código 47

Quadro 3 – Estrutura sequencial do Guia de Boas Práticas 64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CAAE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CDD – Classificação Decimal de Dewey

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CGP – Coordenação de Gestão de Pessoas

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

IA – Inteligência Artificial

IFAC – Instituto Federal do Acre

IFAM – Instituto Federal do Amazonas

IFAP – Instituto Federal do Amapá

IFPA – Instituto Federal do Pará

IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

IFRR – Instituto Federal de Roraima

IFTO – Instituto Federal do Tocantins

NISO – Organização Nacional Padrão de Informação

PDC – Política de Desenvolvimento de Coleções

PE – Produto Educacional

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

PROPESP – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

TAE – Técnico Administrativo em Educação

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 15
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....22
2.1 MEMÓRIA NO ÂMBITO EDUCACIONAL.....22
2.2 ESPAÇO DE MEMÓRIA: A PARTIR DA ORGANIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE ACERVOS COMO RECURSOS EDUCACIONAIS..... 28
2.3 O TRATAMENTO DE ACERVO DE LIVROS FÍSICOS REPRESENTADOS COMO MEMÓRIA.....34
2.4 PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DE SERVIDORES COMO ITEM DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL..... 37
3 METODOLOGIA.....42
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA..... 42
Figura 1: Desenho Metodológico da pesquisa..... 45
3.3 LOCAL E PARTICIPANTES DA PESQUISA..... 46
3.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....48
3.5 USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA).....49
3.6 GERAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS..... 50
Quadro 1 - Categorias analisadas.....54
Quadro 2 - Matriz de codificação: exemplos de trechos codificados por participante.....54
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....55
4.1 INTERVENÇÕES, PERCEPÇÕES E DESAFIOS DOS BIBLIOTECÁRIOS DO IFRO SOBRE O TRATAMENTO DE ACERVO DE LIVROS FÍSICOS.....56
4.1.1 Percepção sobre memória institucional.....57
4.1.2 Critérios de organização e tratamento de livros como memória institucional.....59
4.1.3 Preservação de memória institucional..... 61
4.1.4 Práticas ou intervenções memoriais realizadas.....62
4.1.5 Desafios e oportunidades na gestão de memórias.....63
4.2 INVENTÁRIO DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DOS SERVIDORES DO IFRO CAMPUS PORTO VELHO CALAMA.....65
Figura 2 - Servidores do Campus Calama no inventário bibliográfico.....66
Figura 3 - Distribuição de obras cadastradas por servidor.....67
4.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS: DA ANÁLISE AO PRODUTO EDUCACIONAL..... 68
5 PRODUTO EDUCACIONAL..... 69
5.1 DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....71
Quadro 3 – Estrutura sequencial do Guia de Boas Práticas..... 71
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 74
REFERÊNCIAS..... 78
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS..... 87
APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL..... 92
CATÁLOGO DE OBRAS DOS SERVIDORES..... 141
APÊNDICE C - CARTA DE ANUÊNCIA..... 158
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO.....159

1 INTRODUÇÃO

A memória institucional é um conceito que deriva de um tema amplo e de complexa discussão na literatura científica. Pode-se destacar que o termo memória abrange várias dimensões: identitária, documental, simbólica, patrimonial e coletiva, mantendo estreita relação com as áreas da história, da educação, da ciência da informação, da arquivologia e da administração.

Nesse sentido, trabalhar o conceito de memória exige que se considere a complexidade que o tema impõe. Oliveira (2012, p. 154) remete a uma densa reflexão ao afirmar que a memória social é um “campo transdisciplinar” e que se devem considerar, nesse conceito, os aspectos “éticos e políticos”, com um olhar voltado para o “futuro que se almeja”.

De acordo com Candau (2011), Nora (1993), Halbwachs (1990) e Le Goff (1990), a memória é um fenômeno inerente às pessoas, relacionado à recordação de eventos ocorridos anteriormente. Essa memória considera as situações atuais e coletivas que valorizam as práticas culturais, manifestando-se por meio de objetos, histórias, símbolos, rituais e lugares que representam a memória de um grupo específico.

O conceito de memória institucional é definido, com base na literatura científica, como o conjunto de elementos materiais e/ou imateriais representativos da trajetória de uma instituição, relacionados à identidade e à cultura de uma sociedade, e que visam transmitir sua história por meio do registro, da organização e da preservação patrimonial. Segundo Costa (1992), para melhor compreender o tema, é primordial considerar os conceitos de identidade, sociedade, cultura, poder, patrimônio, tempo, história, memória e nação.

A literatura aponta que a memória é um recurso de lembranças de um grupo que visa preservar sua identidade, sendo utilizada para construir e reconstruir fatos do passado. Nora (1993, p. 9), historiador francês, destaca que “memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, em permanente evolução, e emerge de um grupo que ela une”.

Na mesma perspectiva da memória coletiva, o autor remete à reflexão sobre os “lugares de memória”, compreendidos como espaços funcionais e simbólicos de manutenção e transmissão cultural, de caráter informacional e pedagógico, capazes

de possibilitar elos de aprendizagem.

Dessa forma, é possível destacar a necessidade de investigar o tratamento de livros físicos como acervo de memória em bibliotecas, evidenciando os espaços de preservação que necessitam de organização sistêmica junto às produções científicas institucionais, como pré-requisito para a criação de arquivos de memória, conforme destaca o autor:

> Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (Nora, 1993, p. 13)

Diante disso, na perspectiva de prevenir e evitar possíveis descartes de livros físicos como itens de memória em razão da ausência de uma catalogação específica para as produções institucionais, o que pode ocasionar perdas significativas, destaca-se Le Goff (1990, p. 367), para quem “a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações pode determinar perturbações graves da identidade coletiva”.

Compreender o que se entende por itens de memória exige, antes de tudo, considerar que nenhum objeto nasce memória por si só. Itens de memória são considerados como tal a partir do significado que lhes é atribuído, de forma representativa, por um grupo social. Considerando os autores mencionados neste estudo, podem-se destacar alguns itens dessa categoria, como registros, dados, objetos, espaços, ambientes e fatos, que adquirem sentido ao carregar em sua essência informações significativas que representam uma conexão entre o passado, o presente e o futuro.

Assim, o item de memória se constitui na intencionalidade do olhar que o distingue dos demais, e não apenas na sua existência física. No contexto das bibliotecas, essa discussão ganha contornos próprios, uma vez que o livro físico, por sua natureza, já é um suporte de registro e transmissão do conhecimento.

Diante disso, o livro produzido pelos servidores do IFRO só se converte, de fato, em item de memória institucional quando a biblioteca o reconhece como tal, atribuindo-lhe critérios de seleção, descrição e tratamento técnico que o diferenciem das demais obras do acervo geral e que garantam sua preservação e visibilidade como expressão da identidade da instituição.

A memória institucional se constitui por diversos meios. No que diz respeito

aos meios físicos de memorização, podem-se destacar os apontamentos de Costa (1992), que identifica, em sua pesquisa, os seguintes componentes: bibliográfico, arquivístico, museológico, ambiental e computacional.

No elemento bibliográfico, a autora aponta exemplos como livros, folhetos, periódicos, relatórios técnicos, documentação cartográfica, documentação territorial e obras preciosas. Esta pesquisa delimita-se ao componente livro físico, especificamente às obras produzidas por servidores e armazenadas nas estantes do acervo geral.

O acervo geral das bibliotecas do IFRO é organizado de maneira padronizada, com base no Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR) e na Classificação Decimal de Dewey (CDD), instrumentos adotados de forma comum para todas as obras. Cada exemplar passa por processamento técnico, que inclui a catalogação segundo as regras básicas de descrição do AACR e a classificação por assunto.

Os livros são organizados em um único acervo por classificação de assunto e área do conhecimento, sem separação por origem ou tipo de produção. Assim, as obras produzidas pela própria instituição, incluindo as de autoria de seus servidores, ocupam o mesmo espaço físico das demais e não recebem nenhuma marcação ou identificação que as distinga. Nesse processo, o livro de autoria dos servidores é tratado como qualquer outro item do acervo geral, sem visibilidade própria, o que ajuda a compreender o lugar que ele ocupa hoje nas bibliotecas da instituição.

A importância do livro físico como instrumento de preservação da memória reside em sua singularidade: ele contém, em sua essência, os símbolos, os significados e os sinais de uma comunidade, além dos vestígios de uso que ultrapassam o próprio conteúdo bibliográfico, representando a experiência acumulada dessa comunidade.

A preocupação com o cuidado do livro na biblioteca como memória é evidenciada por Paulilo (2019), quando afirma que os livros são reunidos em uma biblioteca como uma memória social que apresenta diferentes formas de unificar lembranças:

> [...] o livro na biblioteca é um artefato de memória, pensar esse espaço de acumulação como um lugar de interação de inúmeras memórias culturais e colocar a questão dos espaços de sociabilidade organizados em torno do livro permite explorar bons veios de trabalho e pesquisa. (Paulilo, 2019, p. 18)

O desafio da preservação da memória institucional relacionado à produção bibliográfica dos livros físicos de servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) é evidente: tais materiais, quando submetidos às bibliotecas, não são considerados como memória no processamento técnico biblioteconômico de representação da informação.

Essa constatação decorre do modo como esses livros são tratados ao chegarem à biblioteca. Por não haver critérios que os distingam, a obra de um servidor recebe a mesma catalogação, classificação e indexação de qualquer outro título e é incorporada ao acervo geral sem marcação que indique sua autoria institucional.

Ao observar as bibliotecas do IFRO, percebe-se que ainda não há um acervo físico reconhecido como memória, capaz de resguardar a história da instituição. Essa ausência talvez não se explique pela falta de obras, mas pela falta de um despertar institucional para o valor memorial que o livro carrega.

Enquanto essa compreensão não se consolida, a produção dos servidores permanece diluída no acervo geral, sem uma descrição que a diferencie dos demais títulos. Com isso, essas obras perdem seu valor de memória e de contribuição social e ficam vulneráveis a possíveis descartes. As perdas alcançam diferentes dimensões: a identidade institucional, a história do IFRO, a valorização dos servidores e os ambientes e recursos de pesquisa na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Reconhecer esse valor, portanto, é o primeiro passo para que a biblioteca adote uma descrição padronizada e passe a tratar esses livros não apenas como itens de consulta, mas como registros da trajetória de quem constrói o IFRO.

Nesse sentido, torna-se imprescindível iniciar um olhar atento e exercitar a prática de pensar a biblioteca como um lugar de memória que organiza produções e contribui com as “construções de sentido”, termo utilizado por Barbosa e Silva (2022, p. 103) ao enfatizarem que os fatos e as memórias são elementos que consolidam uma explicação sobre o passado da EPT, materializando-se pela memória coletiva.

A partir da experiência profissional deste pesquisador na biblioteca, evidenciou-se a necessidade de conferir maior visibilidade e perenidade à produção bibliográfica dos servidores, a partir do cuidado com critérios específicos de tratamento da memória institucional, na perspectiva de organizar esses recursos

para potencializar as ações pedagógicas.

Contextualizando esse problema, observa-se que as publicações bibliográficas dos servidores depositadas nas bibliotecas são organizadas por assunto ou área do conhecimento, sem critério descritivo específico que as identifique como memória produzida pela própria instituição.

Diante do perfil acadêmico multifacetado da instituição estudada, que incentiva a produção bibliográfica por meio de editais de fomento à pesquisa científica, a produção dos servidores do IFRO destaca-se em dois eixos: livros físicos e livros digitais. Considerando que a instituição já dispõe de um recurso padronizado para a difusão das produções digitais, como o Repositório Institucional, esta pesquisa voltou-se às obras físicas, que reúnem um volume considerável de livros produzidos por servidores, mas ainda carecem da devida visibilidade.

Nesse sentido, um potencial acervo de memória institucional e recurso de pesquisa deixa de ser utilizado por falta de critérios e protocolos definidos para essa finalidade. Diante do exposto, emerge a indagação que orienta esta pesquisa: como as bibliotecas do IFRO podem realizar um processamento técnico dos livros físicos produzidos por servidores para garantir sua preservação e visibilidade como memória institucional?

Parte-se do pressuposto de que, embora depositados no acervo, os livros produzidos pelos próprios servidores não recebem, no cotidiano das bibliotecas, um tratamento técnico diferenciado que os reconheça e os preserve como memória institucional, pressuposto que orientou a construção dos instrumentos de pesquisa.

A biblioteca, como espaço formal de ensino, cumpre o papel de guarda e cuidado da memória, desempenhando a função de buscar reflexões acerca de melhorias em suas ações, de modo a propiciar uma estrutura que contribua com a formação autônoma e crítica dos estudantes.

Dentre os compromissos das bibliotecas para se integrarem ao processo de ensino-aprendizagem, estão: fomentar e aprimorar recursos que ampliem o domínio informacional; subsidiar as pesquisas científicas; e estimular a leitura como mecanismo de formação integral, tudo isso como parte de sua responsabilidade pedagógica.

A biblioteca incentiva a criação de ambientes diversificados e motivadores para o ensino, aspecto crucial na formação de cidadãos críticos, reflexivos e

independentes, em conformidade com os princípios do ensino na EPT. Para cumprir essas e outras funções, a biblioteca se dedica diariamente a ações simples que geram grandes impactos, como atividades internas de incentivo à leitura por meio de mural interativo, exibições de cinema, exposições de obras temáticas, palestras e demais atividades que contribuem para o desenvolvimento humano.

A relevância desta pesquisa está na importância da organização do espaço pedagógico, princípio pautado na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT”, que prevê a preservação da história por meio da organização das memórias institucionais, resultando em benefícios como o fortalecimento da identidade coletiva, a difusão do conhecimento, o incentivo a novas produções e o apoio ao ensino na EPT.

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar as percepções e as intervenções dos bibliotecários do IFRO na organização de livros físicos como memória, produzidos por servidores da instituição, na perspectiva de contribuir com estratégias que garantam a perenidade e a maior visibilidade dessa produção, valorizando e reconhecendo os servidores autores de livros e fortalecendo, assim, a identidade institucional.

Para tanto, delinearam-se os seguintes objetivos específicos:

a) Identificar as percepções, as intervenções e os desafios dos bibliotecários do IFRO quanto ao tratamento da memória institucional;

b) Inventariar a produção bibliográfica dos servidores do Campus Porto Velho Calama;

c) Analisar os critérios, os cuidados e as práticas existentes relacionados ao tratamento desses acervos, cruzando dados qualitativos e documentais;

d) Elaborar, a partir desse conjunto de análises, um produto educacional voltado à gestão da memória institucional em bibliotecas da EPT.

O estudo buscou, assim, aprofundar o conhecimento sobre o objeto investigado, promovendo debates e reflexões que fomentem processos e práticas de organização da memória no que tange ao registro, à conservação e à visibilidade, identificando as intervenções sobre o tema nas bibliotecas do IFRO participantes da pesquisa e analisando as ações já existentes relacionadas ao assunto.

Promover a divulgação e ampliar a visibilidade das produções bibliográficas

dos servidores é um modo de contribuir com a democratização do conhecimento, estimular novas pesquisas e valorizar e reconhecer o trabalho dos servidores, contribuindo com o avanço da ciência e da tecnologia na formação de cidadãos mais críticos e participativos. Esse esforço dialoga diretamente com os desafios do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO – PDI (2023-2027), que visa fortalecer e consolidar a identidade da instituição.

Reafirma-se, desse modo, a profunda e real necessidade deste estudo, que buscou contribuir com a organização do espaço e da memória institucional, conferindo visibilidade às produções bibliográficas dos servidores, em consonância com a finalidade da EPT e com a disponibilização de recursos que possibilitem uma formação integral e significativa ao estudante, bem como a valorização de quem produz conhecimento dentro da instituição.

Para alcançar esses objetivos, esta dissertação está organizada em cinco capítulos, além desta introdução. O Capítulo 2 apresenta o referencial teórico que sustenta a pesquisa, discutindo a memória no âmbito educacional, os espaços de memória a partir da organização e valorização de acervos, o tratamento de acervos de livros físicos como memória e a produção bibliográfica de servidores como item de memória institucional. O Capítulo 3 descreve a metodologia adotada, de natureza aplicada e abordagem qualitativa, apresentando a caracterização da pesquisa, o local e os participantes do estudo, os procedimentos éticos observados, o uso de inteligência artificial na condução do trabalho e os procedimentos de geração e análise dos dados. O Capítulo 4 apresenta e discute os resultados obtidos a partir das entrevistas com os bibliotecários e do inventário documental realizado no Campus Porto Velho Calama. O Capítulo 5 apresenta o produto educacional desenvolvido a partir dos resultados da pesquisa, o Guia de Boas Práticas para a Gestão da Memória Institucional em Bibliotecas da EPT. Por fim, o Capítulo 6 tece as considerações finais do estudo, retomando seus principais achados, limites e possibilidades de continuidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, apresentam-se as principais reflexões e conceitos de diferentes autores sobre memória, o tratamento e a preservação da memória institucional, a percepção do profissional bibliotecário perante o acervo de memória na educação, bem como a relevância da pesquisa para a sociedade e as teorias relacionadas com o cotidiano dos profissionais que atuam na gestão da informação.

2.1 MEMÓRIA NO ÂMBITO EDUCACIONAL

A organização de memória institucional em espaços pedagógicos transita nos conceitos fundantes de: lugares de memória, memória coletiva, memória institucional, conservação, difusão e mediação da informação, originando-se dos campos da Filosofia, da Sociologia e da História.

Em consonância com o pensamento de Barros (2011), no que se refere à historiografia da memória, o conceito de memória surgiu na Antiguidade Clássica, sendo objeto de reflexão por filósofos como Platão e Aristóteles. Desde então, tem se desenvolvido em um campo de natureza interdisciplinar, cuja trajetória, na contemporaneidade, amplia-se e ganha relevância diante da crescente preocupação com a organização e preservação das memórias.

Os recursos de memória relacionam-se intrinsecamente com a mediação da informação, na medida em que o tratamento qualificado dos conteúdos informacionais contribui significativamente para o êxito na formação crítica dos sujeitos e para o alcance das finalidades e objetivos institucionais. Nesse sentido, Cortes, Bari e Macedo (2018) compreendem que memória e informação convergem em seus propósitos quando há a aplicação de métodos especializados no tratamento dos dados, envolvendo a mediação da informação em contextos sociais relevantes.

A memória, segundo Rogo, Valentim e Damian (2024, p. 9), dispõe de um processo de construção cíclico e mutável, pelo ato de lembrar e esquecer inerente ao ser humano. Como “princípio de sociedade, identidade individual e coletiva”, é uma capacidade natural do indivíduo de selecionar e gravar em sua memória fatos

relevantes, que podem ser transmitidos às futuras gerações, o que ajuda a garantir a identidade, perpetuar culturas e constituir histórias de uma sociedade.

A literatura aborda a memória em várias vertentes. Costa (1997) define a memória como “híbrida”, por abranger diferentes elementos com ampla dimensão nas áreas do conhecimento científico; no entanto, esta pesquisa se atém à área das ciências sociais que abrange os temas da informação, formação, cultura e identidade.

Pesquisas recentes, como a dissertação de Carvalho (2024, p. 46), definem a memória institucional no entendimento do conceito de instituição utilizando o pensamento de Saviani (2005 apud Carvalho, 2024), que trabalha o tema relacionando a instituição educativa na compreensão da história, a partir dos movimentos da “escola de Frankfurt” e “escola dos Annales”.

Segundo a contribuição dos autores, a noção de instituição é caracterizada como uma estrutura estabelecida para atender às necessidades humanas, resultante de um processo de surgimento da sociedade de classes. Nesse contexto, é possível afirmar que as instituições são entidades formadas por demandas sociais, que durante seu funcionamento constroem sua estrutura ao longo da trajetória institucional, transformando-se em espaços coletivos repletos de memórias.

De forma contundente, Oliveira (2012, p. 148) esclarece que a memória é um “fenômeno socialmente construído”. Memória e instituição estão intrinsecamente vinculadas à coletividade: a memória tem um caráter coletivo, e a instituição é formada e vivida em grupos. Nesse sentido, a memória institucional pode ser considerada um conjunto de itens selecionados que constituem coleções da produção e vivência de uma entidade, que vai além da dimensão física, envolvendo o caráter virtual que se materializa em artefatos passíveis de tratamento e de coleção.

Embora a memória seja compreendida de forma abrangente, a escolha do livro físico como objeto de pesquisa decorreu da observação cotidiana, no exercício profissional, da necessidade de resguardar a história e a memória, tendo em vista o risco de perda desses itens em razão da ausência de um tratamento organizado e padronizado.

É nesse cenário que Halbwachs (1990), em sua obra “A memória coletiva”, enfatiza que a memória coletiva se manifesta a partir das lembranças que ocorrem

quando nos posicionamos na perspectiva de determinados grupos, e nos inserimos novamente em determinadas formas de pensamento coletivo, ou seja, para a memória funcionar, precisamos nos conectar com outras pessoas, experiências e pensamentos do mesmo grupo social ou cultural.

Ao refletir sobre o tema, Thiesen e Almeida (2015) enfatizam a memória como tudo que é selecionado e consagrado como digno de integrar o acervo, coleção, ideário e bens culturais num critério de relevância institucional. Diante do exposto, segundo Thiesen (2013), existem outras vertentes da memória, como a do esquecimento e a do silenciamento, que envolvem a decisão de não preservar lembranças negativas e perpassam por um processo de ocultação ou negligência.

> [...] memória institucional é tudo aquilo que as instituições definem como relevante para sua memória. É a sua verdade, o que deve ser selecionado, preservado e recuperado, bem como aquilo que deve permanecer em silêncio, esquecido ou guardado em segredo. (Thiesen, 2013, p. 50-51).

Sob essa ótica, infere-se de Thiesen (2013) que a base teórica da memória coletiva fundamenta-se em diferentes contribuições oriundas dos campos da História, Sociologia e Antropologia. Destacam-se os estudos de Pierre Nora (1993, p. 21), que desenvolve o conceito de “lugares de memória” e aponta para o enfraquecimento da memória viva na modernidade; de Jacques Le Goff (1990, p. 410), que compreende a memória como instrumento de poder e de controle nas dinâmicas de dominação política; e de Maurice Halbwachs (1990, p. 3), que sustenta que a memória é estruturada a partir de quadros sociais, como família, religião e classe.

Além desses, Joël Candau amplia o debate ao abordar a memória desde suas bases biológicas até sua relação com a construção da identidade coletiva. Em conjunto, esses autores, ainda que situados em diferentes perspectivas teóricas, convergem ao compreender a memória coletiva como uma construção social, constituída por meio das interações entre grupos que compartilham sentidos e práticas de preservação cultural.

Tal preservação está ligada aos espaços de memória, estudados por Pierre Nora, que, com o conceito de “lugares de memória”, aborda espaços que carregam em sua essência memórias vivas, que precisam ser materializadas em objetos para a consolidação das memórias coletivas, que vêm se perdendo com a modernidade, como afirma o autor.

> Fim das sociedades-memória, como todas aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão dos valores, igreja ou escola, família ou Estado. Fim das ideologias-memórias, como todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro, que se trate da reação, do progresso ou mesmo da revolução. (Nora, 1993, p. 8).

A memória, por ser uma construção social, depende das ações coletivas da sociedade para reconstruir fatos do passado. O conceito de sociedades-memória, na concepção de Nora (1993), refere-se às sociedades que preservavam suas memórias naturalmente por tradições orais, rituais, práticas cotidianas e convivências por gerações, integradas à vida social, sem registro.

Na mesma perspectiva, o autor aborda o termo ideologias-memórias no sentido de destacar como a memória pode ser usada politicamente de forma manipulatória por instituições ou grupos sociais que selecionam e decidem o que querem preservar e guardar ou esquecer e apagar memórias que podem criar versões verdadeiras da sua história.

Nesse sentido, é fundamental que uma sociedade construa bases para a interpretação fiel do passado, por meio de fontes de memória que orientam decisões na atualidade e impactam o futuro. Na concepção de Le Goff (1990), a memória é patrimônio coletivo, indispensável à consolidação da identidade de grupos, e a perda desse recurso pode gerar um grande impacto na sociedade.

A memória analisada no aspecto social nos dá a possibilidade de compreender e transmitir fatores relevantes da identidade de uma comunidade. Candau (2011) ressalta que ela se consolida pela articulação entre o indivíduo e a coletividade por meio de vivências que compartilham práticas, representações, crenças e lembranças, transmitindo culturas.

Na mesma perspectiva, Halbwachs (1990), pioneiro no conceito de memória coletiva, demonstra que a memória é essencialmente coletiva, construída pelas comunidades às quais pertencemos, denotando que as lembranças individuais só existem porque têm como base as referências do grupo.

Tendo em vista que a memória coletiva é o eixo das memórias individuais, é vital pensar em garantir uma perpetuação de culturas e promover reflexões sobre a preservação e o acesso à memória das instituições, entendendo a melhor

abordagem dos cuidados dos livros como fonte de memórias, contribuindo com a qualidade e eficácia dos recursos pedagógicos.

Assim, as bibliotecas, como espaços de memória, dispõem em sua essência da excelência do cuidado de preservar o conhecimento e difundir a cultura de comunidades. Para esse propósito, a gestão de acervos produzidos nas instituições deve dispor de um cuidado e tratamento visando ações que façam sentido para o coletivo.

A unidade de informação como um espaço formal de educação, considerada por Jacobucci (2008) com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, contribui significativamente com o processo educativo, na guarda, preservação e disseminação de informações científicas. Nesse espaço, a construção do conhecimento é fomentada por interações, compartilhamento de experiências e informações sistematizadas por pesquisas, que geram produções como livros, constituídos por relações coletivas e conhecimentos individuais, registrados e resguardados na biblioteca.

Os espaços e as obras na gestão de acervos de memória são múltiplos. Em se tratando de conteúdo bibliográfico, as bibliotecas da EPT dispõem de recursos específicos para tal finalidade, como profissionais capacitados e sistemas de gestão apropriados. Nesse sentido, Cavalcante, Sales e Guerra (2024) destacam, em pesquisa sobre acervos pessoais, a forma de representação e preservação de obras na biblioteca.

Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a memória vincula-se ao projeto de formação integrada. Para Ciavatta (2005, p. 3), esse projeto busca formar o ser humano em sua integralidade, tendo o trabalho como princípio educativo. Barbosa e Silva (2022, p. 103) evidenciam que os fatos e as memórias consolidam explicações sobre o passado da EPT, materializando-se na memória coletiva de seus sujeitos e nos registros que eles produzem.

Ciavatta (2005, p. 11), em diálogo com Nora, compreende a escola como lugar de memória e de identidade. A autora afirma que, para assumirem a formação integrada, as instituições precisam conhecer sua história, “que reconstituam e preservem sua memória” (Ciavatta, 2005, p. 13). Ela reconhece ainda que “fotografias, livros, papéis e objetos guardados com zelo e nostalgia” podem alimentar essa formação (Ciavatta, 2005, p. 14).

Contudo, Mourão et al. (2025, p. 2) alertam que a fragilidade na preservação dos acervos escolares está associada ao desconhecimento de sua relevância e à ausência de políticas institucionais específicas. Reconhecer a produção bibliográfica dos servidores como memória da EPT implica, portanto, assumir com Nora (1993, p. 13) que não há memória espontânea. Cabe à biblioteca criar critérios que garantam a preservação e a visibilidade dessa produção.

Diante do exposto, infere-se que a representação é uma atividade específica de base fundamental para o tratamento e a preservação de materiais de memória no âmbito da criação de acervos institucionais em espaços de informação e colaboração na formação escolar, que perpassa por intervenções específicas dos profissionais da Ciência da Informação, como o bibliotecário.

Atividades nesse sentido são inerentes ao processamento técnico biblioteconômico, que pode ser definido como um conjunto de procedimentos que se concentram em classificar e descrever materiais bibliográficos, preparando-os para o uso do público. Nesse processo, Cavalcante, Sales e Guerra (2024) descrevem a representação descritiva como a catalogação, que organiza os dados para uma possível seleção de um material que atenda às necessidades informacionais.

Ainda, em se tratando das políticas e diretrizes que cuidam da gestão, preservação e disseminação de acervos nas bibliotecas, é comum encontrar um documento denominado “Política de Desenvolvimento de Coleções” (PDC), item norteador no processo de gerência eficiente das coleções.

Em consulta realizada em junho de 2025 a documentos com esse viés de alguns institutos federais de ensino[1], constatou-se que, das sete unidades da região Norte, nenhuma apresentou, em suas diretrizes, orientações práticas específicas de gestão de memória institucional.

Algumas descrevem que, na formação do acervo, pode haver coleções especiais de obras raras ou documentos da memória dos *campi.* Na consulta da PDC da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o critério mostrou-se mais norteador, explicitando o não descarte de itens da memória, porém não menciona critérios de seleção.

[1] Institutos Federais consultados em junho de 2025 nos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Tocantins e Amapá (IFRO, IFAM, IFAC, IFPA, IFRR, IFTO e IFAP). Os links constam na lista de referências.

Para as instituições que almejam um futuro de base sólida na gestão eficiente, pensar em preservar sua história é fundamental. Tal ação inicia-se com o debate sobre a gestão dos materiais dessa natureza e, posteriormente, com a padronização institucional nas ações de tratamento de acervos especiais por instruções normativas.

No entanto, tem-se notado que a falta de documentos instrucionais de critérios de coleções de memória em instituições de Ensino Profissional e Tecnológico apresenta um baixo percentual de ações que promovam a preservação e o cuidado com os acervos de memórias nas bibliotecas. Dessa forma, este estudo ajuda a entender a importância do cuidado com a memória institucional no que tange à produção bibliográfica de livro físico dos servidores nas bibliotecas, na perspectiva de contribuir para uma Educação Profissional e Tecnológica (EPT) consistente.

Diante do exposto, conclui-se que a memória no âmbito educacional, em busca da manutenção da identidade e da história, como parte integrante de um processo educativo para uma formação integral, sob múltiplas visões, depende da interação com outras áreas, como a Ciência da Informação, na estrutura de recursos de base na organização e disseminação da informação como recurso de memória aplicado no campo do ensino.

Diante desse contexto e das afirmações dos autores apresentadas até aqui, o próximo tópico explora como os espaços de memória se organizam no sentido de desenvolver ações de valorização de recursos de memória no apoio ao processo de ensino e aprendizagem.

2.2 ESPAÇO DE MEMÓRIA: A PARTIR DA ORGANIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE ACERVOS COMO RECURSOS EDUCACIONAIS

Dando continuidade ao que foi exposto, este tópico aborda o ambiente físico como espaço de memória de saberes técnicos e científicos articulados à história institucional. Tal perspectiva relaciona-se à organização da informação enquanto práxis da Ciência da Informação, materializada na atuação de profissionais especializados, responsáveis pelo tratamento técnico dos acervos, o que inclui os processos de seleção, organização, recuperação e disseminação da informação.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem uma história própria, bem anterior à criação dos Institutos Federais. Suas raízes estão nas Escolas de Aprendizes Artífices, criadas pelo Decreto nº 7.566/1909, e, antes delas, nos asilos e casas de educandos artífices do Império, destinados aos chamados “meninos desvalidos” (Cunha, 2000 apud Ciavatta, 2025, p. 3).

Essa é também uma história disputada. Ciavatta (2025) mostra que a sociedade brasileira, marcada por séculos de escravidão e pela desvalorização do trabalho manual, reservou aos filhos das elites a formação acadêmica e científica e, aos filhos dos trabalhadores, a preparação profissional e instrumental. Para a autora, a imposição do trabalho e a negação da educação são mediações que atravessam essa trajetória. Em outro estudo, Ciavatta (2005) descreve a formação profissional no Brasil como uma luta política permanente entre o assistencialismo e o preparo intelectual do trabalhador.

Se a história é disputada, a memória também é. Como lembram Padrós (2001) e Le Goff (1990), aquilo que se preserva ou se esquece expressa relações de poder. Ciavatta (2025, p. 3) afirma que o resgate da memória e da história de trabalho-educação “é um processo em curso no Brasil”. Barbosa e Silva (2022) confirmam esse movimento ao evidenciarem o crescimento das pesquisas sobre memórias da EPT no ProfEPT.

Ainda assim, trata-se de uma memória pouco preservada. Ao reconstituir a história da antiga Escola Normal Wenceslau Brás, Dias (1980, p. 35 apud Ciavatta, 2025, p. 14) lamenta: “Não se guardam, por exemplo, fotografias antigas, diplomas, cartas em geral, tudo que representa valor inestimável para recompor uma vida, uma época”. Mourão et al. (2025) mostram que essa fragilidade persiste nos acervos escolares, associada ao desconhecimento de sua relevância e à ausência de políticas institucionais.

É nesse ponto que as bibliotecas entram na história da EPT. A principal obra sobre o ensino industrial no Brasil, de Celso Suckow da Fonseca, resultou de dez anos de pesquisa em bibliotecas e arquivos públicos. Ciavatta e Gontijo (1999 apud Ciavatta, 2025, p. 11) reconhecem nela “um notável esforço de registro da memória histórica”. Os acervos, portanto, não apenas guardam a memória da EPT: eles tornam possível contá-la.

No cotidiano das bibliotecas do IFRO, essa reflexão ganha sentido concreto. Os livros produzidos pelos servidores registram hoje o trabalho intelectual de quem faz a EPT e serão, amanhã, fontes para contar sua história. Como ensina Nora (1993), não há memória espontânea. Cabe às instituições reconhecer, organizar e dar visibilidade a esses registros antes que se percam entre as estantes do acervo geral ou sejam descartados por falta de reconhecimento.

Desse modo, torna-se possível ampliar o acesso aos conteúdos informacionais, assegurando eficiência e eficácia no uso e na apropriação do conhecimento. Ao longo do tempo, a memória tem sido objeto de pesquisa de diversos autores em âmbito internacional, o que resultou na produção de conhecimentos consolidados e relevantes para a sociedade e ampliou as possibilidades de investigação no meio acadêmico.

Contudo, os conceitos de memória perpassam diferentes vertentes, entre as quais se destaca a do controle e do poder, relacionada à manipulação ou à negligência decorrente do desconhecimento da relevância do tema nos espaços de memória.

Na mesma perspectiva, Padrós (2001, p. 81) afirma que a memória é um processo de construção social que dispõe de elementos que percorrem mediações que “expressam relações de poder” e hierarquização pelo interesse hegemônico envolvendo aspectos políticos e culturais.

Sob a ótica de Jacques Le Goff (1990), a memória está intrinsecamente relacionada aos processos de construção da identidade social, sendo mediada por práticas de preservação e representação do passado. Assim, esses espaços não apenas armazenam documentos e objetos pedagógicos, mas também funcionam como instâncias de produção de sentido, nas quais se articulam cultura, identidade e história institucional.

Os ambientes educacionais são constituídos por diferentes espaços que podem ser compreendidos como lugares de memória, na perspectiva teórica proposta por Nora (1993). Tais lugares emergem como suportes materiais e simbólicos da memória coletiva.

Nesse contexto, bibliotecas, arquivos, museus e salas especializadas assumem papel fundamental na salvaguarda, organização e difusão de registros vinculados à trajetória histórica das instituições. Cada espaço constitui-se a partir de

características e finalidades específicas no que se refere à organização de seus acervos, demandando planejamento prévio e sistematização de ações. Tal processo envolve a elaboração de documentos normativos e diretrizes que orientem, de forma padronizada, o funcionamento adequado do ambiente.

Entretanto, mesmo diante dos esforços empreendidos pela gestão administrativa e organizacional, persiste a necessidade de atualização contínua dessas diretrizes, a fim de acompanhar o aprimoramento das práticas institucionais e responder, de maneira eficaz, às demandas sociais em constante transformação.

Nesse sentido, as autoras Rodrigues e Crespo (2006) demonstram a importância de adequação das bibliotecas e dos bibliotecários às novas exigências do meio de recursos e serviços como suporte de atividades de ensino, pesquisa e extensão, destacando a preocupação dos profissionais na organização de acervo com a padronização da catalogação e indexação no processo descritivo.

Para Becker e Martins (2005), o tratamento de acervos de livros e documentos de memória ganha novas configurações de sentido a partir do século XX, com mudanças significativas para a sociedade, destacando-os como “uma nova tendência” em recursos de comunicação, bem como compreendendo-os como “instrumentos de educação”.

Ressaltando ainda a pretensão dos autores, é válido salientar que sua pesquisa deixa clara a necessidade da busca de ultrapassar a noção de arquivos e bibliotecas como meros depósitos estáticos, onde “livros e documentos, seriam apenas guardados para a eternidade; devem ser mais ágeis e comunicativos; ter uma relevância social”, assumindo novas funções de interação com a educação e o ensino de qualidade (Becker; Martins, 2005, p. 6).

Pode-se compreender, à luz do que apontam os autores sobre o tema, que a preocupação com a gestão de acervos de memória constitui uma demanda social histórica, a qual adquire novas dimensões na contemporaneidade. Nesse contexto, tais acervos passam a ser reconhecidos como recursos educacionais estratégicos, capazes de atender a necessidades emergentes relacionadas à defesa de direitos, em aspectos políticos, sociais e culturais, especialmente em um cenário marcado pela volatilidade da informação.

De modo geral, corresponder às expectativas teóricas apresentadas exige esforço conjunto de um grupo gestor que envolva a equipe no tratamento técnico,

organização e disseminação positiva da memória no contexto educacional, e na efetiva e qualificada gestão dos acervos institucionais, configurando-se como um processo abrangente, que depende da integração e da articulação dos profissionais da informação em seu respectivo campo, tais como bibliotecários, arquivistas e museólogos.

A atuação desses especialistas é de fundamental importância para prevenir situações de negligência na organização, bem como para promover a preservação e aplicação técnica no ensino. Conforme destacam Mourão *et al*. (2025), tais fragilidades estão frequentemente associadas ao desconhecimento de sua relevância e à ausência de políticas institucionais específicas.

Desse modo, os profissionais da informação podem trabalhar no sentido de assegurar maior assertividade nos processos de gestão, especialmente no que se refere ao registro, à preservação e à difusão da informação, contribuindo significativamente para o fortalecimento dos processos de ensino e para a construção de um conhecimento mais abrangente e sistematizado.

Nesse sentido, o processo de organização da memória institucional, especialmente no que se refere ao acervo bibliográfico, agrega um aspecto de suma importância, que consiste na prévia definição de metadados específicos capazes de identificar e distinguir os materiais de memória dos demais itens do acervo. Tal procedimento possibilita uma recuperação da informação mais célere e precisa, otimizando o uso dos recursos pedagógicos nas atividades de ensino.

Para isso, utilizam-se os metadados de descrição, que se refletem na preservação por meio de um conjunto de informações de recuperação de dados. Segundo Sayão (2010, p. 4), trata-se de uma face da descrição bibliográfica que assegura que o recurso sobreviva ao longo do tempo, permanecendo acessível, e que não perca a capacidade de ter seus significados interpretados de forma apropriada pela comunidade que desejar usufruir desse benefício em suas atividades.

Nesse caso, o método selecionado consiste em estruturar campos que compõem um termo descritor de maior relevância na representação do item catalogado. Essa ação contribui significativamente para a recuperação, refletindo na divulgação e valorização da produção bibliográfica do coletivo institucional, bem como para subsidiar ações de ensino, pesquisa e extensão.

Ademais, reconhecer, identificar e registrar tais produções gera benefícios amplos, como o resgate da história, a preservação do legado e o fortalecimento da identidade institucional. A pesquisa de Sayão corrobora a ideia: com base na National Information Standards Organization (NISO), o autor amplia o entendimento da definição de metadados na sua aplicação da seguinte forma: “informação estruturada que descreve, explica, localiza, ou possibilita que um recurso informacional seja fácil de recuperar, usar ou gerenciar” (NISO, 2004, p. 1; Sayão, 2010, p. 5).

Os acervos de uma instituição possuem inúmeras possibilidades de ser utilizados como recursos educacionais, principalmente os acervos de memória, como os livros produzidos por servidores. Nesse caso, o recurso pode ser trabalhado pelo seu conteúdo, relacionando-o com as disciplinas, ou pela essência e pelas características que um livro carrega, como os dados do autor e o contexto temporal em que foi elaborado.

Nesse sentido, a reflexão busca promover o recurso no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, contexto no qual se insere este estudo, que se destaca pela centralidade do ensino integrado, orientado para a formação omnilateral do indivíduo.

Tal perspectiva contempla as dimensões intelectual, física, emocional e social, visando à constituição de sujeitos críticos e reflexivos. Além do mais, nesse cenário, a utilização de recursos que abordam contextos interdisciplinares, bem como a valorização do fator histórico e da representatividade dos grupos sociais, contribui significativamente para o enriquecimento do processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, os espaços de memória institucional no âmbito escolar são de fundamental importância para a efetivação dos objetivos de uma unidade de ensino que visa humanizar pessoas e promover uma educação de qualidade na integralidade das dimensões do trabalho, da ciência e da cultura, promovendo impactos significativos no processo formativo. Outro ponto importante a ser abordado, que será apresentado no próximo tópico, é o tratamento de acervo, um conjunto de tarefas inerentes ao espaço de memória que contribui com a organização e valorização dos recursos educativos.

2.3 O TRATAMENTO DE ACERVO DE LIVROS FÍSICOS REPRESENTADOS COMO MEMÓRIA

Para esta reflexão sobre o tratamento de livros físicos, apresenta-se uma breve contextualização histórica acerca do livro, abordando os principais conceitos que permeiam o tema, destacando a natureza do livro no sentido dos valores da sua materialidade, bem como o processo técnico de preparação, curadoria e preservação desses materiais.

A trajetória da organização de acervos de livros no Brasil tem início no período colonial. O tratamento, a comercialização e a circulação de impressos desenvolveram-se entre os séculos XVIII e XIX, sob fortes restrições impostas pelo centro político-econômico português instalado no Rio de Janeiro, responsável pela administração da colônia.

Segundo El Far (2006, p. 11), até a chegada da Corte Portuguesa em 1808, vigoravam diversas proibições quanto à reprodução de livros e à abertura de estabelecimentos dedicados à produção de materiais impressos, motivadas pelo receio de uma possível disseminação de ideias políticas progressistas e revolucionárias. No contexto histórico brasileiro, o livro também foi introduzido com finalidade de instrução educacional, especialmente quando considerado sob o viés religioso, período em que a Igreja Católica buscava ampliar sua atuação social e difundir a evangelização.

Nesse sentido, conforme afirma Pedersoli (2023, p. 25), em determinado momento do período colonial, os jesuítas chegaram ao Brasil portando “seus livros religiosos com o objetivo de catequizar e promover uma educação formal”. Percebe-se que o livro, a leitura e a informação historicamente detêm significativo potencial de educação, influência e poder. Ao longo do tempo, o domínio territorial e a consolidação da autoridade estiveram, em grande medida, associados ao acesso e à apropriação do conhecimento registrado nos livros, em suas diversas áreas.

Nessa perspectiva, o livro configura-se como um instrumento estratégico, capaz de favorecer o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao domínio, à persuasão, à formulação de estratégias e à gestão. Dada essa relevância, compreende-se a recorrente preocupação histórica de diferentes autoridades em controlar a produção e a difusão desse recurso informacional.

À luz das interpretações e inferências apresentadas, entende-se que o livro,

enquanto suporte de informação, requer tratamentos específicos biblioteconômicos que assegurem sua adequada gestão, conservação e difusão do conhecimento. Paralelamente ao fator histórico apresentado, destaca-se o tratamento técnico de representação de livros, também denominado processamento técnico na Biblioteconomia, que constitui um conjunto de procedimentos voltados à organização de materiais informacionais.

Entre esses procedimentos, destacam-se o recebimento, a seleção, o registro, a catalogação, a classificação e a indexação, elementos essenciais para a organização da informação. Tais etapas antecedem e viabilizam o uso qualificado dos recursos informacionais em sua aplicação nos processos de ensino.

Segundo Fujita (2009), a representação descritiva, enquanto etapa do tratamento da informação, requer do profissional responsabilidade e aperfeiçoamento contínuo dos processos de catalogação. A partir desses procedimentos técnicos, as instituições passam a dispor de meios para especificar e identificar, de forma mais precisa, as produções bibliográficas oriundas de sua comunidade local.

No entanto, o reconhecimento dessas produções como item de memória, especialmente no formato de livro físico, ainda ocorre com pouca distinção em relação aos demais itens do acervo nas instituições de ensino. Compreender as funções e os significados que o livro carrega, muitas vezes de forma implícita, exige uma percepção crítica e atenta por parte dos profissionais responsáveis pela gestão desse recurso informacional.

Nesse sentido, o processamento técnico configura-se como um recurso estratégico para o reconhecimento e a distinção dos livros físicos produzidos por servidores como itens de memória institucional. Tal distinção pode ser operacionalizada por meio da descrição na representação bibliográfica, especialmente com o uso de campos de notas nos sistemas de gerenciamento de acervos, de modo a padronizar metadados identificadores dessas obras.

Ademais, a identificação física mediante etiquetas padronizadas complementa esse processo, favorecendo a organização e a recuperação da informação. Outro aspecto relevante, no âmbito do tratamento técnico, refere-se ao processo de curadoria, entendido como uma ação que incorpora a seleção em diferentes fases do tratamento da informação, incluindo o momento anterior à representação

bibliográfica.

No contexto da memória institucional, esses processos possibilitam a organização dos itens em categorias específicas de produção, distinguindo-os dos demais materiais do acervo. A curadoria, no contexto biblioteconômico, assume um caráter especializado ao desempenhar a função de tratar e agrupar os itens informacionais a partir de recortes temáticos, com vistas a atender, de forma mais eficaz, às demandas de ensino e pesquisa.

Nesse sentido, conforme Santos et al. (2026), a curadoria, no âmbito da Ciência da Informação, configura-se como um conjunto de práticas aplicadas à gestão de conteúdos informacionais, integrando diferentes dimensões com o objetivo de promover a disseminação e a preservação de informações seguras e de qualidade.

De modo geral, os procedimentos da respectiva curadoria podem ser compreendidos por analogia às práticas aplicadas à informação digital. Em sua reflexão, Tanus e Silva (2022) sistematizam esses processos em um conjunto de etapas que, em muitos casos, configuram uma estrutura básica de aplicação da curadoria da informação.

Tais etapas incluem atividades de busca, seleção, organização, agregação, edição, divulgação, monitoramento e avaliação, orientadas para atender às demandas informacionais e potencializar sua disseminação, inclusive por meio de diferentes mídias. Ao refletir sobre o contexto educacional, observa-se que o processo de curadoria configura-se como um recurso de grande potencial para os ambientes de ensino, especialmente pela possibilidade de direcionar a informação conforme demandas identificadas em diferentes níveis de formação.

Dessa forma, a curadoria amplia e diversifica os recursos pedagógicos, contribuindo para a construção do conhecimento. Nessa conjuntura, cabe destacar o conceito de “bibliotecas multiníveis[2]”, proposto de forma pioneira por Moutinho

[2] O conceito de “bibliotecas multiníveis” foi proposto por Moutinho (2014, p. 71) para designar as bibliotecas dos Institutos Federais. Após a Lei nº 11.892/2008, elas passaram a atender simultaneamente usuários do ensino médio, técnico, de graduação e de pós-graduação, e por isso deixaram de se enquadrar em uma única tipologia biblioteconômica. A reflexão já havia sido iniciada por Moutinho e Lustosa (2011), que se referiam a elas como “bibliotecas tecnológicas”, uma nova modalidade de biblioteca multi e transdisciplinar. O conceito foi aprofundado por Almeida e Freire (2018, p. 527), que reconhecem Moutinho como sua idealizadora pioneira e propõem a biblioteca multinível como um novo tipo de biblioteca, definida como “toda unidade de informação que quanto à finalidade atende aos usuários de diversos níveis de ensino”.

(2014, p. 71) para designar as bibliotecas dos Institutos Federais, que atendem simultaneamente a usuários de diferentes níveis de ensino (médio, técnico e superior) e, por isso, reúnem características de bibliotecas escolares e universitárias. O conceito foi posteriormente aprofundado e difundido no campo da Ciência da Informação por Almeida (2015) e por Almeida e Freire (2018).

No contexto do IFRO, Veiga e Pimenta (2019, p. 1) adotaram a denominação ao analisar os documentos norteadores das bibliotecas da instituição. As autoras evidenciaram que esses documentos não trazem “diretrizes específicas para as funções educativas das bibliotecas e dos bibliotecários”, uma lacuna que dialoga com a ausência de orientações para a gestão da memória institucional discutida nesta pesquisa.

À luz dessa concepção, depreende-se que o tratamento do livro físico no âmbito das bibliotecas multiníveis envolve processos estruturados de organização da informação, essenciais para garantir a preservação e a democratização de conteúdos informacionais relevantes para as finalidades do ensino, bem como para a sistematização das memórias produzidas pelos servidores. Essa abrangência torna-se ainda mais significativa na medida em que favorece a disseminação seletiva da informação, contribuindo efetivamente para o processo formativo dos sujeitos.

2.4 PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DE SERVIDORES COMO ITEM DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Tendo em vista o que foi discutido no tópico anterior sobre o tratamento técnico do livro físico como suporte de memória, cabe agora um recorte mais específico, que é justamente o objeto desta pesquisa: a produção bibliográfica de servidores enquanto item de memória institucional. Trata-se de um recorte que, embora derive dos conceitos já apresentados de memória coletiva e lugares de memória, exige uma discussão própria, pois relaciona a produção individual do servidor-autor com a construção da identidade coletiva da instituição a que ele pertence.

Antes de avançar, é necessário esclarecer uma distinção terminológica que perpassa a literatura da área. Molina e Valentim (2011) demonstram que os termos memória organizacional, memória corporativa e memória institucional, embora

frequentemente utilizados como sinônimos, carregam nuances conceituais distintas: a primeira mais associada aos processos e fluxos de informação internos de uma organização, a segunda de matriz eminentemente empresarial e mercadológica, e a terceira, adotada nesta dissertação, voltada à trajetória histórica, simbólica e identitária de instituições públicas e educacionais. Essa distinção reforça a opção teórica já anunciada no início deste capítulo, de tratar o acervo bibliográfico do IFRO não como um ativo corporativo, mas como patrimônio da identidade coletiva da instituição, na linha do que já discutiam Thiesen (2013) e Costa (1992, 1997).

Nesse sentido, é possível afirmar que o livro produzido por um servidor carrega uma dupla natureza. Por um lado, é um registro autoral individual, fruto de uma trajetória pessoal de pesquisa, ensino ou vivência; por outro, ao ser produzido no exercício da atividade profissional dentro de uma instituição pública de ensino, passa a integrar, ainda que de forma implícita, a narrativa coletiva dessa instituição. Ribeiro e Barbosa (2006), ao tratarem da relação entre relatos autobiográficos e identidade institucional, apontam que os registros de trajetória individual, quando situados no contexto do trabalho e da vivência institucional, funcionam como fragmentos que, somados, compõem uma narrativa mais ampla sobre a própria organização. Essa compreensão dialoga diretamente com Halbwachs (1990), já discutido no item 2.1, para quem a lembrança individual só se sustenta a partir dos quadros sociais do grupo ao qual o indivíduo pertence, o que permite inferir que o livro do servidor, ainda que assinado por um único nome, é também, em alguma medida, um registro do coletivo institucional que o produziu.

Alguns estudos de caso já documentaram experiências de bibliotecas que buscaram tratar essa produção de forma diferenciada. Santos (2005), ao analisar a Seção Memória da Biblioteca Central da Universidade Federal da Bahia, relata a criação de um espaço específico dentro da própria biblioteca dedicado ao registro das produções acadêmicas da comunidade universitária, iniciativa que buscava justamente evitar a diluição dessas obras no acervo geral. Experiência semelhante é discutida por Silveira e Moura (2017), que descrevem, no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais, a articulação entre biblioteca, memória institucional e acesso aberto à informação, evidenciando que a preservação da produção da comunidade interna tende a se concentrar, também naquele contexto, no formato digital e científico, um padrão que, como discutido na Categoria 3 dos resultados

desta dissertação, se repete na realidade das bibliotecas do IFRO.

Sousa (2018), em pesquisa dedicada especificamente à memória institucional em bibliotecas universitárias federais, corrobora esse cenário ao identificar que, mesmo em instituições de maior porte, a gestão da memória institucional carece frequentemente de instrumentos normativos próprios, ficando subordinada a iniciativas pontuais de profissionais sensibilizados com o tema, achado que converge, como se verá no Capítulo 4, com os relatos dos bibliotecários entrevistados nesta pesquisa. Em campo distinto, mas ilustrativo da abrangência do problema, Gomes e Nogueira (2017) analisam a relação entre informação e memória no Tribunal de Contas da União entre 1970 e 2004, demonstrando que também em órgãos públicos de natureza não educacional a ausência de critérios de seleção e registro compromete a preservação de documentos e materiais que, com o tempo, passam a ser reconhecidos como de valor histórico irrecuperável.

Some-se a essa discussão a dimensão do reconhecimento do servidor enquanto autor. Neves e Cerdeira (2018), ao relacionarem memória organizacional, gestão do conhecimento e comportamentos de cidadania organizacional, sugerem que o registro e a valorização da produção intelectual dos membros de uma instituição funcionam como fator de fortalecimento do vínculo entre servidor e organização, argumento que reforça o que já foi apontado na introdução deste trabalho quanto à necessidade de conferir maior visibilidade e perenidade à produção bibliográfica dos servidores como forma de valorização e reconhecimento.

Por fim, cabe observar que, embora o tema da memória institucional venha ganhando espaço crescente na literatura da Ciência da Informação, a produção especificamente voltada ao livro físico de autoria de servidor, no contexto das bibliotecas multiníveis da Educação Profissional e Tecnológica, permanece pouco explorada. Essa lacuna não é recente: em sua revisão de literatura, Rueda, Freitas e Valls (2011, p. 87) já chamavam atenção para a necessidade de mais pesquisas nos “estudos sobre Memória na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação”.

Estudos mais recentes indicam que esse cenário persiste. Marques e Karpinski (2019, p. 179), ao mapearem a “produção científica” sobre memória e gestão estratégica da informação em bibliotecas acadêmicas, e Mafezolli e Prado (2023, p. 8), ao investigarem a presença do conceito de “lugares de memória” na produção científica da própria Ciência da Informação, apontam para um campo

ainda em consolidação. Nesse campo, a discussão sobre acervos institucionais tende a privilegiar a memória científica e documental em detrimento da memória cultural e autoral, de caráter mais disperso, justamente aquela em que se insere a produção bibliográfica dos servidores tratada nesta pesquisa.

Em uma breve definição, o conceito de memória científica é associado, na literatura, a laboratórios, pesquisas, revistas científicas, arquivos, bibliotecas, museus e à preservação da história das instituições que produzem ciência (Prado, 2018). Em uma perspectiva ligada à organização do conhecimento, Sayão (1996) usa a metáfora da memória para descrever as bases de dados, entendidas como repositórios dos conhecimentos consensuais gerados pela ciência moderna. Nesse sentido, elas representariam a memória da ciência oficialmente aceita. Abrahão et al. (2010, p. 1) ampliam esse entendimento com base em Le Goff e afirma que "a memória científica preservada em arquivos e em documentos/monumentos, torna-se a voz da nossa história". Para os autores, esses acervos servem de insumo às pesquisas em História da Ciência e das instituições.

Com base na noção de memória coletiva de Halbwachs (1990), Prado (2018) entende a memória científica como uma construção coletiva, feita por meio das relações sociais que fazem parte do contexto de produção da ciência. Dessas relações participam pesquisadores, técnicos, servidores, estudantes e a comunidade externa, e não apenas os cientistas. Para a autora, a memória científica "refere-se à história da ciência, das técnicas e tecnologias por ela produzidas, e dos projetos que articulam as comunidades acadêmicas em suas relações com a sociedade" (Prado, 2018, p. 50). Nas universidades e institutos, ela se aproxima da memória institucional, que Costa (1997) define como um conceito híbrido, construído ao longo do tempo com informações vindas de dentro e de fora da instituição. Assim, preservar e organizar os registros da produção científica é, ao mesmo tempo, preservar a trajetória e a identidade da própria instituição.

Diante do exposto, compreende-se que a produção bibliográfica de servidores constitui um item de memória institucional ainda pouco reconhecido enquanto tal, tanto na literatura consultada quanto nos resultados desta pesquisa, como se evidencia na prática cotidiana das bibliotecas do IFRO, o que reforça a pertinência de investigar, junto aos bibliotecários da instituição, quais percepções, critérios e intervenções já existem, ou ainda precisam ser construídos, para que essa produção

seja reconhecida e tratada como parte da memória institucional. É esse o percurso metodológico que se apresenta no capítulo a seguir.

3 METODOLOGIA

Neste estudo, investigou-se a percepção dos bibliotecários do IFRO sobre a organização da memória no espaço pedagógico, com foco na análise de documentos, concepções sobre o cuidado com a memória institucional e as ações que são desenvolvidas a partir do acervo de livros físicos, o que subsidiou a elaboração de um produto educacional, o Guia de Boas Práticas para a Gestão da Memória Institucional em Bibliotecas da EPT, que contribuirá para a organização do espaço pedagógico e dos conteúdos memoriais.

Visando concretizar os objetivos propostos, a presente metodologia descreve o percurso investigado, apresentando as abordagens, a tipologia do estudo, os métodos e os instrumentos utilizados na geração e na análise de dados, bem como os critérios utilizados na pesquisa e a amostragem dos sujeitos envolvidos.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo está inserido no campo das ciências humanas, norteado pelos preceitos da metodologia de pesquisa com abordagem qualitativa de natureza aplicada, com objetivo descritivo que visa aprofundar, entender e interpretar o tema com o fomento de conteúdos que auxiliem no aprimoramento da área. Pereira (2019, p. 32) entende que o método da natureza aplicada tem possibilidades de produção de conhecimento e “investigação da conduta social” com o compromisso de colaborar com a transformação de uma sociedade.

Esta pesquisa está classificada no método qualitativo por investigar a concepção de um grupo, fomentando um melhor domínio do tema a partir dos seus significados e uma consistente descrição das características categoriais nos dados gerados na pesquisa. Nas palavras de Gil (2021, p. 16), a pesquisa qualitativa busca “conhecer a essência de um fenômeno, descrever a experiência vivida de um grupo de pessoas, compreender processos integrativos”.

Nesse sentido, Zamberlan (2016, p. 94) enfatiza como fundamentais, na pesquisa qualitativa, dois requisitos básicos: a “interpretação dos fenômenos e atribuição de significado”. Do mesmo modo, esta pesquisa pretende entender o fenômeno a partir das práticas e percepções dos bibliotecários no tratamento das memórias, relacionando-as com a teoria do tema.

A metodologia da pesquisa no método qualitativo com objetivo descritivo é interpretada por Oliveira Netto (2008, p. 29) como a “identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo”. Esteban (2010) amplia esse conceito ao afirmar que este método é a descrição de processos, contextos, instituições, sistemas e pessoas.

A partir dessa lógica, Gil (2026, p. 22) afirma que a pesquisa no método descritivo também tem por objetivo “levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população”. Nesse sentido, os procedimentos desta pesquisa ocorreram por análise documental, entrevistas e observações na intenção de gerar dados para compreender o fenômeno e gerar conteúdos informacionais que possam contribuir com a organização das memórias institucionais do IFRO.

Dessa forma, o presente estudo consiste em pesquisa de natureza aplicada de caráter descritivo, que visa analisar as percepções e intervenções dos bibliotecários do IFRO na organização de livros físicos como memória, produzidos por servidores da instituição. Nesse sentido, os resultados serão apresentados de forma qualitativa, a partir da geração de informações primárias por entrevistas e secundárias por análise de documentos institucionais e plataforma de gestão de acervo de biblioteca.

Os instrumentos de pesquisa foram utilizados de maneira planejada, por entrevista semiestruturada, pré-agendada com cada participante. Os dados gerados foram analisados com base na técnica de “Análise de Conteúdo” de Bardin[3] (2016).

Utilizou-se o método proposto por Bardin (2016, p. 147), por meio da categorização, ou “classificação de elementos”, dos termos mais frequentes no âmbito do trabalho, bem como os abordados na literatura científica, interpretando com as novas expressões apresentadas nas entrevistas e relacionando-os com os objetivos e propostas da investigação.

Inicialmente, definiram-se as categorias de análise que foram o fio condutor das entrevistas, possibilitando que os participantes expressassem suas experiências e práticas relacionadas ao tema e seu fazer laboral. As respostas foram analisadas a partir das categorias e temas das entrevistas.

---

[3] A Análise de Conteúdo, sistematizada por Laurence Bardin, é uma técnica de análise das comunicações que examina o que foi dito em entrevistas, documentos ou outras fontes. Seu objetivo é classificar o material em temas ou categorias que ajudem a compreender “o que está por trás dos discursos” (Silva; Fossá, 2015, p. 2).

As análises dos dados das entrevistas, depois de interpretados, revelaram novas possibilidades de melhorias na forma de condução de trabalho dos profissionais, otimizando a organização e um tratamento eficiente dos itens estudados como memória institucional, a partir dos relatos dos participantes que expressaram valiosas contribuições sobre suas atuações laborais no tratamento da informação, bem como expuseram suas angústias e propuseram recomendações de melhorias nas atividades de gestão da informação.

3.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para alcançar o desfecho desta pesquisa, adotou-se a abordagem qualitativa, que, segundo Mattar e Ramos (2024), tem como objetivo a compreensão profunda de fenômenos, focando na exploração da descrição por diversas perspectivas, buscando, neste caso, entender os significados das experiências dos participantes e os fenômenos da pesquisa.

Na abordagem qualitativa, um fator preponderante é a rica descrição dos acontecimentos. De acordo com Gil (2021), a representação e a apresentação dos dados identificados e extraídos do processo de pesquisa manifestam-se em forma de palavras e figuras, não em números, enfatizando a natureza descritiva do estudo.

Embora Gil (2021) destaque o caráter não numérico dos dados na pesquisa qualitativa, a literatura científica reconhece que as abordagens qualitativa e quantitativa, tradicionalmente vistas como opostas, podem ser utilizadas de forma complementar. Nesse sentido, Flick (2008) observa que a pesquisa não precisa se restringir rigidamente a uma única abordagem, uma vez que a combinação entre ambas é possível e pode ser útil, como ocorre nos métodos mistos.

Embora este estudo não se configure, em sentido estrito, como pesquisa participante, ele se aproxima dessa perspectiva. Brandão (2013) propõe que, antes de nomear a metodologia, o pesquisador se pergunte quem conduz a pesquisa, sobre quem ela incide e a quem se destina. Aqui, a pesquisa foi conduzida por um servidor que atua em biblioteca do IFRO, realizada junto aos bibliotecários da instituição e destinada à comunidade acadêmica e aos próprios colegas. É o que o autor resume como “Nossa + sobre nós + para nós-e-outros” (Brandão, 2013, p. 3).

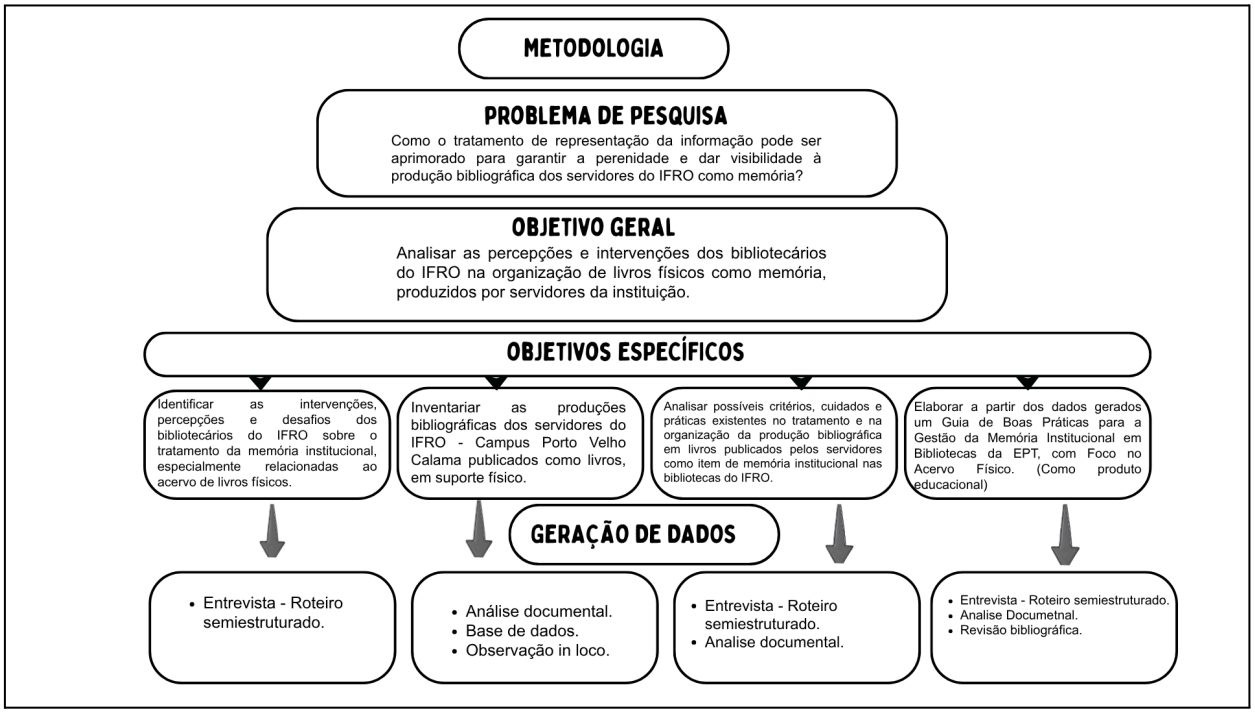
Essa aproximação também aparece na relação com os participantes. Para Brandão (2013, p. 6), deve-se partir “da realidade concreta da vida cotidiana dos

próprios participantes", convertendo a relação tradicional de sujeito-objeto em uma relação sujeito-sujeito. Foi nesse espírito que as entrevistas ouviram os bibliotecários como pessoas que conhecem, pela experiência, os desafios do tratamento da memória institucional, e não apenas como fontes de dados.

Por fim, o autor lembra que, na pesquisa participante, os sujeitos são "co-autores e co-atores" do processo (Brandão, 2013, p. 5). Ainda que as decisões teóricas e metodológicas tenham ficado com o pesquisador, situação que o próprio Brandão reconhece como muitas vezes inevitável, os participantes contribuíram com sugestões para o produto educacional, que foi validado junto a eles e devolvido ao seu contexto de trabalho.

No caso deste estudo, prepondera a abordagem qualitativa, buscando compreender, na subjetividade, experiências e práticas dos bibliotecários do IFRO em seu contexto laboral, um aspecto não mensurável pela abordagem quantitativa. Desse modo, apresenta-se em seguida um desenho metodológico da pesquisa em forma de ilustração para melhor compreensão do processo no rigor científico.

Figura 1: Desenho Metodológico da pesquisa



Fonte: Adaptado de Ferreira (2026).

Conforme ilustrado na Figura 1, a pesquisa parte do seguinte problema: como o tratamento de representação da informação pode ser aprimorado para garantir a perenidade e dar visibilidade à produção bibliográfica dos servidores do IFRO como memória? Para respondê-lo, estabeleceu-se como objetivo geral analisar as percepções e intervenções dos bibliotecários do IFRO na organização de livros físicos produzidos por servidores da instituição, compreendidos como memória institucional.

O objetivo geral desdobra-se em quatro objetivos específicos, cada um associado a procedimentos próprios de geração de dados. O primeiro, que consiste em identificar as intervenções, percepções e desafios dos bibliotecários do IFRO quanto ao tratamento da memória institucional, sobretudo em relação ao acervo de livros físicos, foi alcançado por meio de entrevistas orientadas por roteiro semiestruturado. O segundo, voltado ao inventário das produções bibliográficas dos servidores do IFRO – Campus Porto Velho Calama publicadas como livros em suporte físico, foi desenvolvido mediante análise documental, consulta a bases de dados e observação in loco.

O terceiro objetivo específico buscou analisar os critérios, cuidados e práticas existentes no tratamento e na organização desses livros como itens de memória institucional nas bibliotecas do IFRO, empregando entrevistas com roteiro semiestruturado e análise documental. Por fim, o quarto objetivo corresponde à elaboração, como produto educacional, de um Guia de Boas Práticas para a Gestão da Memória Institucional em Bibliotecas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco no acervo físico, fundamentado nos dados gerados pelas entrevistas, pela análise documental e pela revisão bibliográfica.

Observa-se, portanto, que os procedimentos metodológicos foram delineados de modo integrado, permitindo que os resultados de cada etapa subsidiem as seguintes e convirjam para a construção do produto educacional. Essa articulação assegura coerência entre o problema investigado, os objetivos propostos e os instrumentos de geração de dados, conferindo consistência ao percurso da pesquisa.

3.3 LOCAL E PARTICIPANTES DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), instituição pública integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O IFRO está presente em diversos municípios do estado de Rondônia, ofertando educação presencial e a distância em diferentes níveis e modalidades de ensino. Atualmente, a instituição conta com nove *campi* em funcionamento, um *campus* em expansão e uma unidade em fase de construção, totalizando onze unidades educacionais. Ao longo de sua trajetória, o Instituto tem desenvolvido ações de ensino, pesquisa e extensão, consolidando-se como referência na formação profissional, científica e tecnológica da população rondoniense.

Um dos diferenciais da instituição consiste na oferta de cursos em diversas modalidades e áreas do conhecimento, orientada pela missão institucional de “promover educação profissional, científica e tecnológica de excelência, por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento humano, econômico, cultural, social e ambiental sustentável”.

Este estudo foi realizado de forma híbrida, combinando etapas presenciais e remotas, abrangendo cinco bibliotecas que compõem o Sistema de Bibliotecas do IFRO. O universo da pesquisa correspondeu aos quinze bibliotecários integrantes do quadro efetivo da instituição. Todos os profissionais foram convidados a participar do estudo; entretanto, em razão de afastamentos, recente ingresso no cargo, indisponibilidade de participação ou ausência de resposta ao convite, a amostra final foi constituída por oito bibliotecários atuantes nas bibliotecas da instituição. Os participantes contribuíram com suas percepções, experiências e práticas relacionadas à organização da memória institucional e ao tratamento dos acervos bibliográficos.

Das nove unidades que compõem o Sistema de Bibliotecas — Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Vilhena, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, Porto Velho Zona Norte e Porto Velho Calama —, cinco estiveram representadas por profissionais que atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos para a pesquisa. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas realizadas de forma presencial e *on-line*, complementadas pela análise documental desenvolvida no *Campus* Porto Velho Calama.

Os participantes foram selecionados com base em critérios previamente definidos. Como critério de inclusão, estabeleceu-se que os sujeitos deveriam ser servidores efetivos do IFRO, atuar nas bibliotecas institucionais e possuir formação mínima de graduação em Biblioteconomia. A escolha desse perfil justifica-se pelo fato de o bibliotecário ser o profissional diretamente responsável pelas atividades de gestão, organização e tratamento técnico dos acervos, incluindo processos de seleção, classificação, catalogação e representação da informação. Consequentemente, os demais servidores que não atendiam a esses requisitos foram enquadrados nos critérios de exclusão da pesquisa.

3.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Esta pesquisa atende rigorosamente às exigências dispostas nas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e do Comitê de Ética em Pesquisa do IFRO (CEP), atendendo aos procedimentos que obedecem aos Critérios de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. O projeto foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRO sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) de n° 93859125.1.0000.5653 e Parecer de n° 8.055.238.

A aplicação do projeto de pesquisa ocorreu no primeiro semestre de 2026, após a avaliação dos procedimentos éticos, com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do IFRO, que analisou o projeto, e a anuência do diretor-geral do Campus Calama, onde se realizou o estudo in loco de documentos e da base de dados.

Em seguida, foi solicitada à Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP) a lista de bibliotecários do quadro efetivo da instituição, com os dados de contato do e-mail institucional, por meio do qual se realizou o convite para a participação na pesquisa. Os participantes, todos ocupantes do cargo de Técnico Administrativo em Educação (TAE) e maiores de idade, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Assim como toda pesquisa envolvendo seres humanos, este estudo apresenta potenciais riscos e benefícios aos participantes. Entre os possíveis riscos, destaca-se a eventual sensação de constrangimento, desconforto ou insegurança ao

responder aos instrumentos de coleta de dados, bem como o receio relacionado ao registro e à gravação das falas durante as entrevistas.

Com o objetivo de minimizar tais riscos, foram adotadas medidas éticas e metodológicas que asseguram a proteção e o bem-estar dos participantes. As entrevistas foram conduzidas por meio de um roteiro previamente elaborado, composto por questões objetivas e pertinentes aos objetivos da pesquisa, de modo a otimizar o tempo de participação e tornar o processo mais dinâmico e acolhedor. Além disso, foram garantidos o sigilo das informações e a preservação da identidade dos participantes, que foram identificados por códigos alfabéticos (A, B, C, D, E, F, G e H), assegurando a confidencialidade dos dados coletados.

As informações obtidas foram utilizadas exclusivamente para fins científicos e acadêmicos, em conformidade com os objetivos da pesquisa. Todos os participantes receberam esclarecimentos acerca dos procedimentos metodológicos, dos possíveis riscos e benefícios envolvidos, bem como sobre o caráter voluntário de sua participação. Também foram informados de que poderiam desistir da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo pessoal, profissional ou institucional.

Por outro lado, entre os benefícios esperados, destaca-se a contribuição para a ampliação das discussões sobre memória institucional no âmbito das bibliotecas da Educação Profissional e Tecnológica, bem como o fortalecimento de práticas relacionadas à organização, preservação e valorização da produção bibliográfica institucional.

Os dados gerados permanecem em um ambiente virtual por um prazo de cinco anos após a finalização da pesquisa, observando o tratamento ético de finalidade exclusiva da pesquisa para interpretação, compreensão do fenômeno e base fundamental para a elaboração do produto educacional que se constitui a partir dos resultados e sugestões dos participantes, que também receberam o retorno do desfecho final, bem como a entrega do produto.

3.5 USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Para elaborar esta pesquisa com responsabilidade e compromisso ético com a ciência, observaram-se os princípios de integridade acadêmica, realizando todas

as etapas do processo com transparência e honestidade, principalmente na geração da pesquisa e no tratamento dos dados, fazendo uso ético da inteligência artificial.

É evidente que o uso da inteligência artificial no mundo acadêmico cresce exponencialmente, bem como a diversidade de ferramentas que possibilitam inúmeros benefícios aos pesquisadores. Rodafinos (2025) destaca que a IA pode ser utilizada na pós-graduação para gerar ideias, encontrar pesquisas relevantes, melhorar a escrita acadêmica e demais atividades de forma consciente.

No contexto acadêmico, o uso das IAs deve ocorrer de forma a seguir as diretrizes norteadoras institucionais. A produção científica na literatura aborda os princípios gerais de transparência, autoria humana e uso de recursos como auxílio colaborativo da produção, segundo Sampaio et al. (2024). Na diretriz para o uso prático de IA, destaca-se a utilização da ferramenta para identificar fragilidades na pesquisa e ajudar a refletir sobre pontos de melhoria e a testar novas ideias.

Em conformidade com as diretrizes de integridade científica e ética na pesquisa, declara-se que esta dissertação utilizou ferramentas de Inteligência Artificial (IA) generativa, como NotebookLM, SciSpace, Consensus e ChatGPT, na execução de etapas específicas do trabalho, como a exploração inicial de ideias, a revisão de literatura com a busca de textos acadêmicos, correções gramaticais e ortográficas, transcrições e traduções, sempre confirmando a autenticidade e veracidade das informações, citando os autores para não incorrer em plágio.

3.6 GERAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A geração de dados da pesquisa ocorreu entre dezembro de 2025 e julho de 2026, com as seguintes técnicas: entrevistas semiestruturadas; pesquisa em documentos institucionais de gestão da biblioteca, como a Política de Desenvolvimento de Coleções, o Manual de Processos Técnicos, o Manual de Serviços e o Regulamento de Funcionamento das Bibliotecas do IFRO; e consulta à base de dados de gestão do acervo (Gnuteca).

Os instrumentos de coleta de dados por documentos, entrevistas e observação constituem um método amplamente utilizado na pesquisa em educação, conforme discutido por Lüdke e André (2013), que apontam como vantagens dessa combinação a possibilidade de análises simultâneas, o acesso a uma gama variada de informações naturais e autênticas, e uma relação de interação recíproca entre

pesquisador e participantes. Essa multiplicidade de fontes possibilitou maior diversidade de expressão dos sujeitos, ampliando as possibilidades de análise a partir de diferentes modos de manifestação dos dados.

A pesquisa documental teve como objetivo identificar diretrizes, normas e citações formais relacionadas ao tratamento da produção bibliográfica dos servidores e à memória institucional. Já a técnica de entrevista foi conduzida em dois momentos: o primeiro, para indagar e questionar os participantes sobre o tema da pesquisa, investigando de forma qualitativa o processo de cuidado das produções bibliográficas e das memórias institucionais; o segundo, para validar os dados gerados e subsidiar a elaboração do produto educacional.

As entrevistas foram realizadas individualmente, por meio de perguntas semiestruturadas, abertas e fechadas, de forma *on-line*, gravadas e transcritas com cada participante, seguindo o roteiro de condução apresentado no Apêndice A – Roteiro para Entrevistas, que especifica o público, o objetivo e o roteiro de cada etapa do processo.

A validação do produto educacional ocorreu na segunda etapa das entrevistas, conforme o roteiro apresentado no Apêndice A. Participaram dessa fase os oito bibliotecários das cinco unidades representadas na pesquisa: Guajará-Mirim, Colorado do Oeste, Porto Velho Zona Norte, Ji-Paraná e Porto Velho Calama.

Nesse momento, a estrutura preliminar do Guia foi submetida à apreciação dos próprios profissionais que, no cotidiano, lidam com o acervo e conhecem de perto os desafios do tratamento da memória institucional. As contribuições geradas nessa escuta foram incorporadas à versão final do material, a exemplo da sugestão do Entrevistado B de organizar o Guia em um fluxo de etapas sequenciais.

Na etapa de transcrição, utilizou-se o aplicativo Read AI, integrado à plataforma de videoconferência Google Meet, que possibilitou gravar e transcrever as entrevistas em tempo real. Considerando que ferramentas de transcrição automática podem apresentar inconsistências, realizou-se a análise individual de cada entrevista, conferindo e validando os áudios de gravação original em relação ao texto gerado. Esse processo revelou alguns erros de transcrição, por exemplo: indexação/indenização; um acervo específico/uma serva específica; adoção/abertão; armazenar/arbasenar, todos corrigidos manualmente a partir da escuta do áudio original. Tais correções asseguraram a fidelidade do *corpus* à fala original dos

participantes, em conformidade com o conceito de “transcrição literal” proposto por Rosa e Arnoldi (2007), para quem a qualidade da análise depende da manutenção de um alto padrão de completude e fidelidade dos dados já na etapa de transcrição e no protocolo da pesquisa.

Na fase de pesquisa documental, foram analisados os documentos norteadores da gestão da biblioteca, o que possibilitou identificar tanto as regras vigentes que auxiliam a gestão de memórias quanto as ausências de diretrizes eficazes para a gestão e a construção de coleções de memória, lacuna que, como se verá nos resultados, é recorrente também nos relatos dos entrevistados.

O levantamento documental abrangeu os sete institutos federais da região Norte (IFRO, IFAM, IFAC, IFPA, IFRR, IFTO e IFAP). Em junho de 2025, foram consultados os sites institucionais de cada unidade para localizar os documentos normativos que orientam a formação e a gestão dos acervos bibliográficos.

Constatou-se que esses documentos recebem denominações distintas: Política de Desenvolvimento de Coleções (IFRO e IFAP), Política de Formação e Desenvolvimento de Acervo (IFAC), Política de Atualização de Coleções (IFPA), Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções (IFTO), Regulamento Interno das Bibliotecas (IFAM) e Regimento Interno do Sistema Integrado de Bibliotecas (IFRR). A análise mostrou que alguns documentos mencionam a possibilidade de formar coleções especiais, como obras raras ou documentos sobre a memória dos campi. No entanto, nenhum deles apresenta orientações práticas específicas para a gestão da memória institucional.

O tratamento analítico dos dados aproximou-se do viés metodológico da Análise de Conteúdo por categorias temáticas de Bardin (2016). A metodologia adotada teve início, após a transcrição, com uma leitura de primeiro contato dos dados gerados, com o objetivo de familiarização com o material, percepção dos tons das falas, identificação dos assuntos mais recorrentes, dimensionamento do *corpus* e outros detalhes relevantes, o que a autora denomina “leitura flutuante”, conduzida do geral para o específico.

Nas palavras de Valle e Ferreira (2025, p. 3), à luz de Bardin, a Análise de Conteúdo consiste no “conjunto de técnicas” aplicadas à análise de informações, com o objetivo de interpretar dados e compreender os sentidos e significados por

meio da descrição do conteúdo da mensagem, produzindo indicadores a partir da captação de dados que nem sempre estão explícitos.

A Análise de Conteúdo temática proposta por Bardin (2016) perpassa três fases principais: (1ª) a pré-análise, na qual o pesquisador sistematiza as ideias e realiza a leitura flutuante; (2ª) a exploração do material, com o processo de codificação e categorização; e (3ª) o tratamento dos resultados e a interpretação dos dados, com a realização de inferências. As três fases são detalhadas a seguir.

1ª Pré-análise.

Na etapa de pré-análise, realizou-se a organização das entrevistas mediante a técnica de reunião de todas as informações em um único arquivo, o que possibilitou a leitura flutuante do *corpus* na totalidade. Em seguida, enumeraram-se todas as linhas do documento para melhor identificação das ideias recorrentes, com destaque das palavras e trechos relevantes e observação de sua relação com a literatura e com os objetivos da pesquisa. O *corpus* final totalizou quarenta e nove páginas de entrevistas transcritas, reunindo os relatos dos oito participantes identificados pelos códigos A a H.

2ª Exploração do material.

Na etapa de exploração, realizou-se o processo de codificação e categorização, com identificação e organização dos temas/categorias, de modo a analisar o máximo possível do conteúdo e interpretar resultados que estão além do discurso explícito. Conforme destacam Silva e Fossá (2015, p. 2), busca-se chegar aos “temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos”, com a finalidade de analisar dados qualitativos em busca do atendimento aos objetivos da pesquisa.

Considerando o objetivo geral da pesquisa, a análise dos dados foi organizada em dois eixos principais: o primeiro, Percepções, com o objetivo de compreender como os bibliotecários entendem a memória institucional e o valor dos livros produzidos por servidores; e o segundo, Intervenções, que buscou investigar quais práticas, procedimentos, critérios e dificuldades estão relacionados à organização e à preservação desses materiais. Esses dois eixos deram origem a cinco categorias de análise, definidas inicialmente e utilizadas como fio condutor do roteiro de entrevistas, conforme apresentado no Quadro 1 “Categorias analisadas”.

Quadro 1 - Categorias analisadas

Eixo	Categoria	Objetivo da categoria
Percepções.	1. Percepção sobre memória institucional.	Identificar como os bibliotecários compreendem a ideia de memória institucional.
Intervenções	2. Critérios de organização e tratamento de livros como memória institucional.	Levantar práticas de organização e representação da Informação (espaço, catalogação, acervo, critérios).
Intervenções	3. Preservação de memória institucional.	Identificar estratégias de preservação e acesso aos materiais.
Intervenções	4. Práticas ou intervenções memoriais realizadas.	Mapear ações concretas já realizadas ou testemunhadas pelos participantes.
Intervenções	5. Desafios e oportunidades na gestão de memórias.	Levantar propostas de aprimoramento e valorização da memória institucional.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

Nesse processo de exploração do material, observou-se cada trecho relevante das entrevistas, selecionando-se aqueles com maior relação com os objetivos do trabalho. Cada trecho selecionado recebeu um código representativo de sua ideia principal, conforme ilustrado nos exemplos a seguir:

Quadro 2 - Matriz de codificação: exemplos de trechos codificados por participante

Entrevistado	Trecho selecionado	Código	Categoria
A	“[...] a biblioteca tinha que encontrar alguma forma de	Necessidade e ausência de organização para	2

	organizar os documentos para preservar a memória.”	preservação da memória	
B	“Zero, zero, zero. No meu campo, eu não vejo prática alguma.”	Ausência institucional de prática memorial	4
D	“Uma oportunidade importante no momento é a reformulação da Política de Desenvolvimento de Acervos [...].”	Revisão de política como janela de oportunidade	5

Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

Esse procedimento de codificação, aplicado a todo o *corpus*, resultou na matriz de análise apresentada no Capítulo 4, na qual cada uma das cinco categorias reúne os trechos codificados dos oito participantes, permitindo a identificação de convergências, divergências e subcategorias emergentes.

3ª Tratamento dos resultados e interpretação dos dados.

Na etapa de tratamento dos resultados, realizou-se a interpretação a partir das cinco categorias definidas, organizadas em quadro-síntese que possibilitou a articulação dos achados empíricos com o referencial teórico, culminando nas inferências e conclusões apresentadas no Capítulo 4.

As análises dos dados das entrevistas, depois de interpretadas, revelaram novas possibilidades de melhoria na condução do trabalho dos profissionais, contribuindo para a otimização da organização e do tratamento dos itens estudados como memória institucional, a partir dos relatos dos participantes, que expressaram contribuições relevantes sobre sua atuação laboral no tratamento da informação, além de exporem suas dificuldades e proporem recomendações de melhoria nas atividades de gestão da informação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, apresentam-se os resultados gerados pela pesquisa, articulados com o referencial teórico exposto no Capítulo 2 e com o percurso metodológico descrito no Capítulo 3. A discussão está organizada em três

momentos, que dialogam diretamente com os objetivos específicos deste estudo. No primeiro (item 4.1), analisam-se as percepções, os critérios, as práticas e os desafios relatados pelos oito bibliotecários entrevistados, identificados pelos códigos A a H, à luz das cinco categorias de análise construídas a partir da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2016), apresentadas no Quadro 1 e consolidadas na matriz de codificação do Quadro 2. No segundo momento (item 4.2), apresenta-se o inventário da produção bibliográfica dos servidores do Campus Porto Velho Calama, delimitado pelos seguintes critérios: viabilidade geográfica, considerando a distância das demais unidades, e volume do acervo, que é o maior entre as unidades do IFRO situadas em Porto Velho, o que amplia a probabilidade de reunir um conjunto representativo de livros publicados por servidores, levantados por meio de análise documental, conferência no local e consulta à base de dados de gestão do acervo (Gnuteca), atendendo ao segundo objetivo específico da pesquisa. No terceiro momento (item 4.3), articulam-se os dois conjuntos de dados, apontando os caminhos que fundamentam a elaboração do produto educacional apresentado no Capítulo 5.

4.1 INTERVENÇÕES, PERCEPÇÕES E DESAFIOS DOS BIBLIOTECÁRIOS DO IFRO SOBRE O TRATAMENTO DE ACERVO DE LIVROS FÍSICOS

Antes de adentrar as categorias de análise propriamente ditas, cabe retomar brevemente o lugar de onde fala esta investigação. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) dispõe atualmente de dez unidades de ensino presenciais e quarenta e quatro polos de Educação a Distância, das quais nove contam com biblioteca em funcionamento. É nesse conjunto de bibliotecas multiníveis, cada uma com sua rotina, seu quadro de pessoal e sua realidade de espaço físico, que a produção bibliográfica dos servidores circula, é catalogada e, em alguma medida, se perde enquanto potencial fonte de memória institucional. As cinco categorias que seguem foram construídas justamente para captar essa realidade em suas diferentes camadas: o que os bibliotecários entendem por memória, como tratam tecnicamente esse tipo de material, como preservam (ou deixam de preservar), que ações já foram de fato realizadas e, por fim, que desafios e oportunidades eles próprios enxergam no horizonte.

4.1.1 Percepção sobre memória institucional

Na categoria de percepção sobre memória institucional, observou-se que todos os bibliotecários apresentaram, a partir de suas próprias vivências, definições introdutórias e, de certa forma, convergentes acerca do conceito. Ao relacionar essas compreensões com os achados da literatura, verifica-se que os entrevistados demonstram entendimento consistente dos fundamentos da memória institucional, reconhecendo sua relevância, a importância de sua organização e a necessidade de tratamento técnico adequado. Além disso, evidenciou-se posicionamento favorável ao reconhecimento da produção bibliográfica de servidores como item de memória institucional, o que já sinaliza, desde a primeira categoria, um terreno fértil para a proposta desta pesquisa.

As falas revelam que a memória não é compreendida como um elemento restrito a um único suporte documental, mas como um conjunto amplo e diversificado de registros. Essa percepção pode ser observada nos seguintes trechos: A — "todos os documentos que resgatam de alguma forma a trajetória dessa instituição de ensino [...] podem ser diversos formatos"; B — "eu definiria a memória institucional como todo o registro da atuação da escola, em todos os âmbitos, não só uma publicação"; D — "conjunto de registros materiais e simbólicos que documentam a trajetória histórica, pedagógica, científica e administrativa"; E — "conjunto de registros materiais e imateriais que documentam a história, as práticas, as produções intelectuais e a identidade"; F — "preservação de documentos e produções acadêmicas que resguardam a história e identidade da instituição"; G — "registros de conhecimentos e práticas que preservam a trajetória, a identidade e a produção intelectual".

A partir da recorrência desses termos, percebe-se que as concepções apresentadas pelos profissionais convergem com os entendimentos encontrados no referencial teórico, corroborando perspectivas discutidas por pesquisadores da área da memória e da Ciência da Informação. Entre os termos de maior destaque nas entrevistas, sobressaem "trajetória", "história", "documentos", "registros" e "identidade", conceitos que se inter-relacionam e derivam das concepções gerais de memória coletiva, tal como discutido por Halbwachs (1990), Nora (1993) e Candau (2011) no Capítulo 2.

Nesse contexto, o entrevistado C apresenta uma classificação dos tipos de memória presentes no âmbito da biblioteca, identificando categorias como "memória científica", "memória cultural" e "memória histórica documental". Segundo o participante, a memória científica possui maior reconhecimento e proteção institucional no que se refere à organização e ao tratamento técnico, diferentemente das demais categorias, que ainda apresentam fragilidades em relação às ações de preservação e valorização.

> Eu acho que a memória institucional ela faz parte das bibliotecas em si. Só que eu definiria que tipo de memória institucional, porque existe vários tipos de memória. A primeira memória é a memória científica, a própria produção científica. O IFRO já tem um repositório que traz essa memória científica [...]. Tem a memória histórica, documental [...], que vai desde as fotografias, as publicações da própria instituição. E aí vem a memória cultural também [...]. A meu ver, a memória científica [...] é muito bem protegida, através de repositório, legislação, tem toda uma estruturação muito bem feita [...], mas a memória institucional cultural [...] e esse contexto da memória histórica [...] eu já não vejo que tenha essa defesa não. (Entrevistado C, 2026).

Ao relacionar essa fala com o arcabouço teórico, identifica-se que a noção de "memória científica" descrita pelo entrevistado pode ser compreendida como um desdobramento da memória coletiva discutida por Halbwachs (1990), que a compreende como um processo de reconstrução de lembranças mediado pelas interações sociais e pelo compartilhamento de referências comuns entre os grupos. Nesse sentido, pode-se inferir que a constituição da chamada "memória científica" depende diretamente da memória coletiva institucional, uma vez que se consolida por meio das experiências, produções e registros compartilhados pela comunidade acadêmica.

Já a "memória cultural" e a "memória histórica" a que o entrevistado C se refere aproximam-se do que Nora (1993) trata como lugares de memória, espaços e objetos que carregam em sua essência vestígios de uma vivência coletiva que corre o risco de se perder frente à modernidade, exatamente por não disporem de "sociedades-memória" que as sustentem naturalmente. É significativo notar que o entrevistado H reforça essa mesma tensão por outro caminho, ao afirmar que a memória institucional "vai além" do registro publicado com ISBN e ficha catalográfica, qualificando-a como "ampla", argumento que, lido junto ao de C, sugere que os próprios bibliotecários já intuem, na prática cotidiana, a fragilidade da

memória que não é científica nem administrativa, mas cultural e histórica, categoria em que se enquadra justamente o livro de autoria de servidor.

Dito de outro modo, os bibliotecários entrevistados não desconhecem o conceito de memória institucional; ao contrário, articulam-no com desenvoltura e em sintonia com a literatura consultada nesta dissertação. O que a próxima categoria revela, contudo, é que esse entendimento conceitual amplo não se traduz, no cotidiano do processamento técnico, em critérios igualmente amplos e específicos de tratamento.

4.1.2 Critérios de organização e tratamento de livros como memória institucional

Se a primeira categoria evidencia um discurso consistente sobre o que é memória institucional, a segunda expõe justamente a distância entre esse discurso e a prática de organização do acervo. De modo recorrente, os relatos apontam para a ausência de critérios específicos voltados ao tratamento do livro de servidor como item de memória, tratamento este que acaba se diluindo nas rotinas padronizadas de catalogação.

O entrevistado A afirma, sem rodeios, que "não tem critério para item de memória", relatando que a catalogação segue o padrão AACR e a classificação decimal (CDD) comuns a qualquer outro título do acervo, sem qualquer diferenciação. O entrevistado B, por sua vez, relata utilizar o campo de "descrição geral" do sistema para indexar a autoria de servidor, optando conscientemente por não criar um acervo segregado, sob o argumento de que isso "inviabilizaria" a recuperação do material pelo usuário comum, uma decisão técnica que, à primeira vista, parece contradizer o objetivo de dar visibilidade à produção, mas que revela, na verdade, a ausência de um sistema de metadados que permita conciliar as duas finalidades (visibilidade da memória e acesso corrente ao acervo).

O entrevistado C reforça essa lacuna ao relatar que "não tem um roteiro. O roteiro é feito ao clássico", sugerindo, como caminho possível, a criação de uma classificação de "produção IFRO". Já o entrevistado D descreve critérios que, embora existentes na prática, carecem de formalização: "pertinência institucional, relação com as áreas de atuação [...], estado físico [...], possibilidade de acomodação", reconhecendo que tais critérios "nem sempre" são formalizados em

documento. O entrevistado E apresenta um discurso mais alinhado às diretrizes técnicas, mencionando "avaliação do estado físico, relevância institucional, adequação às políticas de desenvolvimento de coleções", ao passo que o entrevistado F cita diretamente o uso do Manual de Processos Técnicos e da própria Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) como referência normativa.

O entrevistado G, todavia, pondera que essas normativas, embora existentes, são "voltadas para todos os livros físicos", não havendo qualquer distinção para a produção de servidores especificamente. Por fim, o entrevistado H relata não dispor de coleção específica e sugere o uso de descritores próprios, reconhecendo, contudo, a ausência de um tesauro institucional do IFRO que pudesse orientar essa tarefa.

Ao aproximar esses relatos do que foi discutido no Capítulo 2, nota-se coerência entre a fala dos participantes e o levantamento documental realizado pelo próprio pesquisador nos sites institucionais junto aos sete institutos federais de educação da região Norte (IFRO, IFAM, IFAC, IFPA, IFRR, IFTO e IFAP), no qual nenhuma unidade consultada apresentou, em suas diretrizes, orientações práticas específicas de gestão de memória institucional. Os relatos de A, B, C, G e H confirmam, na prática cotidiana de cada biblioteca, exatamente a lacuna identificada no nível documental: existe processamento técnico — e, nesse ponto, os entrevistados corroboram Fujita (2009) quanto à responsabilidade e ao rigor exigidos do catalogador —, mas esse processamento não distingue o livro do servidor como memória, apenas como mais um item de assunto dentro do acervo geral.

É válido destacar, ainda, que essa ausência de critério específico não decorre de negligência dos profissionais, e sim da inexistência de um instrumento normativo que oriente essa distinção. Os relatos de D, E e F, aliás, demonstram que os bibliotecários já mobilizam, com os recursos disponíveis, princípios comuns à Política de Desenvolvimento de Coleções, o que sugere que o caminho para a diferenciação da memória institucional não exige a criação de um sistema paralelo, mas antes o refinamento dos instrumentos já existentes, com a inclusão de campos de metadados e descritores dedicados, na linha do que Sayão (2010) chama de face da descrição bibliográfica responsável por assegurar que o recurso "sobreviva ao longo do tempo".

4.1.3 Preservação de memória institucional

A terceira categoria aprofunda a discussão sobre preservação, entendida aqui não apenas como conservação física do suporte, mas como garantia de acesso e permanência do sentido do documento ao longo do tempo. Os relatos indicam uma preocupação genuína dos bibliotecários com esse tema, ainda que as soluções apontadas caminhem em direções distintas.

O entrevistado A reflete sobre a tensão entre preservação intelectual e preservação física, isto é, entre o conteúdo do livro e as condições materiais de sua guarda, como papel e climatização, sugerindo a digitalização como saída possível para o futuro. O entrevistado B relata uma tensão semelhante, mas de outra natureza: entre preservar tudo o que é produzido pelos servidores e correr o risco de "agir mais como museu" do que como biblioteca, o que poderia "inchar" o acervo físico, já limitado em espaço.

O entrevistado C retoma, nesta categoria, a assimetria já discutida na Categoria 1: o repositório institucional, vinculado à memória científica, está "muito bem protegido", ao passo que a memória cultural e histórica documental "não vejo que tenha essa defesa". O entrevistado D é ainda mais direto quanto à ausência de estrutura formal: "não temos arquivos ou Núcleo de memória para conjuntamente exercer o papel", relato que evidencia a lacuna organizacional apontada por Mourão et al. (2025) quanto à frequente associação entre fragilidades na gestão de acervos e a ausência de políticas institucionais específicas.

Os entrevistados F e G, por sua vez, associam a preservação diretamente à implantação do Repositório Institucional do IFRO em 2023. Essas falas confirmam que a preservação, no arranjo atual das bibliotecas do IFRO, está fortemente concentrada no formato digital e científico, deixando à margem o acervo físico de memória cultural, exatamente o recorte desta pesquisa. Já o entrevistado E vincula a preservação ao tratamento técnico qualificado e à disponibilização do material às futuras gerações, uma formulação que dialoga diretamente com Le Goff (1990) quanto à perda da memória coletiva como fator de "perturbações graves da identidade coletiva".

Por fim, o entrevistado H propõe uma solução institucional mais ousada: a criação de um "Centro de Memória" que não seria nem museu, nem biblioteca, nem arquivo no sentido estrito, mas um espaço híbrido, físico e digital, dedicado

especificamente à guarda desse tipo de produção. A proposta de H dialoga de maneira direta com Nora (1993, p. 13), quando o autor afirma que "os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos". Em outras palavras, o entrevistado parece intuir, a partir de sua prática, exatamente o que a literatura consolidada sobre o tema já formulava: a memória institucional não se preserva por si mesma; ela precisa ser instituída, com espaço, orçamento e responsáveis definidos.

Do conjunto dessas falas depreende-se uma conclusão relevante para esta pesquisa: a preservação da memória institucional no IFRO avançou de maneira consistente no campo da memória científica, por meio do Repositório Institucional, mas permanece incipiente — e, em boa parte das bibliotecas, inexistente — no que se refere à memória histórica, cultural e, mais especificamente, ao livro físico produzido por servidores fora do circuito da produção científica formal.

4.1.4 Práticas ou intervenções memoriais realizadas

A quarta categoria buscou mapear, para além do discurso e da intenção, quais ações concretas já foram de fato realizadas pelos bibliotecários no cuidado com a memória institucional. Os relatos revelam um cenário bastante desigual entre as unidades pesquisadas: de um lado, iniciativas pontuais e criativas; de outro, a ausência quase total de qualquer prática.

O entrevistado A relata a organização de uma exposição temporária, com duração de dois a três meses, na qual a produção de servidores foi disposta em estante de destaque na biblioteca: uma intervenção simples, mas que corrobora a ideia de Paulilo (2019) de que a biblioteca pode funcionar como "lugar de interação de inúmeras memórias culturais". O entrevistado D relata iniciativa semelhante, com a criação da estante temática "Quem é o autor?", montada por ocasião da Semana do Livro e da Biblioteca, reunindo justamente as obras produzidas pela comunidade interna.

Em contraste direto com esses relatos, o entrevistado B afirma, com ênfase que chama atenção pela repetição: "Zero, zero, zero. No meu campo, eu não vejo prática alguma". O mesmo entrevistado acrescenta que, quando alguma ação de divulgação obteve êxito, a iniciativa partiu do próprio servidor autor, e não da biblioteca, deslocando, na prática, a responsabilidade pela valorização da memória

do profissional da informação para o autor individual, invertendo a lógica que fundamenta esta pesquisa.

O entrevistado C reafirma o Repositório Institucional como "atividade muito bem-sucedida", ainda que reconheça, mais uma vez, que essa prática está restrita à memória científica. O entrevistado E cita ações de divulgação por e-mail institucional e pequenos encontros com autores servidores, uma prática de baixo custo, mas que depende da iniciativa pessoal do bibliotecário, sem previsão formal de continuidade.

Por fim, o entrevistado H relata ações de mediação informacional e cultural vinculadas a datas comemorativas, como o folclore amazônico e a memória do Soldado da Borracha, evidenciando que, mesmo sem uma política formal, alguns profissionais já articulam o acervo local a práticas de mediação cultural situada, ainda que de maneira isolada e dependente do interesse individual de quem ocupa o cargo.

Ao cruzar esses relatos, observa-se um padrão relevante para esta dissertação: as práticas memoriais existentes concentram-se em dois polos: o Repositório Institucional, de caráter formal, digital e vinculado à memória científica; e iniciativas informais, físicas e temporárias (exposições, estantes temáticas, e-mails, mediações pontuais), sustentadas pela iniciativa individual de bibliotecários sensibilizados com o tema, sem respaldo de uma política ou protocolo. O livro físico de autoria de servidor, especificamente, aparece contemplado apenas nas iniciativas informais relatadas por A e D, o que reforça a pertinência de um instrumento que sistematize essas boas práticas já esboçadas, em vez de depender exclusivamente da sensibilidade de cada profissional.

4.1.5 Desafios e oportunidades na gestão de memórias

A quinta e última categoria de análise reuniu os desafios enfrentados pelos bibliotecários e, na mesma medida, as oportunidades que eles próprios identificam para o aprimoramento da gestão da memória institucional, uma categoria que, por sua natureza propositiva, aproxima-se diretamente do quarto objetivo específico desta pesquisa.

Entre os desafios, o espaço físico aparece como a preocupação mais recorrente. O entrevistado B afirma que "o maior desafio que eu vejo hoje é o espaço", relato que dialoga com a tensão entre preservação e "inchaço" do acervo já apontada na Categoria 3. O entrevistado A, por sua vez, destaca a dificuldade de

recuperação da informação como o maior entrave — "o maior desafio para nós hoje é [...] recuperar" —, mas aponta uma oportunidade concreta: o aproveitamento do sistema Gnuteca, já disponível nas bibliotecas do IFRO, como caminho inicial para a preservação digital, sem a necessidade de investimento em nova ferramenta.

O entrevistado E resume o problema de forma direta, apontando a "ausência de políticas institucionais padronizadas" somada à "falta de comunicação entre autores e bibliotecas", dois pontos que, somados, explicam boa parte das lacunas já identificadas nas categorias anteriores. O entrevistado C expressa esse mesmo problema em tom mais pessoal: "é triste você saber que a produção não é mapeada, não é vista", sugerindo, como caminho de melhoria, a criação de uma aba cultural dentro do próprio Repositório Institucional e a organização de um catálogo específico dos livros produzidos pela comunidade.

Já o entrevistado D aponta uma janela de oportunidade concreta e com prazo definido: "uma oportunidade importante no momento é a reformulação da Política de Desenvolvimento de Acervos", processo em curso na instituição e que poderia, segundo o participante, já incorporar critérios específicos para a memória institucional, evitando que o tema volte a ficar à margem de um novo documento normativo. Os entrevistados F e G relatam desafio semelhante entre si: o baixo volume de submissões voluntárias de produção técnico-científica, frente ao volume obrigatório de TCCs, apontando como oportunidade a divulgação nas redes sociais institucionais do IFRO. F cita ainda a possibilidade de mapeamento pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPESP).

Por fim, o entrevistado H traz um dado até então ausente das demais falas: o cargo de bibliotecário pode ser contemplado na estrutura da futura Editora IFRO, atualmente em fase de concepção institucional, como forma de melhor envolvimento do profissional da informação justamente no processo que, no futuro, tratará da publicação da produção de servidores. Como oportunidade, H propõe o diálogo interinstitucional entre bibliotecas, a construção de um tesauro próprio do IFRO e a criação do já mencionado Centro de Memória.

Um dado adicional, relatado pelo entrevistado B, merece destaque específico para os fins do quarto objetivo desta pesquisa: ao ser questionado sobre o formato do produto educacional, o participante recomendou que o Guia de Boas Práticas fosse estruturado "como um fluxo sequencial", e não como uma lista

enumerada de recomendações soltas, orientação de formato que foi incorporada na concepção do produto apresentado no Capítulo 5.

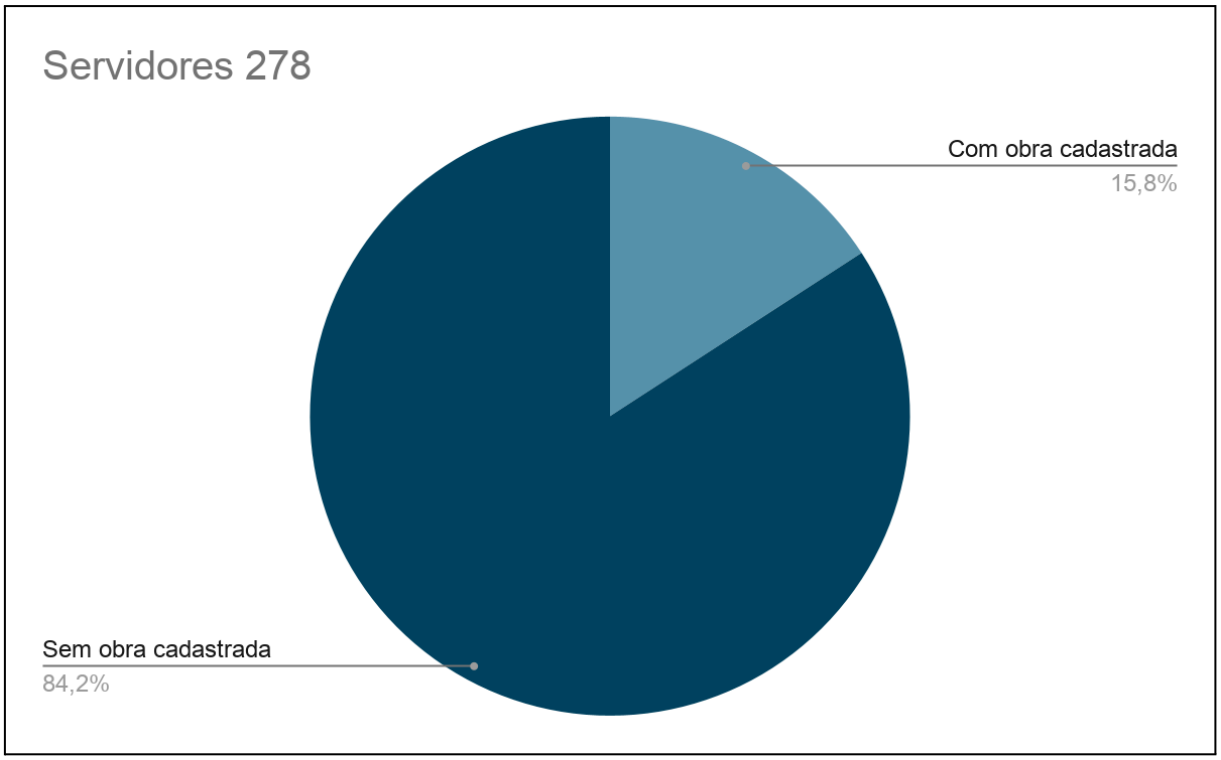
Em síntese, a quinta categoria confirma, pela via propositiva, o diagnóstico construído ao longo das quatro categorias anteriores: os bibliotecários do IFRO compreendem conceitualmente a memória institucional (Categoria 1), mas não dispõem de critérios formalizados para tratá-la tecnicamente (Categoria 2); reconhecem a fragilidade da preservação da memória cultural frente à robustez da memória científica (Categoria 3); realizam, quando muito, iniciativas pontuais e pessoais (Categoria 4); e, ainda assim, são capazes de indicar, com bastante precisão, os caminhos institucionais que poderiam reverter esse quadro: a revisão da PDC, o uso do sistema já disponível, a criação de descritores e tesauro próprios, a divulgação institucional e, por fim, um instrumento orientador que sistematize essas boas práticas em um fluxo claro de aplicação padronizada.

4.2 INVENTÁRIO DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DOS SERVIDORES DO IFRO *CAMPUS* PORTO VELHO CALAMA

Atendendo ao segundo objetivo específico desta pesquisa, procedeu-se ao levantamento documental da produção bibliográfica dos servidores do *Campus* Porto Velho Calama publicada em suporte físico na forma de livro, com base na relação de servidores efetivos fornecida pela Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP) e na consulta ao sistema de gestão de acervo da biblioteca (Gnuteca), complementada por análise documental *in loco*.

Do universo de duzentos e setenta e oito servidores do quadro efetivo do *Campus*, identificou-se que quarenta e quatro possuem participação, como autores ou coautores, em pelo menos um livro depositado no acervo da biblioteca, o equivalente a 15,8% do total de servidores do *Campus*. Esse percentual, isoladamente, já sustenta um dos argumentos centrais desta dissertação: trata-se de uma produção que, embora minoritária frente ao conjunto da instituição, está longe de ser desprezível, e que, justamente por sua dispersão dentro do acervo geral, como discutido na Categoria 2, carece de mecanismos próprios de mapeamento e visibilidade.

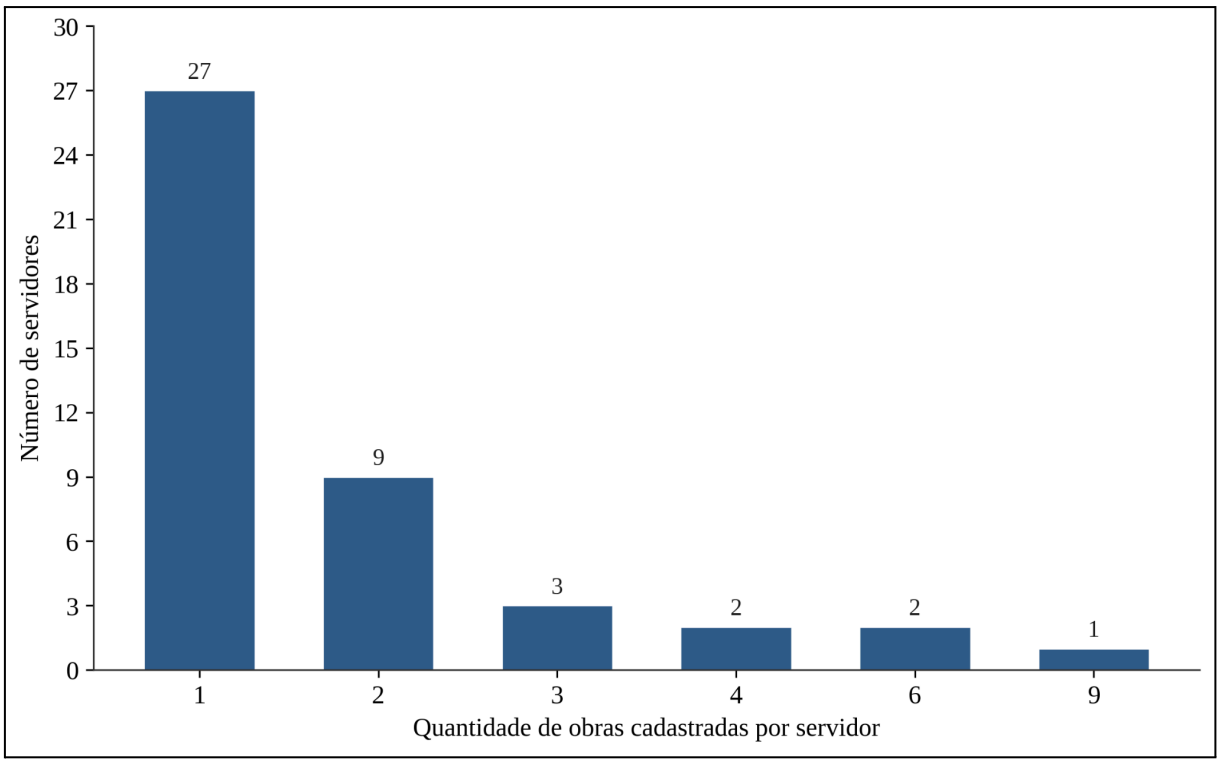
Figura 2 - Servidores do Campus Calama no inventário bibliográfico



Fonte: Elaborada pelo autor a partir da base Gnuteca do IFRO, 2026.

O levantamento identificou sessenta e sete títulos distintos, totalizando oitenta e três ocorrências de autoria quando contabilizadas as obras em coautoria entre servidores do próprio *Campus*. A distribuição da produção entre os autores é bastante desigual: enquanto a maioria dos quarenta e quatro servidores contribuiu com um único título, um grupo relativamente pequeno concentra parcela expressiva do acervo. Os casos mais expressivos são os dos servidores Joselia Fontenele Batista, com nove obras catalogadas, e Cledenice Blackman e Clever Reis Stein, com seis obras cada, seguidos por Iranira Geminiano de Melo e Tarso Leandro Holanda Leite, com quatro títulos cada um. Esse achado é relevante para o produto educacional proposto no Capítulo 5, na medida em que sugere a existência, dentro do próprio quadro de servidores, de núcleos de produção consolidada que poderiam ser tomados como ponto de partida para um futuro mapeamento mais amplo, sugerido pelos entrevistados C e G na categoria anterior.

Figura 3 - Distribuição de obras cadastradas por servidor



Fonte: Elaborada pelo autor a partir da base Gnuteca do IFRO, 2026.

Quanto ao conteúdo, a produção bibliográfica levantada revela grande diversidade temática, o que já era esperado em uma biblioteca multinível vinculada a um instituto federal. Identificaram-se obras de natureza técnica e didática, vinculadas diretamente à prática docente nas diferentes áreas do *Campus*, a exemplo de títulos sobre ensino de física, química, microbiologia, matemática e engenharia de produção; obras de caráter histórico, cultural e identitário regional, com destaque para produções sobre a presença afro-antilhana e afro-amazônica em Rondônia, o Atlas socioeconômico e ambiental do estado e estudos sobre a organização do espaço amazônico; e, em menor número, obras de natureza literária, incluindo poesia e análise de obras da literatura regional e nacional.

Um achado particularmente significativo para os propósitos desta pesquisa é a existência, no próprio acervo levantado, de um título cujo tema central é a memória: a obra "Lugar e memória: uma poética de Porto Velho em Ernesto Melo e a Fina Flor do Samba", de autoria do servidor Tiago Lins de Lima. Trata-se de um dado quase simbólico: mesmo um livro que discute explicitamente memória e lugar recebe, no processamento técnico da biblioteca, o mesmo tratamento genérico dado

a qualquer outro título do acervo, sem qualquer marcação que o distinga como produção da própria comunidade institucional, confirmando, de maneira concreta, o que os entrevistados A, B e G relataram, de forma abstrata, na Categoria 2.

A consulta às fichas catalográficas dos títulos inventariados confirmou, ainda, o relato dos participantes quanto à ausência de critério diferenciado: os registros analisados seguem o padrão de classificação decimal (CDD) e notação de Cutter comuns à Biblioteconomia, a exemplo do título de Alberto Persio Alves Ewerton, catalogado sob a notação "625.73 E57e", sem qualquer campo de nota, etiqueta ou metadado que sinalize tratar-se de obra produzida por servidor da própria instituição. Esse dado documental corrobora empiricamente a fala do entrevistado A, para quem "não tem critério para item de memória", e reforça a pertinência da proposta de campo de metadado específico discutida na Categoria 2, a partir das contribuições de Sayão (2010) sobre a função dos metadados na preservação e recuperação de recursos informacionais ao longo do tempo.

4.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS: DA ANÁLISE AO PRODUTO EDUCACIONAL

Ao aproximar os dois conjuntos de dados apresentados neste capítulo — de um lado, as percepções, os critérios, as práticas e os desafios relatados pelos oito bibliotecários entrevistados; de outro, o inventário documental da produção bibliográfica dos servidores do *Campus* Porto Velho Calama —, é possível afirmar que os dados de natureza qualitativa e os dados de natureza documental se confirmam mutuamente. O que os entrevistados relataram como ausência de critério (Categoria 2) e como fragilidade de preservação da memória cultural frente à memória científica (Categoria 3) encontra correspondência direta nas sessenta e sete obras inventariadas, tratadas, sem exceção, sob a mesma classificação genérica destinada a qualquer título do acervo geral.

Ao mesmo tempo, as próprias falas dos entrevistados já indicam, com bastante propriedade, os caminhos possíveis de intervenção: o aproveitamento do sistema de gestão já disponível (ENTREVISTADO A), a criação de campos de descrição e etiquetas específicas (ENTREVISTADOS B e H), a revisão em curso da Política de Desenvolvimento de Acervos (ENTREVISTADO D), a organização de um catálogo ou aba cultural vinculada ao Repositório Institucional (ENTREVISTADO C), a divulgação institucional nas redes sociais e a articulação com a PROPESP

(ENTREVISTADOS F e G), e a recomendação de que tais orientações fossem organizadas em formato de fluxo sequencial, e não de lista solta de recomendações (ENTREVISTADO B).

É justamente a partir desse conjunto de indicações, nascidas da experiência concreta dos próprios profissionais que lidam, todos os dias, com o acervo das bibliotecas do IFRO, que se estrutura o Guia de Boas Práticas para a Gestão da Memória Institucional em Bibliotecas da EPT, com foco no acervo físico, apresentado como produto educacional no Capítulo 5 desta dissertação. Mais do que uma proposta externa aplicada de cima para baixo, o Guia se pretende, assim, uma sistematização das próprias soluções já esboçadas, ainda que de forma isolada e pontual, pelos bibliotecários do IFRO, na perspectiva de conferir maior visibilidade, perenidade e reconhecimento à produção bibliográfica de seus servidores.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional (PE) desta dissertação consiste no "Guia de Boas Práticas para a Gestão da Memória Institucional em Bibliotecas da EPT: um roteiro para o tratamento do livro físico produzido por servidores", material construído a partir do cruzamento entre o referencial teórico apresentado no Capítulo 2 e os resultados gerados pelas entrevistas e pela análise documental descritos no Capítulo 4.

Trata-se de um material de caráter orientador, dirigido aos bibliotecários e às equipes gestoras das bibliotecas multiníveis do IFRO, com potencial de uso por outras instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que enfrentem o mesmo problema de pesquisa que motivou este estudo: a ausência de critérios específicos para o reconhecimento do livro de autoria de servidor como item de memória institucional.

A finalidade do Guia é traduzir, em linguagem acessível e em formato de aplicação prática, o diagnóstico construído ao longo das cinco categorias de análise, oferecendo às bibliotecas um caminho concreto para identificar, tratar tecnicamente,

preservar e divulgar sua produção bibliográfica interna, sem que isso implique a criação de estruturas paralelas ou custos adicionais significativos.

A justificativa para a aplicação deste PE na EPT decorre diretamente dos dados apresentados no Capítulo 4. O inventário documental evidenciou que, apenas no Campus Porto Velho Calama, quarenta e quatro servidores — quase 16% do quadro efetivo — assinam ao menos um dos sessenta e sete títulos catalogados no acervo físico, e que mesmo uma obra cujo próprio tema é a memória de Porto Velho recebe, no processamento técnico, tratamento idêntico ao de qualquer outro título do acervo geral. Esse dado, por si só, revela que a lacuna identificada nas falas dos entrevistados A, B e G não é uma percepção isolada, mas um padrão que se repete na prática cotidiana da catalogação. Some-se a isso o compromisso institucional já firmado no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO (2023-2027), de fortalecimento da identidade institucional, e tem-se um cenário em que o Guia se apresenta não como uma proposta externa, mas como resposta a uma demanda já reconhecida pela própria instituição e pelos profissionais que nela atuam.

As bases teóricas que sustentam o produto retomam os conceitos discutidos no Capítulo 2, especialmente a noção de lugares de memória de Nora (1993), para quem tais espaços "não nascem espontaneamente", precisando ser criados e mantidos por quem os habita; a compreensão de memória institucional proposta por Thiesen (2013, p. 50-51), como "tudo aquilo que as instituições definem como relevante para sua memória"; e a contribuição de Sayão (2010) sobre a função dos metadados como garantia de que um recurso "sobreviva ao longo do tempo" e permaneça acessível às futuras gerações. A dimensão técnica do Guia dialoga ainda com Fujita (2009), no que se refere ao rigor exigido na representação descritiva, e com Cavalcante, Sales e Guerra (2024), quanto às práticas de curadoria aplicadas à gestão de acervos de memória.

Conforme descrito na metodologia, o Guia foi validado junto aos bibliotecários participantes. Após a finalização, o material será depositado na Plataforma EDUCAPES e encaminhado ao Sistema de Bibliotecas do IFRO, com vistas à sua apropriação pelas nove unidades da instituição.

5.1 DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O desenvolvimento do Guia partiu de uma decisão metodológica que merece registro: durante a etapa da entrevista, o participante B recomendou que o material não fosse organizado "como uma lista enumerada de recomendações soltas", mas sim estruturado em fluxo sequencial. Essa orientação, dada por quem vivencia diariamente a rotina de processamento técnico, foi acolhida como princípio organizador de todo o produto, o que representa, também, uma forma de garantir que o material fosse construído com, e não apenas para, os bibliotecários do IFRO.

A partir desse princípio, o Guia foi estruturado em sete etapas sucessivas, cada uma delas ancorada em uma ou mais falas dos entrevistados e nos achados documentais do Capítulo 4, conforme sintetizado no Quadro 3.

Quadro 3 – Estrutura sequencial do Guia de Boas Práticas

Etapa	**Ação**	**Fundamentação nas entrevistas/dados**
1. Mapeamento	Levantar a produção de servidores já depositada no acervo, a partir do Gnuteca. Cruzar autoria no Sistema de Gestão do Acervo com a lista de servidores efetivos.	Sugestão do Entrevistado A, que aponta o sistema já disponível como caminho inicial de menor custo
2. Chegada e triagem	Receber a doação e aplicar os critérios de seleção. Definir, de forma simples, o que caracteriza um item como memória institucional, com critérios de seleção (autoria de servidor, pertinência institucional).	Falas dos entrevistados A, C, D e E sobre critérios ainda não formalizados
3. Identificação e marcação física	Uso de carimbo especial e anotações manuscritas. Carimbar e anotar a origem da obra doada.	Recomendação dos entrevistados B e H, preocupados em não prejudicar a recuperação do

		material pelo usuário comum
4. Formalização no SEI	Formalizar o recebimento por meio de um processo eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Essa formalização garante a rastreabilidade da obra.	Proposta do Entrevistado C
5. Tratamento Técnico e Metadados	Marcar o item no registro do sistema, sem removê-lo do acervo corrente. Incluir nota padronizada no registro.	Experiências relatadas pelos entrevistados A, D, F e G
6. Preservação e Conservação Física	Cuidar do exemplar físico e articular com o Repositório. Incorporar os critérios às políticas e articular a criação de um tesauro próprio.	Oportunidade identificada pelo Entrevistado D e proposta do Entrevistado H
7. Disseminação e Valorização	Criar um catálogo das obras mapeadas; manter estante temática rotativa em eventos; divulgar em redes sociais institucionais; promover mediação cultural situada, com responsabilidade social, diversidade e inclusão.	

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2026).

Cada uma dessas sete etapas foi desenvolvida no corpo do Guia por meio de linguagem direta, com ilustrações e uso de cores, evitando o tom estritamente normativo dos documentos institucionais já existentes, uma opção que busca responder à constatação, feita na análise documental do Capítulo 2, de que nenhum dos sete institutos federais consultados na Região Norte dispõe de orientações práticas específicas sobre o tema. Optou-se, assim, por um material complementar às Políticas de Desenvolvimento de Coleções já vigentes, e não substitutivo a elas, na perspectiva sugerida pelo próprio Entrevistado G, para quem as normativas atuais são "voltadas para todos os livros físicos", sem qualquer distinção para a produção de servidores.

Adicionalmente, o Guia contempla, ao final de cada etapa, um pequeno quadro de "atenção" com os riscos e erros mais comuns apontados pelos participantes — como o de transformar a biblioteca em um espaço que "aja mais como museu", conforme alerta do Entrevistado B —, de modo a equilibrar a valorização da memória com a manutenção da função corrente do acervo. Por fim, o material dialoga com a proposta de futuro apresentada pelo Entrevistado H, ao indicar, como horizonte de continuidade, o diálogo interinstitucional entre as bibliotecas do IFRO e a eventual criação de um Centro de Memória, deixando explícito que o Guia representa um primeiro passo, e não o encerramento, das possibilidades de organização da memória institucional na Educação Profissional e Tecnológica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar a este momento de fechamento, cabe retomar o percurso que orientou toda a investigação, desde a indagação inicial que motivou este estudo: como as bibliotecas do IFRO podem realizar um processamento técnico dos livros físicos produzidos por servidores para garantir sua preservação e visibilidade como memória institucional? A partir dessa pergunta, e da experiência profissional deste pesquisador na biblioteca, delineou-se um objetivo geral que buscou analisar as percepções e intervenções dos bibliotecários do IFRO na organização de livros físicos como memória, produzidos por servidores da instituição, na perspectiva de contribuir com estratégias que garantam a perenidade e a visibilidade dessa produção.

O Capítulo 2 debruçou-se sobre o arcabouço teórico que sustenta esta pesquisa, articulando os conceitos fundantes de memória coletiva, memória institucional e lugares de memória, discutidos por autores como Halbwachs (1990), Nora (1993), Le Goff (1990) e Candau (2011), com a perspectiva mais aplicada da Ciência da Informação, representada por Costa (1992, 1997), Thiesen (2013) e Sayão (2010). Dessa articulação emergiu um pressuposto que atravessou toda a dissertação: o de que a memória, como afirma Nora (1993, p. 13), não nasce espontaneamente; ela precisa ser instituída, com critérios, espaço e responsáveis definidos, o que orientou a leitura de todos os dados gerados nos capítulos seguintes.

No Capítulo 3, a metodologia adotada, de natureza aplicada e abordagem qualitativa, com análise de conteúdo de Bardin (2016), permitiu ouvir oito bibliotecários efetivos de cinco unidades do Sistema de Bibliotecas do IFRO e cruzar seus relatos com a análise documental realizada no *Campus* Porto Velho Calama. Esse desenho, embora modesto em escala, revelou-se adequado ao propósito da pesquisa, que não pretendia mensurar ou generalizar estatisticamente, mas compreender, na fala dos próprios profissionais, o sentido que atribuem ao seu fazer laboral cotidiano.

Os resultados apresentados no Capítulo 4 confirmaram, de maneira consistente, a hipótese que sustentou este estudo desde o projeto de pesquisa. As cinco categorias de análise evidenciaram que os bibliotecários do IFRO

compreendem, conceitualmente, o que é memória institucional, articulando com desenvoltura noções de trajetória, identidade e registro, em sintonia com a literatura consultada no Capítulo 2. Entretanto, esse entendimento amplo não se traduz, na rotina do processamento técnico, em critérios igualmente amplos e formalizados de tratamento: o livro do servidor recebe, via de regra, o mesmo tratamento genérico dado a qualquer outro título do acervo geral, uma lacuna que o inventário documental, apresentado no item 4.2, confirmou de modo concreto: das sessenta e sete obras identificadas, nenhuma delas — nem mesmo a que trata explicitamente do tema da memória — dispunha de qualquer campo de nota ou etiqueta que a distinguisse como produção da própria comunidade institucional. Some-se a isso a assimetria já apontada pelo Entrevistado C entre a robustez da memória científica, bem amparada pelo Repositório Institucional implantado em 2023, e a fragilidade da memória cultural e histórica, ainda dependente de iniciativas pontuais e pessoais, como as relatadas pelos entrevistados A e D. Ao mesmo tempo, e este talvez seja o achado mais animador desta pesquisa, os próprios entrevistados indicaram, com bastante propriedade, os caminhos possíveis de intervenção — o aproveitamento do sistema já disponível, a revisão em curso da Política de Desenvolvimento de Acervos e a organização de um catálogo cultural vinculado ao repositório —, caminhos que este estudo não precisou inventar, apenas sistematizar.

É justamente dessa sistematização que resultou o Produto Educacional apresentado no Capítulo 5, o Guia de Boas Práticas para a Gestão da Memória Institucional em Bibliotecas da EPT, estruturado em sete etapas sequenciais, por sugestão do próprio Entrevistado B, e validado junto aos participantes da pesquisa. Considera-se, assim, que os quatro objetivos específicos delineados no desenho metodológico foram alcançados: identificaram-se as percepções, intervenções e desafios dos bibliotecários quanto ao tratamento da memória institucional; inventariou-se a produção bibliográfica dos servidores do *Campus* Porto Velho Calama; analisaram-se os critérios, cuidados e práticas existentes, cruzando dados qualitativos e documentais; e elaborou-se, a partir desse conjunto, o produto educacional ora entregue à instituição. Por consequência, entende-se que o objetivo geral da pesquisa também foi cumprido, ainda que, como toda investigação, com limites que cabe reconhecer.

Nesse sentido, é preciso fazer aqui um exercício de autocrítica. A amostra de oito bibliotecários, embora significativa diante do universo de quinze profissionais efetivos, representou apenas cinco das nove bibliotecas do sistema, de modo que a realidade das unidades de Cacoal, Vilhena, Jaru e Ariquemes não pôde ser diretamente contemplada pelas entrevistas, ficando sua situação apenas indiretamente sugerida pelo diagnóstico mais amplo. Da mesma forma, o inventário documental, por opção metodológica e por limite de tempo da pesquisa, restringiu-se ao acervo do *Campus* Porto Velho Calama, o que impede a generalização dos números levantados — os quarenta e quatro servidores autores e os sessenta e sete títulos — para o conjunto das demais unidades, ainda que se possa razoavelmente supor que o problema identificado se repita, com variações, nos demais *campi*. Cabe reconhecer, ainda, que esta pesquisa privilegiou o olhar do bibliotecário sobre a produção do servidor-autor, sem ouvir diretamente este último quanto à sua própria percepção de reconhecimento, ou de invisibilidade, dentro da instituição, uma lacuna que se assume conscientemente e que se converte, a seguir, em sugestão de continuidade.

Para trabalhos futuros, sugere-se, em primeiro lugar, a ampliação deste levantamento às nove unidades do Sistema de Bibliotecas do IFRO, de modo a compor um panorama institucional completo da produção bibliográfica de seus servidores. Sugere-se, também, uma investigação que tome como sujeito o próprio servidor-autor, e não apenas o profissional bibliotecário, buscando compreender em que medida ele se reconhece, ou não, como produtor de memória institucional. Recomenda-se, ainda, o acompanhamento da aplicação do Guia de Boas Práticas após sua institucionalização, de modo a avaliar seus efeitos concretos sobre a visibilidade do acervo, bem como estudos que aprofundem a viabilidade das propostas de maior fôlego aventadas pelos próprios entrevistados — o tesauro próprio do IFRO e o Centro de Memória sugerido pelo Entrevistado H —, ideias que extrapolam o escopo desta dissertação, mas que nela encontram, de certa forma, sua primeira formulação sistematizada. Por fim, nada impede que o mesmo problema de pesquisa seja replicado em outras instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ampliando o alcance de um debate que, como demonstrou o levantamento realizado junto aos institutos federais da região Norte, ainda carece de orientações práticas específicas.

Encerra-se esta dissertação, portanto, não com a pretensão de esgotar o tema, mas com a convicção de que a biblioteca, quando se apropria do seu papel de guarda da memória, deixa de ser um simples depósito de livros e passa a ser, como já sugeriam Becker e Martins (2005), um instrumento vivo de educação. Espera-se que o diagnóstico e o produto aqui apresentados sirvam de ponto de partida concreto para que o IFRO, em consonância com o compromisso já firmado em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2023-2027), continue a fortalecer sua identidade, reconhecendo, preservando e dando visibilidade àquilo que seus próprios servidores, no exercício cotidiano de suas atividades, produziram e deixaram registrado nas estantes de suas bibliotecas.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Eliane Morelli *et al.* Memória científica: a importância da preservação documental. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 20., 2010, Franca. **Anais** [...]. Franca: UNESP, 2010.

ALMEIDA, Jobson Louis Santos de. **A biblioteca como organização aprendente**: o desenvolvimento de competências em informação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. A biblioteca multinível no IFPB Campus Sousa: conceito, descrição e finalidade. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 520-537, maio/ago. 2018.

BARBOSA, Xênia de Castro; SILVA, Thiago de F. Reflexões sobre as memórias da EPT: apontamentos teóricos-metodológicos e panorama das pesquisas desenvolvidas no ProfEPT (2019-2021). *In*: SILVA, Cláudio Nei Nascimento da; ROSA, Daniele dos Santos; FERREIRA, Marcos Ramon Gomes (org.). **A metodologia da pesquisa em EPT**. Brasília: Grupo Nova Paideia, 2022. v. 1, p. 88-122.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, José D'Assunção. Memória e história: uma discussão conceitual. **Tempos Históricos**, [*s. l.*], v. 15, n. 1, p. 317-343, 2011.

BECKER, Gisele; MARTINS, Rodrigo Perla. Acervo de memória institucional do Centro Universitário Feevale: possibilidades de pesquisa. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 71-85, 2005. Disponível em: https://sl1nk.com/3p1NJ0n. Acesso em: 2 nov. 2026.

BORGES, Jorge Luis. **Borges oral & sete noites**. Tradução de Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pesquisa participante e a participação da pesquisa**. [*S. l.*]: Rosa dos Ventos, 2013. Disponível em: https://sl1nk.com/kI9csDf. Acesso em: 2 nov. 2026.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555414806/. Acesso em: 10 set. 2024.

Carvalho, Murilo Oliveira de. **História e memória institucional do Colégio Estadual Governador Flávio Marcílio, em Russas/Ceará**: estudo sobre a formação de pessoas do sexo masculino (1937-1971). 2024. 268 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2024) - Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2024. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=117424> Acesso em: 13 de jun. de 2026

CAVALCANTE, Lidia Eugenia; SALES, Odete Máyra Mesquita; GUERRA, Maria Aurea Montenegro Albuquerque. Interseções entre memória institucional, representação da informação e gestão do conhecimento. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, 2024. DOI: 10.1590/1808-5245.30.137828. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/137828. Acesso em: 13 ago. 2025.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 3, n. 3, 2005. DOI: 10.22409/tn.3i3.p6122. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122. Acesso em: 2 nov. 2026.

CIAVATTA, Maria. Memória e história de trabalho-educação: a imposição do trabalho e a negação da educação. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 29, e139231, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/2236-3459/139231. Disponível em: https://www.scielo.br/j/heduc/a/N68RCY8QKbvFPbCZrcv3gkQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 2 nov. 2026.

CORTES, V. N. A.; BARI, V. A.; MACEDO, S. R. dos S. Mediação da informação e memória organizacional: conexões no campo da Ciência da Informação. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO – SIMEDUC, 9., 2018. **Anais** [...]. [*S. l.*]: Grupo Tiradentes, 2018. Disponível em: https://eventosgrupotiradentes.emnuvens.com.br/simeduc/article/view/9496. Acesso em: 8 abr. 2026.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional do IBGE**: um estudo exploratório-metodológico. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/server/api/core/bitstreams/c26fc838-4f8d-4971-a2e5-69e1d028a4f6/content. Acesso em: 2 nov. 2026.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

EL FAR, Alessandra. **O livro e a leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa qualitativa em educação**: fundamentos e tradições. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FERREIRA, Adriana dos Anjos Morais. **Práticas educativas na educação profissional e tecnológica**: desafios e possibilidades do atendimento domiciliar no âmbito do IFRO Câmpus Guajará-Mirim. 2026. 219 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Porto Velho, 2026. Disponível em: http://repositorio.ifro.edu.br/handle/123456789/2617. Acesso em: 12 jun. 2026.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536318523/. Acesso em: 16 jun. 2026.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **A indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias: um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770496/. Acesso em: 16 jun. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778577/. Acesso em: 28 jul. 2026.

GOMES, Ana Lucia de Abreu; NOGUEIRA, Daniele Galvão Pestana. Informação e memória no Tribunal de Contas da União (1970-2004). **Informação & Informação**, Londrina, v. 21, n. 3, p. 306-326, 2017. DOI: 10.5433/1981-8920.2016v21n3p306. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/21571. Acesso em: 13 ago. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Resolução nº 22/CONSUP/IFRO, de 6 de julho de 2015**. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento de Coleções do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2015. Disponível em: https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2015/8701-resolucao-n-22-consup-ifro-de-06-de-julho-de-2015. Acesso em: 25 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2023-2027. Porto Velho: IFRO, 2023. Disponível em: https://portal.ifro.edu.br/pdi-2023-2027. Acesso em: 25 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. **Resolução CONSUP/IFRR nº 849, de 10 de julho de 2025**. Regimento Interno do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (SIB/IFRR). Boa Vista: IFRR, 2025. Disponível em: https://www.ifrr.edu.br/documents/2045/resolu%C3%A7%C3%A3o_849.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE. **Resolução nº 40/2016 – CONSU/IFAC**. Política de Formação e Desenvolvimento de

Acervo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. Rio Branco: IFAC, 2016. Disponível em: https://www.ifac.edu.br/orgaos-colegiados/conselhos/consu/resolucoes/2016/resolucoes-2016-1/resolucao-consu-ifac-no-40-2016. Acesso em: 25 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. **Resolução nº 144/2019-CONSUP/IFAP, de 26 de dezembro de 2019**. Política de Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP. Macapá: IFAP, 2019. Disponível em: https://macapa.ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/661-politica-de-desenvolvimento-de-colecoes. Acesso em: 30 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. **Resolução nº 033/CONSUP/IFAM, de 10 de maio de 2024**. Regulamento Interno das Bibliotecas do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM. Manaus: IFAM, 2024. Disponível em: https://portal.ifam.edu.br/documents/726/RESOLUON_Ypwvc2z.033CONSUPIFAMDE10DEMAIODE2024..pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. **Resolução nº 021/2018-CONSUP, de 8 de fevereiro de 2018**. Política de Atualização de Coleções das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA. Belém: IFPA, 2018. Disponível em: https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/13-resolucoes-do-consup/resolucao-do-consup/2018-2/1878-resolucao-n-021-2018-consup-ifpa-aprovar-a-politica-de-atualizacao-de-colecoes-das-bibliotecas-do-ifpa/file. Acesso em: 25 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Política de formação e desenvolvimento de coleções da Biblioteca Rachel de Queiroz**: Campus Porto Nacional. Porto Nacional: IFTO, 2022. Disponível em: https://workshop.ifto.edu.br/principal/porto/campus-porto/ensino/biblioteca/documentos/politica-de-formacao-e-desenvolvimento-de-colecoes.pdf/view. Acesso em: 30 jun. 2025.

JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 7, p. 55-66, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN, 2013. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2306-9/. Acesso em: 10 set. 2024.

MAFEZOLLI, Elisiane; PRADO, Jorge Moisés Kroll do. Os lugares de memória na produção científica da Ciência da Informação. **Brazilian Journal of Information Science**: research trends, Marília, v. 17, e023030, 2023. DOI: 10.36311/1981-1640.2023.v17.e023030. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/14330. Acesso em: 13 ago. 2025.

MARQUES, L. B.; KARPINSKI, C. Memória e gestão estratégica da informação em bibliotecas acadêmicas: mapeamento da produção científica. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 42, n. 2, 2019. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/113858. Acesso em: 13 ago. 2025.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. **Metodologia da pesquisa em educação**: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. São Paulo: Edições 70, 2024. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786586618457/. Acesso em: 16 jun. 2026.

MOLINA, Letícia Gorri; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Memória organizacional, memória corporativa e memória institucional: discussões conceituais e terminológicas. **Revista EDICIC**, [*s. l.*], v. 1, n. 1, p. 262-276, 2011. Disponível em: http://www.edicic.org/revista/index.php/RevistaEDICIC/article/view/20/pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

MOURÃO, E. S. *et al.* Acervos escolares como patrimônio educacional: formação, conservação e resistência. **History of Education in Latin America – HistELA**, Natal, v. 8, n. 1, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/42089. Acesso em: 20 jul. 2025.

MOUTINHO, Sônia Oliveira Matos. **Práticas de leitura na cultura digital de alunos do ensino técnico integrado do IFPI – Campus Teresina Zona Sul**. 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014. Disponível em: https://repositorio.jesuita.org.br/server92/api/core/bitstreams/d3e1b7f7-7fd8-48d8-a449-2a8676257393/content. Acesso em: 20 jul. 2025.

MOUTINHO, Sônia Oliveira Matos; LUSTOSA, Ianna Torres. As bibliotecas dos Institutos Federais frente às novas demandas gerenciais e informacionais causadas pela Lei 11.892/2008. *In*: FÓRUM NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS, 6., 2011, Petrolina. **Anais** [...]. Petrolina: IF Sertão Pernambucano, 2011. Disponível em: https://l1nq.com/9XGHPb3. Acesso em: 20 jul. 2025.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION (NISO). **Understanding metadata**. Bethesda: NISO Press, 2004. Disponível em: https://www.niso.org/publications/understanding-metadata. Acesso em: 8 set. 2025.

NEVES, P. C.; CERDEIRA, J. P. Memória organizacional, gestão do conhecimento e comportamentos de cidadania organizacional. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 3-19, 2018. Disponível em:

https://brapci.inf.br/v/53441. Acesso em: 13 ago. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 10, 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101. Acesso em: 13 ago. 2025.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. Os conceitos de educação, história, memória e identidade como constructos sociais. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, n. 26, p. 147-170, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1398. Acesso em: 10 set. 2025.

OLIVEIRA NETTO, Alvim Antonio de. **Metodologia da pesquisa científica**: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos. Florianópolis: Visual Books, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na história. **Letras**, Santa Maria, n. 22, p. 79-95, 2001. DOI: 10.5902/2176148511826. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11826. Acesso em: 13 abr. 2026.

PAULILO, André Luiz. A memória através dos livros: o livro na biblioteca e a biblioteca na escola. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, v. 37, n. 76, p. 13-26, 2019. Disponível em: https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/772/563. Acesso em: 17 jul. 2025.

PEDERSOLI, Ana Clara Leite. **Panorama do mercado editorial brasileiro e a atuação do bibliotecário**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em em Biblioteconomia) – Universidade Estadual Paulista, Marilia, 2023. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/02e07283-b94d-4b35-88af-7bfc1e381aab/content. Acesso em: 10 set. 2025.

PEREIRA, Antônio. **Pesquisa de intervenção em educação**. Salvador: EDUNEB, 2019. Disponível em: https://saberaberto.uneb.br/server/api/core/bitstreams/14d21a1b-7811-479e-a408-f7f07d67e600/content. Acesso em: 24 jul. 2025.

PRADO, Samanta do. **Memória científica e institucional**: contribuições conceituais para a Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) da UFSCar. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/61310b87-475d-45fb-b0be-9d8ce460dbcc/content. Acesso em: 26 fev. 2026.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BARBOSA, Marialva. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, ano 29, n. 47, p. 99-114, 2006. Disponível em: https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/20145177780296057242616140954116 23

6043.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.

RODAFINOS, Angelos. A integração de ferramentas de IA generativa na escrita acadêmica: implicações para a pesquisa estudantil. **Social Education Research**, [*s. l.*], v. 6, n. 2, p. 180-369, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.37256/ser.6220256517. Acesso em: 24 jun. 2026.

RODRIGUES, Ana Vera; CRESPO, Isabel. Fonte de informação eletrônica: o papel do bibliotecário de bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 1-18, jul./dez. 2006. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2032/2154. Acesso em: 24 jun. 2026.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzales Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582178768/. Acesso em: 22 jun. 2026.

RUEDA, Valéria Martins da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martin. Memória institucional: uma revisão de literatura. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, abr. 2011. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/9723. Acesso em: 13 ago. 2025.

SAMPAIO, Rafael Cardoso *et al.* **Diretrizes para o uso ético e responsável de inteligências artificiais generativas**: um guia prático para pesquisadores. [*S. l.*: *s. n.*], 2024. Disponível em: https://www.feq.unicamp.br/wp-content/uploads/2025/09/livro-diretrizes-ia-1.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.

SANTOS, Joyce Dayse de Oliveira *et al.* Curadoria de coleções especiais e obras raras e a organização da informação e do conhecimento. **Enancib**, [*s. l.*], v. 5, n. 1, 2026.

SANTOS, Ubiraci Gonçalves dos. Aspectos gerenciais da Seção Memória da Biblioteca Central da UFBA: interferência no registro das produções acadêmicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – CINFORM, 6., 2005, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2005. Disponível em: https://cinform-anteriores.ufba.br/vi_anais/docs/UbiraciSantos.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.

ROGO, Gysele Fernandes dos Santos; VALENTIM, Marta Ligia Pomim; DAMIAN, Ieda Pelogia Martins. Interface da memória organizacional e da cultura no âmbito da gestão do conhecimento. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, v. 14, n. 1, p. 2-16, 2024.Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10220007. Acesso em: 20 jun. 2026.

SAYÃO, Luís Fernando. Bases de dados: a metáfora da memória científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 314-318, 1996.

SAYÃO, Luís Fernando. Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 1-31, 2010. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/147/14716919002.pdf. Acesso em: 8 abr. 2026.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 17, n. 1, p. 1-14, 2015. Disponível em: https://www.fepiam.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/2113-7552-1-PB.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; MOURA, Maria Aparecida. Biblioteca, memória institucional e acesso aberto à informação: apontamentos teóricos e experiências desenvolvidas pela Universidade Federal de Minas Gerais. [*S. l.*: *s. n.*], 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/db6c9d8a-c939-4e92-9b6a-e4cee2abe6c4/content. Acesso em: 8 jun. 2026.

SOUSA, Maria do Socorro Neri de. **Memória institucional em bibliotecas universitárias federais**. 2018. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/jspui/handle/10482/32853. Acesso em: 10 set. 2024.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; SILVA, Ilaydiany Cristina Oliveira da. **Cartilha**: curadoria de conteúdo para bibliotecários/as. Natal: [*s. n.*], 2022. E-book. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/items/1ece8e17-92a7-4bb2-8529-905a00cc1805. Acesso em: 10 set. 2024.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

THIESEN, Icléia; ALMEIDA, Priscila Cabral. Lugares de memória e a patrimonialização da experiência política. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 15-30, 2015. DOI: 10.26512/museologia.v4i8.16902. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16902. Acesso em: 13 ago. 2025.

VALLE, Paulo Roberto Dalla; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 41, e49377, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-469849377. Acesso em: 23 jun. 2026.

VEIGA, Miriã Santana; PIMENTA, Jussara Santos. Educação e bibliotecas multiníveis: um olhar sobre os documentos norteadores das bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em Rondônia. **Biblionline**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 73-88, 2019. Disponível em: https://encurtador.com.br/YhqA. Acesso em: 23 jun. 2026.

ZAMBERLAN, Luciano. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2016. E-book. Disponível em:

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788541902748/. Acesso em: 5 jul. 2025.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS



APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

1ª ETAPA: 1ª ENTREVISTA

Público: Servidores efetivos do IFRO no cargo de Bibliotecários, com 14 participantes na modalidade on-line, vídeo conferência gravada com consentimento, em um tempo estimado de 40 a 60 minutos cada entrevista, com 15 perguntas.

Objetivo da entrevista: Realizar a 1ª Entrevista para levantar as concepções e percepções dos entrevistados sobre o cuidado com as memórias nas bibliotecas do IFRO, os desafios e dificuldades para realizar a gestão desses itens, bem como as boas práticas e possibilidades de melhorias no tratamento dos materiais, identificando a experiência dos indivíduos na temática.

Roteiro estruturado

1. Iniciar a entrevista com cumprimentos, apresentação do entrevistador e contextualização da pesquisa.
2. Apresentar as etapas da pesquisa resumidamente.
3. Explicar os objetivos da entrevista e como os dados serão utilizados.
4. Garantir sigilo e anonimato das respostas.
5. Solicitar autorização para gravação.
6. Informar que a entrevista é voluntária e que ele pode se recusar a responder qualquer pergunta.
7. Disponibilizar um momento para atender às dúvidas e perguntas.
8. Iniciar as perguntas.
    a) Poderia me contar um pouco sobre sua trajetória profissional e o seu tempo de atuação no IFRO?
    b) Como você define "memória institucional" no contexto de uma biblioteca da Educação Profissional e Tecnológica.
    c) Na sua percepção, qual o papel das bibliotecas do IFRO na preservação dessas memórias, especialmente no que se refere ao livro físico?
    d) Como você vê a relação entre organização do acervo e a preservação do espaço pedagógico como memória.

e) Quais práticas ou intervenções você já realizou ou testemunhou relacionada ao cuidado e a preservação da memória institucional do IFRO.
f) Existem procedimentos específicos para o tratamento dos livros físicos produzidos por servidores? Como são aplicados?
g) Poderia compartilhar algum exemplo de ação bem-sucedida nesse sentido?
h) O IFRO possui atualmente algum mapeamento ou registro específico das obras publicadas pelos servidores na forma de livros físicos?
i) Como é feita (ou não) a incorporação desses livros ao acervo da biblioteca?
j) Quais critérios ou cuidados costumam ser considerados nesse processo?
k) Quais os principais desafios que você encontra no tratamento da produção bibliográfica de servidores como item de memória institucional?
l) Na sua opinião, que oportunidades existem para melhorar a gestão, preservação e divulgação desses materiais?
m) Existe algum recurso, política ou ferramenta que facilitaria esse trabalho?
n) Que recomendações você daria para criar um **Guia de Boas Práticas** para a gestão da memória institucional em bibliotecas da EPT, com foco no acervo físico?
o) Você conhece algum exemplo de boas práticas (no IFRO ou fora dele) que você considera inspirador para esse contexto?

9. Perguntar se o participante gostaria de acrescentar algo que não foi abordado, mas que considera relevante.

10. Encerramento, agradecer pela presença, participação e colaboração.

2° ETAPA 2° ENTREVISTA

Publico: Servidores efetivos do IFRO no cargo de Bibliotecários, com os mesmos 14 participantes da 1° etapa, na modalidade on-line vídeo conferencia gravada com consentimento, em um tempo estimado de 30 a 40 minutos cada entrevista, com 9 perguntas.

Objetivo da entrevista Realizar a 2° Entrevista para incluir os participantes no processo de validação dos achados da primeira etapa antes da finalização, bem como receber contribuições para elaboração do Produto Educacional e garantir que o processo seja participativo e colaborativo.

Roteiro estruturado

1. Iniciar a entrevista com cumprimentos e agradecimento por continuar colaborando com a pesquisa.
2. Realizar uma breve recapitulação da primeira entrevista (objetivos, relevância e principais achados).
3. Apresentar a síntese das respostas da entrevista 1 buscando concordância ou ajustes.
4. Iniciar as perguntas.
    a) As interpretações que apresentamos refletem corretamente o que você quis dizer na primeira entrevista?
    b) As interpretações que apresentamos refletem corretamente o que você quis dizer na primeira entrevista?
    c) Algum ponto relevante ficou de fora e você acredita que deve ser incluído no material final?
    d) Você percebe alguma divergência entre a sua experiência e as conclusões preliminares que apresentamos?
    e) Na sua opinião, quais elementos essenciais um Guia de Boas Práticas para a gestão da memória institucional deve conter?
    f) Existem erros ou práticas que deveriam ser evitados e que poderiam ser mencionados no Guia como alerta?
    g) Que recursos (tecnológicos, humanos, documentais) seriam

Fundamentais para implementar as boas práticas sugeridas?

h) Você enxerga possibilidade de esse Guia ser útil para outras instituições de EPT além do IFRO?

i) Espaço para dúvidas, esclarecimentos e outras contribuições que os participantes da pesquisa queiram citar.

5. Encerramento.

6. Espaço para dúvidas, esclarecimentos e outras contribuições que os participantes da pesquisa queiram citar.
7. Informar que, após concluída a pesquisa, serão apresentados os resultados e o produto educacional para os sujeitos da pesquisa, pelo e-mail dos participantes informados no TCLE.
8. Agradecer pela colaboração e reforçar a importância da participação para garantir que o produto final seja fiel à realidade das bibliotecas.
9. Informar o prazo previsto para a devolutiva da pesquisa e os resultados previstos.

APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL

GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA A GESTÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL EM BIBLIOTECAS DA EPT: *um roteiro para o tratamento do livro físico produzido por servidores*

Apresentação

Este Guia nasce da escuta de oito bibliotecários que atuam nas bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) e do inventário da produção bibliográfica de servidores depositada no acervo físico do *Campus* Porto Velho Calama. Não se trata de um documento normativo que se sobrepõe às políticas já existentes, mas de um roteiro complementar, pensado para dialogar com a Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) e com o Manual de Processos Técnicos de cada unidade, na perspectiva já apontada pelo Entrevistado G, para quem as normativas atuais são "voltadas para todos os livros físicos", sem qualquer distinção para a produção da própria comunidade institucional.

O Guia está organizado em sete etapas sequenciais, seguindo a recomendação do Entrevistado B, que sugeriu, na validação da pesquisa, que o material fosse apresentado "como um fluxo sequencial" e não como uma lista solta de recomendações. Cada etapa antecede e prepara a seguinte; recomenda-se, por isso, que a leitura e a aplicação sigam a ordem proposta, ainda que cada biblioteca possa, de acordo com sua realidade de pessoal e espaço, avançar em ritmos distintos.

Antes de iniciar, cabe retomar o que este Guia entende por memória institucional: conforme Thiesen (2013, p. 50-51), trata-se de "tudo aquilo que as instituições definem como relevante para sua memória". Neste recorte específico, o item de memória é o livro físico de autoria ou coautoria de servidor efetivo do IFRO, depositado no acervo geral da biblioteca.

ETAPA 1 — MAPEAMENTO

Levantar a produção de servidores já depositada no acervo.

O primeiro passo não exige a criação de nenhuma ferramenta nova. Como observou o Entrevistado A, o sistema Gnuteca, já disponível em todas as bibliotecas do Sistema de Bibliotecas do IFRO, permite um primeiro filtro por autoria, ainda que de forma manual, cruzando o campo de autor com a relação de servidores efetivos do *campus*, fornecida pela Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP).

Recomenda-se que cada biblioteca:

a) solicite à CGP a lista atualizada de servidores efetivos do *campus*; b) realize a busca, no Gnuteca, de cada nome constante na lista, no campo de autoria; c) registre, em planilha simples, o título, o(s) autor(es), o número de chamada e a data de incorporação ao acervo; d) identifique, entre os títulos localizados, aqueles em coautoria entre dois ou mais servidores da própria instituição, evitando duplicidade de contagem.

O inventário realizado no *Campus* Porto Velho Calama, apresentado na Seção 4.2 desta dissertação, é um exemplo de aplicação desta etapa: do universo de duzentos e setenta e oito servidores efetivos, quarenta e quatro (15,8%) possuem participação como autores ou coautores em pelo menos um dos sessenta e sete títulos identificados no acervo. Esse levantamento inicial, mesmo que artesanal, é o que torna possível todas as etapas seguintes.

Atenção: o mapeamento não deve se converter em um retrabalho de catalogação. Não se trata de recatalogar os títulos, apenas de identificá-los dentro do que já está registrado no sistema.

ETAPA 2 — CHEGADA E TRIAGEM

Receber a doação e aplicar os critérios de seleção. Definir, de forma simples e objetiva, o que caracteriza um título como item de memória institucional.

A ausência de critério foi, talvez, o achado mais recorrente desta pesquisa. O Entrevistado A afirmou, sem rodeios, que "não tem critério para item de memória"; o Entrevistado C relatou que "o roteiro é feito ao clássico". Esta etapa busca justamente preencher essa lacuna, sem impor um modelo rígido que ignore a realidade de cada unidade.

Sugere-se que cada biblioteca adote, no mínimo, os seguintes critérios cumulativos, já esboçados de forma dispersa pelos Entrevistados D e E:

- **autoria institucional** — o servidor deve constar como autor, coautor, organizador ou coordenador da obra, e ser servidor efetivo do IFRO no momento da publicação ou da incorporação ao acervo;
- **suporte físico** — o critério aplica-se, nesta primeira versão do Guia, exclusivamente ao livro impresso, incluindo livros técnicos, didáticos, literários e de temática histórico-cultural, conforme a diversidade já identificada no inventário do Capítulo 4;
- **pertinência institucional** — obra produzida, no todo ou em parte, no exercício da atividade do servidor no IFRO, ou que dialogue com a missão institucional, ainda que trate de temas diversos das áreas técnicas do campus.

- **Quantitativo de exemplares**
  Para evitar o inchaço desnecessário do acervo físico, recomenda-se fixar previamente um limite de exemplares aceitos por título — sugere-se até 2 exemplares, sendo 1 para consulta corrente e 1 para reserva técnica —, salvo justificativa específica da coordenação da biblioteca. Exemplares excedentes

podem ser encaminhados a outras bibliotecas parceiras ou a programas de permuta.

Não é necessário, nesta etapa, avaliar o mérito literário ou científico da obra. Como bem observou o Entrevistado D, tais critérios "nem sempre" estão formalizados em documento; o objetivo aqui é justamente formalizá-los, com a simplicidade que a rotina da biblioteca multinível exige.

Atenção: o critério de pertinência institucional não deve ser usado para excluir obras de temática distante das áreas técnicas do *campus*. A diversidade temática identificada no inventário — da física à poesia, passando pelos estudos afro-amazônicos — é parte constitutiva, e não um desvio, da produção bibliográfica de servidores.

ETAPA 3 — IDENTIFICAÇÃO E MARCAÇÃO FÍSICA

Marcar o item sem removê-lo do acervo corrente: carimbar e anotar a origem da obra doada.

Uma vez aceita na triagem, a obra doada precisa ser diferenciada fisicamente do acervo comum antes de seguir para a formalização. Essa marcação é o que permite que qualquer pessoa da equipe, mesmo sem consultar o sistema, reconheça, só de folhear o livro, que se trata de um item de memória institucional.

Carimbo especial

Recomenda-se um carimbo próprio, distinto do carimbo de tombamento comum do acervo, com os dizeres "MEMÓRIA INSTITUCIONAL, [nome do campus]", acompanhado de campos para preenchimento manual da data de recebimento e do número de registro (que, na Etapa 4, também vai conectar o exemplar físico ao processo SEI de doação).

Local de aplicação: sempre na página de rosto (ou na página de créditos, se a de rosto for muito ilustrada), nunca sobre texto, imagens, assinaturas do autor ou dedicatórias manuscritas.

Tinta recomendada: tinta de carimbo permanente e não ácida, própria para papel; tintas comuns podem manchar ou corroer o papel ao longo dos anos.

Nunca carimbar a capa, a folha de guarda com dedicatória, ou qualquer página com valor autográfico especial; nesses casos, prefira uma etiqueta neutra colada com adesivo reversível.

Anotações manuscritas

Além do carimbo, é comum registrar manualmente, no verso da capa ou na guarda anterior, o nome do doador e a data de recebimento, seguindo um texto padronizado: "Doação de: [nome do doador], em [data]".

Use lápis grafite macio (HB ou similar), nunca caneta: a caneta é irreversível e pode manchar por transparência; o grafite duro risca e danifica o papel.

Escreva de forma legível, em um canto discreto da página, sem sobrepor ilustrações, dedicatórias ou assinaturas do próprio autor.

Padronize a redação da anotação entre todos os membros da equipe, para que o padrão visual se mantenha consistente ao longo dos anos.

ETAPA 4 — FORMALIZAÇÃO NO SEI

Com a obra já identificada fisicamente, o próximo passo é formalizar o recebimento por meio de um processo eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Essa formalização garante a rastreabilidade da obra: possibilita comprovar, a qualquer momento, como, quando e por quem aquele item entrou no acervo, além de resguardar juridicamente tanto a instituição quanto o doador quanto à titularidade e ao uso da obra doada.

Passo a passo no SEI

1. Localizar ou abrir o processo correto: acesse o SEI com perfil autorizado e localize o tipo de processo destinado a doações de acervo bibliográfico. Caso não exista um tipo específico, verifique com o setor de protocolo a criação de um modelo próprio.

2. Preencher o termo de doação: utilize um bloco de texto padronizado (idealmente salvo como modelo/favorito no SEI) com os dados do doador, título e autor da obra, quantidade de exemplares, data de recebimento e valor monetário da obra.

3. Colher as assinaturas: obtenha a assinatura eletrônica do doador (assinatura externa, quando não possuir acesso ao sistema, ou interna, quando for servidor) e a assinatura do responsável institucional que aceita a doação em nome da biblioteca.

4. Anexar registro fotográfico: sempre que possível, anexe ao processo uma foto da capa e da página de rosto da obra já carimbada, facilitando a conferência futura sem necessidade de manusear o exemplar físico.

5. Tramitar o processo: encaminhe o processo aos setores pertinentes, conforme o fluxo interno de tramitação já adotado pela instituição.

6. Registrar o número do processo ou documento SEI no exemplar físico: anote o número do processo SEI no campo de "número de registro" do carimbo aplicado na Etapa 3 — o elo que conecta, em dois sentidos, o objeto físico ao processo digital.

7. Concluir e manter acessível: conclua o processo conforme o fluxo padrão do SEI, mantendo-o disponível para consulta futura.

ETAPA 5 — TRATAMENTO TÉCNICO E METADADOS

A partir desta etapa, o fluxo é o mesmo para qualquer item de memória institucional, tenha ele vindo do Mapeamento (Trilha A) ou de uma doação já formalizada no SEI (Trilha B). O objetivo é marcar o item no registro do sistema, sem removê-lo do acervo corrente. Esta é a etapa de maior sensibilidade técnica, pois nela se manifesta uma tensão real: como dar visibilidade ao item sem prejudicar sua recuperação pelo usuário comum.

Um caminho já em uso por parte da equipe pesquisada é o de indexar a autoria de servidor no campo de "descrição geral" do sistema, evitando conscientemente a

criação de um acervo segregado. Esse é o caminho — a marcação, e não a separação física — que este Guia recomenda como padrão mínimo.

Metadados recomendados

a) Nota padronizada no registro: inclua, no campo de nota do registro (campo 500 nota geral, ou equivalente, conforme o formato MARC utilizado pelo Sistema de Gestão do Acervo), a informação: "Obra de autoria de servidor efetivo do IFRO, [nome do campus]".

b) Nota de proveniência (Trilha B): para itens doados, registre também a origem da obra e o número do documento ou processo SEI de doação formalizado na Etapa 4, em campo de nota geral.

c) Nota temática "Memória Institucional": no campo 505 (Nota de conteúdo), aplique uma marcação ou palavra-chave (Memória Institucional) adicional que permita filtrar, em qualquer busca, apenas os itens dessa categoria, útil tanto para os títulos mapeados quanto para os doados.

d) Manter a localização física: mantenha o item na estante correspondente ao seu assunto, sem alterar sua notação de Cutter ou classificação decimal (CDD) corrente: o que muda é a marcação, não a localização física.

Essa recomendação dialoga diretamente com Fujita (2009), para quem a catalogação constitui a "representação descritiva da forma física dos documentos", exigindo do profissional responsabilidade e rigor contínuos — rigor que, nesta etapa, se estende a um novo tipo de metadado, sem romper com os processos já consolidados na rotina da biblioteca.

Atenção: evite criar uma nova classificação paralela ("acervo de memória", "coleção especial servidor") sem antes consultar a Etapa 6 deste Guia. Uma classificação isolada, sem respaldo em política institucional, tende a se tornar mais um critério informal e vulnerável à descontinuidade quando houver mudança de equipe.

ETAPA 6 — PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO FÍSICA

O objetivo desta etapa é assegurar que a obra, e o registro que a documenta, sobrevivam à rotina da biblioteca e à passagem de gestões. Preservar significa assegurar que o recurso sobreviva ao longo do tempo e permaneça acessível e interpretável pela comunidade, tanto no aspecto físico quanto no digital.

Cuidados físicos com o exemplar

Prefira ambientes com temperatura estável, entre 18 °C e 22 °C, e umidade relativa do ar entre 45% e 55%, evitando oscilações bruscas.

Mantenha as obras longe da incidência direta de luz solar e de fontes de calor, que aceleram o amarelamento e a fragilização do papel.

Ao manusear obras antigas, raras ou muito frágeis, utilize luvas de algodão ou nitrila; nunca utilize fita adesiva comum, cola instantânea ou grampos metálicos para pequenos reparos.

Realize limpeza periódica de pó com trincha macia ou flanela seca, sempre no sentido de dentro para fora do livro.

Preservação digital e Repositório Institucional

No arranjo atual das bibliotecas do IFRO, a preocupação com preservação está concentrada, quase exclusivamente, no Repositório Institucional, implantado em 2023 e voltado à memória científica. Este Guia recomenda que a preservação da memória cultural e histórica seja tratada como extensão, e não como concorrente, desse esforço já consolidado:

a) Digitalizar o essencial: sempre que possível, digitalize a capa, a folha de rosto e o sumário da obra (não o conteúdo integral, que pode estar protegido por direitos autorais), anexando esses registros ao metadado criado na Etapa 5.

b) Articular com o Repositório Institucional: avalie, junto ao Comitê Gestor do Repositório Institucional, a criação de uma aba, coleção ou filtro específico para a produção cultural de servidores, distinta da produção científica já indexada.

c) Manter redundância do metadado: mantenha cópia do registro de metadados em ambiente redundante, evitando que a informação dependa exclusivamente da memória de um único servidor da equipe.

Os lugares de memória "nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea", precisando ser instituídos com espaço e responsáveis definidos.
Nora (1993, p. 13)

O horizonte mais ousado desta etapa é a criação, a médio prazo, de um Centro de Memória híbrido, físico e digital, capaz de reunir as duas dimensões da produção institucional.

ETAPA 7 — DISSEMINAÇÃO E VALORIZAÇÃO

Dar visibilidade ao que já foi mapeado, marcado e preservado.

Esta é a etapa que dá sentido a todas as anteriores: tornar a obra visível, conhecida e valorizada pela comunidade interna e externa. Um item de memória institucional bem tratado e preservado, mas invisível à comunidade escolar, perde grande parte de seu propósito.

De nada adianta identificar e preservar um item de memória se ele permanece invisível à comunidade escolar. Este percurso recupera, de forma sistemática, iniciativas que já existem em algumas unidades do IFRO — ainda que de modo pontual e dependente da sensibilidade individual do profissional, como discutido na Categoria 4 do Capítulo 4.

Ações recomendadas

a) Criar um catálogo das obras mapeadas: reúna, em um documento único, impresso ou digital, a relação de títulos e autores identificados nas Etapas 1 e 2, organizada por área ou por autor. Esse catálogo é o principal instrumento de divulgação do trabalho realizado: pode ser publicado na página da biblioteca, impresso para distribuição em eventos, e serve de roteiro tanto para a curadoria de estante temática quanto para a articulação com a PROPESP e a Editora IFRO.

b) Manter estante temática permanente ou rotativa: nos moldes da iniciativa "Quem é o autor?" e de exposições de dois a três meses, reunindo em destaque os títulos do catálogo.

c) Divulgar em redes sociais institucionais: publicação periódica, com foto da obra e breve nota sobre o autor servidor, como resposta eficaz ao baixo volume de submissões voluntárias.

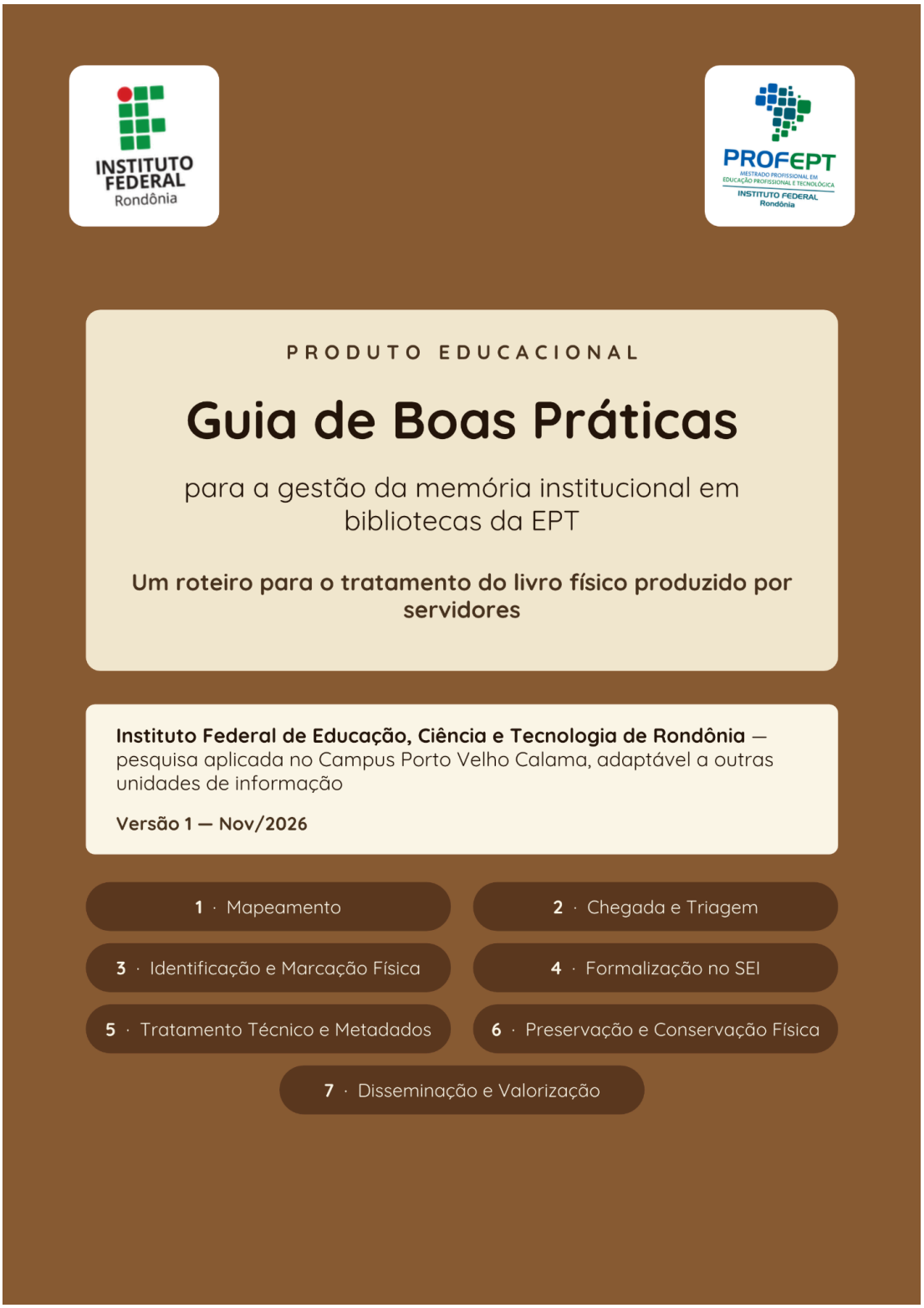
d) Articular com a PROPESP: para mapeamento conjunto da produção técnico-científica e cultural dos servidores, junto à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

e) Promover mediação cultural situada, com responsabilidade social, diversidade e inclusão: vinculação do acervo a datas comemorativas e temas regionais, como ações de mediação sobre o folclore amazônico, buscando representar as trajetórias de mulheres, negros, indígenas e outros grupos que compõem a força de trabalho e a história regional, e garantindo a **acessibilidade** total nos produtos de difusão (catálogos com audiodescrição, exposições virtuais acessíveis).

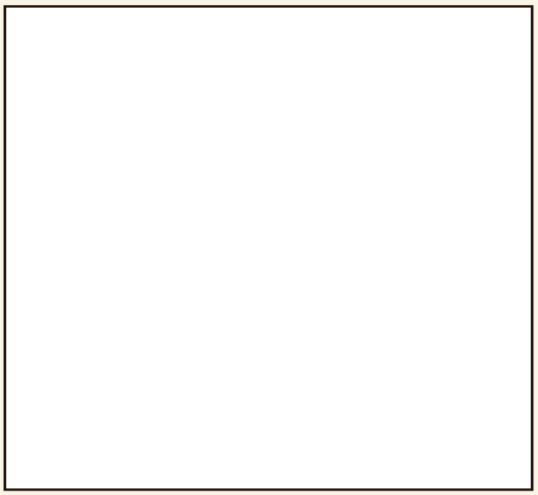
Considerações finais do Guia

As sete etapas aqui apresentadas não esgotam as possibilidades de gestão da memória institucional em bibliotecas da EPT; representam, antes, uma sistematização inicial das soluções que os próprios bibliotecários do IFRO já vinham esboçando, de forma isolada, em seu cotidiano de trabalho. Espera-se que este Guia sirva de ponto de partida para que cada unidade, do IFRO ou de outras instituições da Rede Federal, adapte o fluxo à sua realidade, sem perder de vista o compromisso maior que motivou esta pesquisa: reconhecer, preservar e dar visibilidade à produção bibliográfica de quem constrói, todos os dias, a história da Educação Profissional e Tecnológica.

PRODUTO GUIA DE BOAS PRÁTICAS



FICHA CATALOGRÁFICA



FICHA TÉCNICA

DADOS DO PRODUTO EDUCACIONAL

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – ProfEPT.

Título do Produto Educacional: Guia de Boas Práticas para a Gestão da Memória Institucional em Bibliotecas da EPT: um roteiro para o tratamento do livro físico produzido por servidores

Autores: Evandro Silva de Sousa (Mestrando, ProfEPT, IFRO, Campus Calama). Profª. Drª. Rosa Martins Costa Pereira (Orientadora, ProfEPT, IFRO, Campus Porto Velho Zona Norte).

Tipo de produto: Material didático/instrucional, Bibliográfico, Guia de gestão de livros físicos como memória.

Modalidade: Manual, Guia, Texto orientador de gestão.

Formato: Documento textual com anexo ilustrativo.

Público-alvo: Bibliotecários e gestores de unidades de informação.

Programa: Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT.

Linha de Pesquisa 2: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Descrição: O produto educacional foi elaborado no IFRO – Campus Porto Velho Calama, com a participação de oito bibliotecários da instituição ao longo das etapas da pesquisa. Organizado em sete etapas sequenciais, como uma proposta para orientar os profissionais que atuam na gestão de unidades de informação a padronizar o tratamento da produção bibliográfica dos servidores como memória institucional. Ao reconhecer, preservar e dar visibilidade a essas obras, o produto valoriza quem produz conhecimento na instituição e contribui para fortalecer a identidade institucional.

Contexto de Aplicação: Educacional em instituições formais e não formais de ensino.

Referência à Dissertação: O LIVRO FÍSICO NA BIBLIOTECA: A PRODUÇÃO DE SERVIDORES COMO MEMÓRIA INSTITUCIONAL.

Disponibilidade do produto: Irrestrita, preservando os direitos autorais.

Palavras-chave: Memória Institucional. Biblioteca. Produção Bibliográfica. Educação Profissional e Tecnológica.

Ano: 2026

Sumário

O QUE VOCÊ VAI ENCONTRAR NESTE GUIA

ABERTURA

- Apresentação 3
- Elementos visuais usados no guia 5
- Visão geral do fluxo 6

AS SETE ETAPAS

1. Mapeamento 8
2. Chegada e Triagem 10
3. Identificação e Marcação Física 12
4. Formalização no SEI 14
5. Tratamento Técnico e Metadados 16
6. Preservação e Conservação Física 18
7. Disseminação e Valorização 20

REFERÊNCIA RÁPIDA

- Quadro de responsabilidades por setor 22
- Anexo — Checklist rápido 23
- Considerações finais 26

Apresentação

Este Guia nasce da escuta de oito bibliotecários que atuam nas bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) e do inventário da produção bibliográfica de servidores depositada no acervo físico do Campus Porto Velho Calama. Não se trata de um documento normativo que se sobrepõe às políticas já existentes, mas de um roteiro complementar, pensado para dialogar com a Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) e com o Manual de Processos Técnicos de cada unidade.

> “ As normativas atuais são "voltadas para todos os livros físicos", sem qualquer distinção para a produção da própria comunidade institucional.
>
> — ENTREVISTADO G

O Guia está organizado como um fluxo sequencial, seguindo a recomendação do Entrevistado B, que sugeriu, na validação da pesquisa, que o material fosse apresentado dessa forma, e não como uma lista solta de recomendações. Cada etapa antecede e prepara a seguinte; recomenda-se, por isso, que a leitura e a aplicação sigam a ordem proposta, ainda que cada biblioteca possa, de acordo com sua realidade de pessoal e espaço, avançar em ritmos distintos.

O que este guia entende por memória institucional

Conforme Thiesen (2013, p. 50-51), memória institucional é tudo aquilo que as instituições definem como relevante para sua memória. Neste recorte específico, o item de memória tratado por este Guia é o livro físico de autoria ou coautoria de servidor efetivo do IFRO, depositado no acervo geral da biblioteca.

Duas portas de entrada

Um título de autoria de servidor pode chegar ao espaço da biblioteca de duas formas distintas, e este Guia trata cada uma delas com o cuidado que exige:

- **Trilha A** — o título já está no acervo: foi incorporado em algum momento, sem qualquer marcação especial, e precisa ser localizado e reconhecido como memória institucional. É o caso tratado pela Etapa 1 (Mapeamento).

- **Trilha B** — o título chega agora como uma nova doação: precisa ser recebido, triado, identificado fisicamente e formalizado antes de seguir adiante. É o caso tratado pelas Etapas 2 a 4 (Chegada e Triagem, Identificação e Marcação Física, Formalização no SEI).

A partir da Etapa 5, as duas trilhas convergem: qualquer título, que tenha vindo do acervo já existente ou de uma doação recente, passa a receber o mesmo tratamento técnico, a mesma preservação e a mesma divulgação, sem distinção de origem.

Como usar este guia

Cada capítulo corresponde a uma etapa concreta: quem estiver organizando o levantamento do que já existe no acervo pode ir direto ao capítulo "Mapeamento", quem estiver com uma doação recém-chegada em mãos pode ir direto a "Chegada e Triagem", e quem já tiver os títulos tratados pode ir direto a "Disseminação e Valorização", sem precisar reconstruir o processo inteiro a cada consulta.

Optou-se por uma linguagem explicativa, e não por resumos enxutos, para que a equipe entenda não apenas o que fazer, mas por que cada cuidado existe. No anexo final há uma versão resumida, em formato de checklist, pensada apenas como apoio rápido do dia a dia, e não como substituto da leitura completa de cada capítulo.

Elementos visuais usados no guia

Ao longo dos capítulos, quatro elementos visuais destacam informações específicas:

DICA

Traz sugestões práticas e caminhos já testados por bibliotecários do IFRO — não são obrigatórias, mas ajudam a rotina.

ATENÇÃO

Sinaliza cuidados que, se ignorados, podem gerar retrabalho, prejudicar a recuperação do item pelo usuário ou tornar a prática vulnerável à descontinuidade.

SETOR(ES) RESPONSÁVEL(IS)

Indica, no início de cada etapa, qual setor normalmente conduz aquela parte do fluxo, para apoiar o encaminhamento correto dentro da instituição.

FALAS DOS ENTREVISTADOS

Trechos destacados entre aspas reproduzem, na íntegra ou em síntese, falas dos bibliotecários entrevistados durante a pesquisa que originou este Guia.

Sobre a adaptação deste guia

Este Guia foi construído a partir da realidade das bibliotecas do IFRO, com exemplos e dados do Campus Porto Velho Calama. Os trechos entre colchetes, como [nome do campus], são pontos de adaptação para as demais unidades do IFRO e para bibliotecas de outras instituições da Rede Federal que adaptem o fluxo à sua própria realidade.

DICA DE LEITURA

Exemplo de aplicação prática — assim como este bloco verde traz um caminho já testado, ele aparecerá ao final de etapas específicas do fluxo.

ATENÇÃO AO LER

Exemplo de alerta — blocos como este sinalizam decisões que merecem cuidado redobrado da equipe.

Visão geral do fluxo

O fluxograma abaixo resume as sete etapas propostas por este Guia. As quatro primeiras se organizam em duas trilhas paralelas, conforme a origem do título; a partir da Etapa 5, o fluxo converge em um único caminho, comum a qualquer item de memória institucional.



Trilha A — item já no acervo

- **Etapa 1 — Mapeamento:** a biblioteca realiza o levantamento, dentro do próprio sistema, da produção de servidores já depositada no acervo.

Trilha B — nova doação

- **Etapa 2 — Chegada e Triagem:** a obra chega à biblioteca e a equipe decide, com base em critérios definidos, se ela é um item de memória institucional.
- **Etapa 3 — Identificação e Marcação Física:** o exemplar aceito recebe carimbo e anotações que o diferenciam do acervo comum.
- **Etapa 4 — Formalização no SEI:** a doação é registrada formalmente em processo eletrônico, garantindo rastreabilidade.

Convergência — comum às duas trilhas

- **Etapa 5 — Tratamento Técnico e Metadados:** o item é marcado no registro do sistema, sem ser retirado do acervo corrente.
- **Etapa 6 — Preservação e Conservação Física:** o item recebe cuidados físicos de guarda.
- **Etapa 7 — Disseminação e Valorização:** o que foi tratado e preservado ganha visibilidade junto à comunidade escolar, inclusive por meio de um catálogo das obras mapeadas.

1

ETAPA 1 DO FLUXO · TRILHA A · ACERVO JÁ EXISTENTE

Mapeamento

Setor(es) responsável(is): Biblioteca (bibliotecário responsável), em articulação com a Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP).

O objetivo desta etapa é levantar a produção de servidores já depositada no acervo, títulos que entraram na biblioteca em algum momento, sem qualquer marcação especial, e que hoje passam despercebidos como memória institucional. O primeiro passo não exige a criação de nenhuma ferramenta nova: utiliza-se o sistema de gestão de acervo na busca de obras no catálogo geral, que permite um primeiro filtro por autoria, ainda que de forma manual, cruzando o campo de autor com a relação de servidores efetivos do Campus, fornecida pela CGP.

Passo a passo

a **Solicitar a lista:** peça à CGP a lista atualizada de servidores efetivos do campus ou gere pelo sistema de administração.

b **Buscar no sistema de gestão de acervo:** realize a busca de cada nome constante na lista, no campo de autoria do sistema.

c **Registrar em planilha:** anote, em planilha simples, o título, o(s) autor(es), o número de chamada e a data de incorporação ao acervo.

d **Identificar coautorias:** entre os títulos localizados, identifique aqueles em coautoria entre dois ou mais servidores da própria instituição, evitando duplicidade de contagem.

O que o inventário do Campus Porto Velho Calama mostrou

O inventário realizado no Campus Porto Velho Calama é um exemplo de aplicação desta etapa:

278	44 (16%)	67
servidores efetivos	são autores/coautores	títulos identificados

Esse levantamento inicial, mesmo que artesanal, é o que torna possível todas as etapas seguintes. Os títulos localizados nesta etapa devem passar pelos mesmos critérios de autoria institucional, suporte físico e pertinência institucional descritos na Etapa 2 antes de seguir para o tratamento técnico da Etapa 5 — a diferença é que, aqui, o título já está fisicamente no acervo, e não há doador a atender nem processo de recebimento a conduzir.

DICA

Um primeiro mapeamento, ainda que manual e artesanal, já é suficiente para iniciar o tratamento técnico. Não é preciso esperar por uma solução de sistema mais sofisticada para começar.

ATENÇÃO

O mapeamento não deve se converter em um retrabalho de catalogação. Não se trata de recatalogar os títulos, apenas de identificá-los dentro do que já está registrado no sistema.

ETAPA 2 DO FLUXO · TRILHA B · NOVAS DOAÇÕES

2 Chegada e Triagem

Setor(es) responsável(is): Atendimento da Biblioteca / Desenvolvimento de Coleções.

Esta etapa começa no momento em que uma obra chega fisicamente à biblioteca como uma nova doação, entregue em mãos por um servidor, enviada por outro setor ou trazida por um visitante externo. É também o momento de decidir, com critérios claros, se aquela obra deve compor o acervo de memória institucional ou seguir outro caminho (acervo geral, permuta ou recusa cordial).

A ausência de critério foi, talvez, o achado mais recorrente da pesquisa que originou este Guia, e é justamente essa lacuna que a triagem, descrita a seguir, busca preencher, sem impor um modelo rígido que ignore a realidade de cada unidade.

> “Não tem critério para item de memória.
>
> — ENTREVISTADO A

> “O roteiro é feito ao clássico.
>
> — ENTREVISTADO C, SOBRE A AUSÊNCIA DE CRITÉRIO FORMAL

Critérios cumulativos de triagem

- **Autoria institucional** — o servidor deve constar como autor, coautor, organizador ou coordenador da obra, e ser servidor efetivo do IFRO no momento da publicação ou da incorporação ao acervo.
- **Suporte físico** — o critério aplica-se, nesta primeira versão do Guia, exclusivamente ao livro impresso, incluindo livros técnicos, didáticos, literários e de temática histórico-cultural.
- **Pertinência institucional** — obra produzida, no todo ou em parte, no exercício da atividade do servidor no IFRO, ou que dialogue com a missão institucional, ainda que trate de temas diversos das áreas técnicas do campus.

Não é necessário, nesta etapa, avaliar o mérito literário ou científico da obra; o objetivo é apenas confirmar o enquadramento nos três critérios acima.

Quantitativo de exemplares

Para evitar o inchaço desnecessário do acervo físico, recomenda-se fixar previamente um limite de exemplares aceitos por título — sugestão de até 2 exemplares (1 para consulta corrente e 1 para reserva técnica), salvo justificativa específica da coordenação da biblioteca. Exemplares excedentes podem ser encaminhados a outras bibliotecas parceiras ou a programas de permuta.

ATENÇÃO

O critério de pertinência institucional não deve ser usado para excluir obras de temática distante das áreas técnicas do campus — a diversidade temática identificada no inventário, da física à poesia, passando pelos estudos afro-amazônicos, é parte constitutiva, e não um desvio, da produção bibliográfica de servidores. Evite, também, decisões de aceite ou recusa tomadas isoladamente por quem está no balcão de atendimento: o ideal é que os critérios estejam documentados e acessíveis a toda a equipe.

ETAPA 3 DO FLUXO · TRILHA B · NOVAS DOAÇÕES

3 Identificação e Marcação Física

Setor(es) responsável(is): Processamento Técnico / Equipe responsável pelo tratamento físico do acervo.

Uma vez aceita na triagem, a obra doada precisa ser diferenciada fisicamente do acervo comum antes de seguir para a formalização. Essa marcação é o que permite que qualquer pessoa da equipe, mesmo sem consultar o sistema, reconheça, só de folhear o livro, que se trata de um item de memória institucional.

Carimbo especial

Recomenda-se um carimbo próprio, distinto do carimbo de tombamento comum do acervo, com os dizeres "MEMÓRIA INSTITUCIONAL, [nome do campus]", acompanhado de campos para preenchimento manual da data de recebimento e do número de registro (que, na Etapa 4, também vai conectar o exemplar físico ao processo SEI de doação).

- **Local de aplicação:** sempre na página de rosto (ou na página de créditos, se a de rosto for muito ilustrada), nunca sobre texto, imagens, assinaturas do autor ou dedicatórias manuscritas.
- **Tinta recomendada:** tinta de carimbo permanente e não ácida, própria para papel; tintas comuns podem manchar ou corroer o papel ao longo dos anos.
- **Nunca** carimbar a capa, a folha de guarda com dedicatória, ou qualquer página com valor autográfico especial; nesses casos, prefira uma etiqueta neutra colada com adesivo reversível.

Anotações manuscritas

Além do carimbo, é comum registrar manualmente, no verso da capa ou na guarda anterior, o nome do doador e a data de recebimento, seguindo um texto padronizado: "Doação de: [nome do doador], em [data]".

- Use lápis grafite macio (HB ou similar), nunca caneta — a caneta é irreversível e pode manchar por transparência; o grafite duro risca e danifica o papel.

- Escreva de forma legível, em um canto discreto da página, sem sobrepor ilustrações, dedicatórias ou assinaturas do próprio autor.
- Padronize a redação da anotação entre todos os membros da equipe, para que o padrão visual se mantenha consistente ao longo dos anos.

DICA

Mantenha o carimbo, a tinta e os lápis usados nesta etapa guardados em um único kit, de fácil acesso na mesa de processamento técnico.

ATENÇÃO

Nunca utilize clipes metálicos, fitas adesivas comuns ou notas adesivas (post-it) diretamente sobre a obra: o metal enferruja, o adesivo comum amarela e gruda permanentemente ao papel com o tempo. A marcação física é um complemento à nota do registro criada na Etapa 5, não a substitui, e não deve isolar o exemplar do restante do acervo.

4

ETAPA 4 DO FLUXO · TRILHA B · NOVAS DOAÇÕES

Formalização no SEI

Setor(es) responsável(is): Biblioteca, em conjunto com o Protocolo/SEI e, quando necessário, a Assessoria Jurídica.

Com a obra já identificada fisicamente, o próximo passo é formalizar o recebimento por meio de um processo eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Essa formalização garante a rastreabilidade da obra — possibilita comprovar, a qualquer momento, como, quando e por quem aquele item entrou no acervo, além de resguardar juridicamente tanto a instituição quanto o doador quanto à titularidade e ao uso da obra doada.

Passo a passo no SEI

1. **Localizar ou abrir o processo correto:** acesse o SEI com perfil autorizado e localize o tipo de processo destinado a doações de acervo bibliográfico. Caso não exista um tipo específico, verifique com o setor de protocolo a criação de um modelo próprio.

2. **Preencher o termo de doação:** utilize um bloco de texto padronizado (idealmente salvo como modelo/favorito no SEI) com os dados do doador, título e autor da obra, quantidade de exemplares, data de recebimento e valor monetário da obra.

3. **Colher as assinaturas:** obtenha a assinatura eletrônica do doador (assinatura externa, quando não possuir acesso ao sistema, ou interna, quando for servidor) e a assinatura do responsável institucional que aceita a doação em nome da biblioteca.

4. **Anexar registro fotográfico:** sempre que possível, anexe ao processo uma foto da capa e da página de rosto da obra já carimbada, facilitando a conferência futura sem necessidade de manusear o exemplar físico.

5. **Tramitar o processo:** encaminhe o processo aos setores pertinentes, conforme o fluxo interno de tramitação já adotado pela instituição.

6 **Registrar o número do processo no exemplar físico:** anote o número do processo SEI no campo de "número de registro" do carimbo aplicado na Etapa 3 — o elo que conecta, em dois sentidos, o objeto físico ao processo digital.

7 **Concluir e manter acessível:** conclua o processo conforme o fluxo padrão do SEI, mantendo-o disponível para consulta futura.

DICA

Padronize um modelo de bloco de texto do termo de doação como favorito no SEI, com os campos variáveis já destacados. Isso reduz o tempo de preenchimento e evita o esquecimento de cláusulas importantes.

ATENÇÃO

Em doações sem identificação clara do doador, registre o processo mesmo assim, nomeando o doador como "não identificado" e descrevendo as circunstâncias do recebimento — isso evita lacunas na rastreabilidade do acervo. A formalização individual de cada doação não substitui a institucionalização mais ampla do fluxo, tratada nas Considerações Finais deste Guia.

5

ETAPA 5 DO FLUXO · CONVERGÊNCIA DAS DUAS TRILHAS

Tratamento Técnico e Metadados

Setor(es) responsável(is): Catalogação / Processamento Técnico da Biblioteca.

A partir desta etapa, o fluxo é o mesmo para qualquer item de memória institucional, tenha ele vindo do Mapeamento (Trilha A) ou de uma doação já formalizada no SEI (Trilha B). O objetivo é marcar o item no registro do sistema, sem removê-lo do acervo corrente. Esta é a etapa de maior sensibilidade técnica, pois nela se manifesta uma tensão real: como dar visibilidade ao item sem prejudicar sua recuperação pelo usuário comum.

Um caminho já em uso por parte da equipe pesquisada é o de indexar a autoria de servidor no campo de "descrição geral" do sistema, evitando conscientemente a criação de um acervo segregado — esse é o caminho da marcação, e não da separação física, que este Guia recomenda como padrão mínimo.

Metadados recomendados

a **Nota padronizada no registro:** inclua, no campo de nota do registro (campo 500 nota geral, ou equivalente, conforme o formato MARC utilizado pelo Sistema de Gestão do Acervo), a informação: "Obra de autoria de servidor do IFRO, [nome do campus]".

b **Nota de proveniência (Trilha B):** para itens doados, registre também a origem da obra e o número do documento ou processo SEI de doação formalizado na Etapa 4, em campo de nota geral.

c **Nota temática "Memória Institucional":** no campo 505 (Nota de conteúdo), aplique uma marcação ou palavra-chave (Memória Institucional) adicional que permita filtrar, em qualquer busca, apenas os itens dessa categoria, útil tanto para os títulos mapeados quanto para os doados.

d **Manter a localização física:** mantenha o item na estante correspondente ao seu assunto, sem alterar sua notação de Cutter ou classificação decimal (CDD) corrente — o que muda é a marcação, não a localização física.

> A catalogação constitui a "representação descritiva da forma física dos documentos", exigindo do profissional responsabilidade e rigor contínuo.
>
> **— FUJITA (2009)**

Para itens mapeados na Trilha A que ainda não possuam marcação física, a biblioteca pode, na medida do possível, aplicar a mesma identificação descrita na Etapa 3 durante o tratamento técnico, mas isso não é pré-requisito: a nota no registro já garante o reconhecimento do item como memória institucional.

ATENÇÃO

Evite criar uma nova classificação paralela ("acervo de memória", "coleção especial servidor") sem antes consultar as Considerações Finais deste Guia. Uma classificação isolada, sem respaldo em política institucional, tende a se tornar mais um critério informal e vulnerável à descontinuidade quando houver mudança de equipe.

ETAPA 6 DO FLUXO · CONVERGÊNCIA DAS DUAS TRILHAS

6 Preservação e Conservação Física

Setor(es) responsável(is): Biblioteca, em articulação com o Comitê Gestor do Repositório Institucional.

O objetivo desta etapa é assegurar que a obra, e o registro que a documenta, sobrevivam à rotina da biblioteca e à passagem de gestões. Preservar significa assegurar que o recurso sobreviva ao longo do tempo e permaneça acessível e interpretável pela comunidade, tanto no aspecto físico quanto no digital.

Cuidados físicos com o exemplar

- Prefira ambientes com temperatura estável, entre 18 °C e 22 °C, e umidade relativa do ar entre 45% e 55%, evitando oscilações bruscas.
- Mantenha as obras longe da incidência direta de luz solar e de fontes de calor, que aceleram o amarelamento e a fragilização do papel.
- Ao manusear obras antigas, raras ou muito frágeis, utilize luvas de algodão ou nitrila; nunca utilize fita adesiva comum, cola instantânea ou grampos metálicos para pequenos reparos.
- Realize limpeza periódica de pó com trincha macia ou flanela seca, sempre no sentido de dentro para fora do livro.

Preservação digital e Repositório Institucional

No arranjo atual das bibliotecas do IFRO, a preocupação com preservação está concentrada, quase exclusivamente, no Repositório Institucional, implantado em 2023 e voltado à memória científica. Este Guia recomenda que a preservação da memória cultural e histórica seja tratada como extensão, e não como concorrente, desse esforço já consolidado:

a **Digitalizar o essencial:** sempre que possível, digitalize a capa, a folha de rosto e o sumário da obra (não o conteúdo integral, que pode estar protegido por direitos autorais), anexando esses registros ao metadado criado na Etapa 5.

b **Articular com o Repositório Institucional:** avalie, junto ao Comitê Gestor do Repositório Institucional, a criação de uma aba, coleção ou filtro específico para a produção cultural de servidores, distinta da produção científica já indexada.

c **Manter redundância do metadado:** mantenha cópia do registro de metadados em ambiente redundante, evitando que a informação dependa exclusivamente da memória de um único servidor da equipe.

> Os lugares de memória "nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea", precisando ser instituídos com espaço e responsáveis definidos.
>
> **— NORA (1993, p. 13)**

O horizonte mais ousado desta etapa é a criação, a médio prazo, de um Centro de Memória híbrido, físico e digital, capaz de reunir as duas dimensões da produção institucional.

ATENÇÃO

A preservação não deve ser confundida com acumulação indiscriminada — há o risco real de a biblioteca "agir mais como museu", inchando o acervo físico. Preservar, aqui, significa garantir o registro e o metadado do item, não necessariamente multiplicar exemplares. Qualquer sinal de mofo ativo ou infestação por insetos deve levar ao isolamento imediato da obra e ao acionamento de um profissional especializado.

7

ETAPA 7 DO FLUXO · CONVERGÊNCIA DAS DUAS TRILHAS

Disseminação e Valorização

Setor(es) responsável(is): Comunicação Institucional, em conjunto com a Biblioteca e a PROPESP.

Esta é a etapa que dá sentido a todas as anteriores: tornar a obra visível, conhecida e valorizada pela comunidade interna e externa. Um item de memória institucional bem tratado e preservado, mas invisível à comunidade escolar, perde grande parte de seu propósito.

Ações recomendadas

a **Criar um catálogo das obras mapeadas:** reúna, em um documento único, impresso ou digital, a relação de títulos e autores identificados nas Etapas 1 e 2, organizada por área ou por autor. Esse catálogo é o principal instrumento de divulgação do trabalho realizado: pode ser publicado na página da biblioteca, impresso para distribuição em eventos, e serve de roteiro tanto para a curadoria de estante temática quanto para a articulação com a PROPESP e a Editora IFRO.

b **Manter estante temática permanente ou rotativa:** nos moldes da iniciativa "Quem é o autor?" e de exposições de dois a três meses, reunindo em destaque os títulos do catálogo.

c **Divulgar em redes sociais institucionais:** publicação periódica, com foto da obra e breve nota sobre o autor servidor, resposta eficaz ao baixo volume de submissões voluntárias.

d **Articular com a PROPESP:** para mapeamento conjunto da produção técnico-científica e cultural dos servidores, junto à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

e **Promover mediação cultural situada:** com responsabilidade social, diversidade e inclusão — vinculação do acervo a datas comemorativas e temas regionais, buscando representar as trajetórias de mulheres, negros, indígenas e outros grupos que compõem a força de trabalho e a história regional, e garantindo acessibilidade total nos produtos de difusão (catálogos com audiodescrição, exposições virtuais acessíveis).

ATENÇÃO

A divulgação depende de continuidade, não de eventos isolados. Uma exposição, um catálogo ou uma postagem têm efeito limitado se não se repetirem ou forem atualizados em intervalos regulares — recomenda-se um calendário mínimo anual, alinhado à Semana do Livro e da Biblioteca e a outras datas já consolidadas no calendário escolar.

Quadro de responsabilidades por setor

A tabela abaixo reúne, de forma consolidada, o setor (ou setores) que normalmente conduz cada etapa do fluxo. Ela serve como referência rápida para encaminhamentos e para a definição de papéis quando o guia for adaptado à realidade de cada campus.

ETAPA	AÇÃO PRINCIPAL	SETOR(ES) RESPONSÁVEL(IS)
1 · Mapeamento	Cruzar autoria no Sistema de Gestão do Acervo com a lista de servidores efetivos.	Biblioteca / Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP)
2 · Chegada e Triagem	Receber a doação e aplicar os critérios de seleção.	Atendimento da Biblioteca / Desenvolvimento de Coleções
3 · Identificação Física	Carimbar e anotar a origem da obra doada.	Processamento Técnico
4 · Formalização (SEI)	Elaborar e tramitar o termo de doação.	Biblioteca / Protocolo-SEI / Jurídico
5 · Tratamento Técnico	Marcar o item no registro, sem segregar do acervo.	Catalogação / Processamento Técnico
6 · Preservação	Cuidar do exemplar físico e articular com o Repositório.	Biblioteca / Comitê Gestor do Repositório
7 · Disseminação	Criar o catálogo, expor e divulgar as obras tratadas.	Comunicação / Biblioteca / PROPESP

Anexo — Checklist rápido

Versão resumida para consulta rápida no dia a dia. Não substitui a leitura completa de cada capítulo; em caso de dúvida sobre qualquer item, volte ao capítulo correspondente.

1 · Mapeamento (Trilha A)

- ☐ Solicitar à CGP a lista atualizada de servidores efetivos.
- ☐ Buscar cada nome no campo de autoria no sistema de gestão de acervo.
- ☐ Registrar título, autor(es), número de chamada e data em planilha.
- ☐ Identificar coautorias entre servidores, evitando duplicidade.

2 · Chegada e Triagem (Trilha B)

- ☐ Confirmar autoria institucional (servidor efetivo à época).
- ☐ Confirmar suporte físico (livro impresso).
- ☐ Avaliar pertinência institucional, sem excluir temas diversos.
- ☐ Verificar quantitativo já existente do título e limite de exemplares.

3 · Identificação e Marcação Física

- ☐ Aplicar carimbo especial na página de rosto, com tinta permanente não ácida.
- ☐ Anotar nome do doador e data a lápis grafite macio.
- ☐ Evitar carimbar/escrever sobre dedicatórias, assinaturas ou ilustrações.

4 · Formalização no SEI

- [ ] Abrir processo de doação no SEI com o modelo padrão do termo.
- [ ] Colher assinaturas do doador e do responsável institucional.
- [ ] Anexar foto da capa e da folha de rosto.
- [ ] Registrar o número do processo no carimbo do exemplar físico.

5 · Tratamento Técnico e Metadados

- [ ] Incluir nota padronizada no campo 500 (ou equivalente MARC).
- [ ] Registrar nota de proveniência para itens doados.
- [ ] Aplicar classificação "Memória Institucional".
- [ ] Manter o item na estante correspondente, sem alterar Cutter/CDD.

6 · Preservação e Conservação Física

- [ ] Guardar em ambiente estável, longe de luz solar direta.
- [ ] Digitalizar capa, folha de rosto e sumário.
- [ ] Avaliar com o Comitê Gestor do Repositório um espaço para produção cultural.
- [ ] Manter cópia redundante do registro de metadados.

7 · Disseminação e Valorização

- [ ] Criar e manter atualizado o catálogo das obras mapeadas.
- [ ] Manter estante temática permanente ou rotativa.
- [ ] Divulgar periodicamente nas redes sociais institucionais.
- [ ] Articular com a PROPESP o mapeamento conjunto da produção.
- [ ] Seguir um calendário mínimo anual de ações.

Considerações finais

Da rotina operacional à institucionalização

As sete etapas deste Guia aprimoram rotinas do dia a dia da biblioteca, mas todas elas, se não formalizadas, correm o risco de se perder na primeira mudança de equipe. Recomenda-se, por isso, ancorar o fluxo em documento normativo, para que não dependa de uma única gestão ou de um único servidor:

- Apresentar este Guia, ou a síntese de seus critérios (Etapa 2), à Coordenação de Biblioteca e à instância responsável pela revisão da Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC).
- Propor, nessa revisão, uma seção específica sobre produção bibliográfica de servidores, com os critérios de autoria, pertinência e tratamento técnico descritos nas Etapas 2 e 5.
- Avaliar, a médio prazo, a construção de um tesauro próprio do IFRO, capaz de orientar a descrição desses e de outros itens de memória.
- Articular a participação do bibliotecário na futura Editora IFRO, atualmente em fase de concepção institucional, desde a origem do processo que resultará na produção de novos títulos.

> “ Uma oportunidade importante no momento.
>
> **— ENTREVISTADO D, SOBRE O PROCESSO DE REVISÃO DA PDC JÁ EM CURSO**

⚠ ATENÇÃO

A institucionalização não deve ser tomada como pré-condição para iniciar as etapas anteriores. Pelo contrário: é possível, e recomendável, começar pelo Mapeamento e pela Chegada e Triagem antes mesmo da revisão formal da política, para que o próprio uso já consolidado, inclusive o catálogo criado na Etapa 7, sirva de base empírica a essa revisão.

As sete etapas aqui apresentadas não esgotam as possibilidades de gestão da memória institucional em bibliotecas da EPT; representam, antes, uma sistematização inicial das soluções que os próprios bibliotecários do IFRO já vinham esboçando, de forma isolada, em seu cotidiano de trabalho.

Espera-se que este Guia sirva de ponto de partida para que cada unidade, do IFRO ou de outras instituições da Rede Federal, adapte o fluxo à sua realidade, sem perder de vista o compromisso maior que motivou esta pesquisa: reconhecer, preservar e dar visibilidade à produção bibliográfica de quem constrói, todos os dias, a história da Educação Profissional e Tecnológica.

As falas de bibliotecários e as referências teóricas citadas ao longo deste Guia integram a pesquisa que o originou; as referências bibliográficas completas e a caracterização dos entrevistados constam no corpo da dissertação da qual este documento é o Apêndice B, Produto Educacional.

BIBLIOTECAS DO IFRO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Produto Educacional — Apêndice B da dissertação de mestrado sobre a produção bibliográfica dos servidores do IFRO como memória institucional na biblioteca.

Contato: e-mail - evandro.sousa@ifro.edu.br

CATÁLOGO DE OBRAS DOS SERVIDORES



Sumário

O QUE VOCÊ VAI ENCONTRAR

- Apresentação — pág. 3
- Educação & Pedagogia — 11 obras · pág. 4
- Ciência, Saúde & Meio Ambiente — 5 obras · pág. 7
- Linguagem, Literatura & Memória — 4 obras · pág. 9
- Cultura, História & Diáspora — 3 obras · pág. 10
- Gestão, Tecnologia & Manuais — 3 obras · pág. 11
- Esporte & Bem-estar — 2 obras · pág. 12

Apresentação

Este catálogo lúdico foi criado como **exemplo de produto educacional** a partir da pesquisa de mestrado **"O livro físico na biblioteca: a produção dos servidores como memória institucional"**. A proposta é dar mais visibilidade às obras produzidas por docentes e técnicos da instituição, tratando cada título como um registro de memória — assim como as antigas fichas de catálogo, guardadas gaveta a gaveta, letra a letra.

O catálogo corresponde à **Etapa 7 — Disseminação e Valorização** do Guia de Boas Práticas para a Gestão da Memória Institucional em Bibliotecas da EPT: reúne, em um único documento, títulos e autores identificados no mapeamento do acervo do Campus Porto Velho Calama, organizados por área do conhecimento.

Como ler cada ficha



LIVRO

Caderno de experiências pedagógicas bem-sucedidas

nas bibliotecas dos Institutos Federais

Autoria: Miriã Santana Veiga

Edição: 1. ed.

IFRO
370.020
V426c

- **Capa** da obra, como está no acervo.
- **Título**, subtítulo, autoria e edição.
- **Tipo** de material, na cor da área.
- **Carimbo IFRO:** classificação (CDD) e notação de autor (Cutter).

Educação & Pedagogia 11 obras

LIVRO



Caderno de experiências pedagógicas bem-sucedidas

nas bibliotecas dos Institutos Federais

Autoria: Miriã Santana Veiga

Edição: 1. ed.

IFRO
370.020
V426c

LIVRO



Ciência e transversalidade

panorama das pesquisas científicas da 18ª Semana de C&T do IFRO — Porto Velho, 2022

Autoria: Organização institucional IFRO

IFRO
370.7
C569

LIVRO



Contrapontos em linguagem & educação

Autoria: Luciane de Lima (autoria) e Márcia Letícia Gomes (ilustração)

Edição: 1. ed.

IFRO
370.14
C764

LIVRO



Educação de jovens, adultos e idosos

continuidade e ruptura

Autoria: Augusto Rodrigues de Souza, Claudete Marques das Neves, Cledenilson Souza Martins e José Carlos Miguel (orgs.)

IFRO
374.12
E24

E-BOOK



Pluralidade e Educação

panorama da pesquisa científica no IFRO, Campus Porto Velho Calama

Autoria: Organização institucional IFRO

IFRO
370.7
P733

LIVRO



Políticas de educação e o mercado de trabalho

na sociedade moderna

Autoria: Zuin Aparecida e Raimundo José dos Santos Filho

IFRO
370.89
Z94p

LIVRO



Resolução de problemas

reflexões e ações na educação básica

Autoria: Vlademir F. de Oliveira Júnior

IFRO
372.7
O48r



LIVRO

A educação de jovens e adultos

práticas, políticas e desafios

Autoria: Cledenice Blackman, José Carlos Miguel e Moisés José Rosa Souza (orgs.)

Edição: 1. ed.

IFRO
374.012
E24



PRÁTICA DE ENSINO

Roteiro de curso de formação pedagógica

para professores de eletrotécnica da educação profissional e tecnológica

Autoria: Tayana Maria Tavares Marques

Edição: 1. ed.

IFRO
378.013
M357r



LIVRO

A prática docente

na Amazônia Ocidental

Autoria: Cledenice Blackman e Moisés José Rosa Souza (orgs.)

IFRO
370
P912



LIVRO

Dossiê Rondônia

"o rio que nos une" — educação, migração e cultura nestas paragens

Autoria: Cledenice Blackman, Gilberto Paulino da Silva e Rosa Martins Costa Pereira (orgs.)

IFRO
370.11798111
D724

Ciência, Saúde & Meio Ambiente 5 obras



LIVRO

Atlas socioeconômico e ambiental de Rondônia

por uma consciência socioespacial cidadã

Autoria: Joselia Fontenele Batista, Maranei Rohers Penha e Saulo Gomes de Sousa

IFRO
304.2
A881



LIVRO

Defensores das nascentes

de Capitão Leônidas Marques

Autoria: Maranei Rohers Penha

Edição: 1. ed.

IFRO
372.357
P399d



E-BOOK

Ensaios químicos e microbiológicos

aplicados a alimentos

Autoria: Márcia Bay, Hélida Soleane Mendonça Ferreira Nobre e Edailson de Alcântara Corrêa (orgs.)

IFRO
614.53
E56



LIVRO

Representantes da fauna

do Estado de Rondônia

Autoria: Dayana Angélica Felix dos Santos Gonçalves, com Gedeli Ferrazzo e Cleudson da Silva Vieira (colab.) e Márcia Letícia Gomes (rev.)

IFRO
591.112
G635r



LIVRO

Microbiologia

roteiro e manual com orientações teóricas e práticas para ensaios técnicos

Edição: 1. ed.

IFRO
502
M626

Linguagem, Literatura & Memória 4 obras



LIVRO

Poesia

Autoria: Elaine Márcia Souza Rosa, Paulo Siuves, Joyce Lima, Pugzi, Damaris Eugênia, Augusto Bello de Souza Filho, Adri Santos e Juny Hugen

Edição: 64. ed.

IFRO
869.91
P743



LIVRO

Lugar e memória

uma poética de Porto Velho em Ernesto Melo e a Fina Flor do Samba

Autoria: Tiago Lins de Lima

IFRO
910
L732l



LIVRO

Uma análise do espaço romanesco

em Dois Irmãos, de Milton Hatoum

Autoria: Maria Rita Berto de Oliveira

IFRO
410
O48a



LIVRO

Siglas e acrônimos usuais no IFRO

Autoria: Sérgio Rodrigues Alves

IFRO
411
A474s

Cultura, História & Diáspora 3 obras



LIVRO

Do mar do Caribe à beira do Madeira

a travessia de uma família de Barbados para o Brasil

Autoria: Cledenice Blackman

Edição: 1. ed.

IFRO
808.899282
B629m



LIVRO

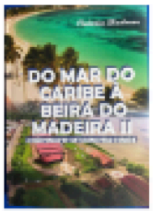
Do mar do Caribe à beira do Madeira

historiografia, cultura e imigração

Autoria: Cledenice Blackman

Edição: 1. ed.

IFRO
981.11
B629m



LIVRO

Do mar do Caribe à beira do Madeira II

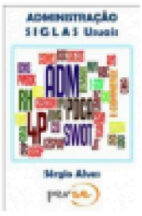
a diáspora afro-antilhana para o Brasil

Autoria: Cledenice Blackman

Edição: 1. ed.

IFRO
981.11
B629m

Gestão, Tecnologia & Manuais 3 obras



LIVRO

Administração

siglas usuais

Autoria: Sérgio Rodrigues Alves

IFRO
658.003
A474a



LIVRO

Engenharia de produção em foco

gestão de operações

Autoria: Valéria Costa de Oliveira e outros

IFRO
625.73
E57e



MANUAL

Usando Wix

tutorial

Edição: 1. ed.

IFRO
0005.133
U84

Esporte & Bem-estar 2 obras



LIVRO

Educação física para jovens e adultos

Autoria: Luis Gonzaga de Oliveira Gonçalves, Iranira Geminiano de Melo, Elizângela de Souza Bernaldino e Célio José Borges

IFRO
372.86
E24



LIVRO

Tchoukball

o esporte da paz no IFRO

Autoria: Iranira Geminiano de Melo

IFRO
796.3
M528t

Produto educacional vinculado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica — memória institucional na biblioteca do IFRO.

Capas, títulos e classificações extraídos do **Catálogo de Obras dos Servidores** da Biblioteca do IFRO – Campus Porto Velho Calama.

28 obras catalogadas em **6 áreas do conhecimento**.

APÊNDICE C - CARTA DE ANUÊNCIA



APÊNDICE C - CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Na qualidade de Diretor Geral do Campus Porto Velho Calama manifesto anuência em relação ao desenvolvimento da pesquisa intitulada: “A produção bibliográfica dos servidores do IFRO como memória institucional na biblioteca”, que será desenvolvida pelo servidor Evandro Silva de Sousa, acadêmico do Programa de Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), sob a orientação do Prof. Dr. Marco Aurelio Nunes de Barros.

O objetivo geral da pesquisa é Investigar a percepção da comunidade de bibliotecários do IFRO sobre a organização e memória do espaço pedagógico, no que tange ao cuidado com a memória institucional e ações desenvolvidas neste tema com o acervo de livros físicos.

Na metodologia qualitativa será aplicado entrevistas semiestruturadas com os bibliotecários do IFRO, análise de documentos e das ações desenvolvidas na temática com um prévio roteiro que possibilitará a coleta de dados e análise que subsidiarão a produção de um Guia digital de boas práticas como produto educacional, que contribuirá para o tratamento adequado das memórias institucionais nas bibliotecas do IFRO.

A pesquisa será realizada com quinze Bibliotecários(as) servidores Técnicos Administrativos de Educação-TAE, dos nove campus em funcionamento, todos serão convidados a participar voluntariamente da pesquisa, sendo necessária a assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Depois do parecer de Aprovação do Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos CEP/IFRO, será solicitado da coordenação de gestão de pessoas o contato do grupo de servidores bibliotecários que estejam atuando na instituição para enviar o convite de participação via-e-mail institucional, explicando os objetivos da pesquisa e agendamento de uma reunião para maiores esclarecimentos.

Após a devolutiva do convite será agendado um encontro virtual com os participantes que se dispuseram colaborar com a pesquisa por e-mail para

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO

INSTITUTO FEDERAL
Rondônia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE – SERVIDOR TAE MAIOR DE IDADE

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa de mestrado intitulada "A produção bibliográfica dos servidores do IFRO como memória institucional na biblioteca", que tem como objetivo geral: investigar a percepção da comunidade de bibliotecários do IFRO sobre a organização e memória do espaço pedagógico, no que tange ao cuidado com a memória institucional e ações desenvolvidas neste tema com o acervo de livros físicos.

Para que a pesquisa seja desenvolvida precisamos da sua participação, que é livre. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. A pesquisa será feita no IFRO; ela ocorrerá partir da realização de entrevistas e análise de documentos.

As atividades desenvolvidas nas entrevistas e os dados coletados servirão para subsidiar as análises e a construção do produto educacional que se basearão em roteiros semiestruturados, buscando obedecer a seguinte dinâmica: você está sendo convidado a participar das etapas de conversa, com a entrevista sobre o tema para de geração de dados, com gravação para análise das respostas; cada conversa será preferencialmente individual.

Toda pesquisa envolvendo seres humanos podem gerar riscos aos pesquisados; os sujeitos desse estudo estarão expostos aos seguintes riscos: poderá haver o risco dos pesquisados se sentirem desconfortáveis ou constrangidos com alguma pergunta durante a pesquisa; poderá haver desinteresse pelas ações desenvolvidas no período da pesquisa; a pesquisa poderá gerar cansaço nos pesquisados e até mesmo constrangimentos.

Visando diminuir esses riscos, serão adotadas medidas:

- Serão preparados roteiros antecipados para orientar as entrevistas, de modo a garantir que o processo ocorra de forma eficiente, evitando desperdício de tempo aos participantes da pesquisa e preservando o bem-estar e a segurança.
- As entrevistas serão dinâmicas, com atividades curtas e objetivas.
- Será assegurado o direito do participante a se recusar de qualquer dos momentos e o direito de livre expressão ao responderem às perguntas nas entrevistas.

- Será garantido o anonimato na utilização das informações pessoais, sem nenhum prejuízo ao participante, quanto ao armazenamento dos dados que serão coletados.
- Os dados coletados serão armazenados em base de mídia digital fechada com acesso de senha somente pelo pesquisador, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, o qual será mantido em local seguro e protegido. Após esse período os dados serão destruídos.
- Concluída a pesquisa serão apresentados os resultados e o produto educacional para os participantes da pesquisa, pelo e-mail dos participantes informados no TCLE.
- Acaso haja algum gasto pelos participantes da pesquisa, eles serão ressarcidos.
- Os participantes da pesquisa poderão ter acesso a qualquer tempo aos dados da pesquisa, eliminando possíveis dúvidas.

Você receberá uma via deste TCLE.

Consentimento de gravação de áudio e/ou imagens nas entrevistas on-line para elaboração e coletas de dados da pesquisa?

X Sim. Estou consentindo a gravação e uso de áudio e/ou imagem durante as entrevistas desta pesquisa.

☐ Não. Não autorizo a gravação e uso do áudio e/ou imagem.

Para mais informações e esclarecimentos sobre esta pesquisa, entre em contato com os responsáveis por este estudo: Evandro Silva de Sousa, e-mail: evandro.sousa@ifro.edu.br, Telefone (69) 99281-1720; e Marco Aurelio Nunes de Barros, e-mail: marco.barros@ifro.edu.br, Telefone (69) 920019895. Para quaisquer dúvidas, o Comitê de Ética poderá ser consultado para esclarecer dúvidas sobre aspectos éticos da pesquisa. Dados os esclarecimentos sobre a pesquisa, não havendo dúvidas sobre ela e se você concorda em participar de forma voluntária desse estudo, assine ao final.

Porto Velho, 29 de janeiro 2026

_____
Assinatura do pesquisador responsável

_____